

I. INTRODUÇÃO

I.1. Antecedentes

Na actualidade os problemas de interacção entre a natureza e a sociedade e as questões relacionadas com a utilização racional e a protecção dos recursos naturais adquiriram uma importância especial. A solução correcta destes problemas só é possível na base da análise multifacetada e integradora das diversas componentes interrelacionadas ao nível dos sistemas naturais, sociais e económicos no seu conjunto.

Nesta base a Organização das Nações Unidas profundamente preocupada pela contínua deterioração da situação do meio ambiente e a grave degradação dos sistemas mundiais necessários para a vida, assim como pelas tendências, que a continuarem, poderiam perturbar o equilíbrio ecológico mundial, pôr em perigo as qualidades do meio necessário para a vida e conduzir a uma catástrofe ecológica, aprovou em 1988 a resolução número 44/228 da Assembleia Geral, com vista a realização de uma conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) na cidade de Rio de Janeiro no Brasil, e pediu a todos os Estados membros que elaborassem um relatório nacional que obtivesse informações relacionadas com a problemática do ambiente e do desenvolvimento nos seus respectivos países.

S.Tomé e Príncipe ao participar na referida conferência, decidiu criar uma Comissão Nacional que tinha como objectivo, fazer uma reflexão sobre a problemática ambiental nacional, sua relação com o processo de desenvolvimento sócio económico e elaborar um relatório para que fosse apresentado no referido evento.

Esta Comissão Nacional, multisectorial e multidisciplinar, criada em 1990, para preparar a participação de S.Tomé e Príncipe na conferência do Rio, reuniu-se para fazer o diagnóstico da situação ambiental nacional.

Nesta reflexão a comissão constatou que, apesar de alguns esforços realizados pelas autoridades nacionais com vista a proteger o meio ambiente, os resultados eram negativos e a degradação continuava a aumentar-se.

Na reflexão concluíram também que o aumento da degradação ambiental e a falta de êxito na política ambiental nacional devia-se entre outros aos seguintes factores fundamentais:

- ◇ **Ausência de uma estratégia nacional que permita uma utilização racional dos recursos naturais assim como a protecção do ambiente;**
- ◇ **Ausência de uma abordagem multisectorial que permita a integração dos aspectos ambientais nas estratégias e políticas de desenvolvimento dos diferentes sectores;**
- ◇ **A concentração de decisão e resolução dos problemas ambientais e de desenvolvimento apenas nos sectores da administração central do Estado, sem a participação efectiva das comunidades e autoridades locais;**

- ◇ **O tratamento de questões ambientais de forma isolada sem interrelacionar as mesmas com os aspectos de desenvolvimento;**
- ◇ **A falta de informação e de sensibilização a nível nacional sobre os problemas que afectam o meio ambiente e o desenvolvimento durável e mecanismos para a sua solução;**
- ◇ **A falta de definição das atribuições a nível dos diferentes sectores que têm a ver com as questões ambientais, o que origina a fuga de responsabilidades nas tomadas de decisões.**

Neste sentido, a Comissão recomendou que a principal e a mais prioritária das acções que se deveria implementar no mais curto espaço de tempo com vista a corrigir a situação, seria a elaboração de um Plano Nacional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável.

I.2. Objectivos do Projecto

Tendo sido proposto como acção de alta prioridade o governo assumiu a responsabilidade de implementar o referido projecto diligenciando junto aos seus parceiros internacionais com vista a busca de financiamento para a sua realização. É assim que o PNUD através do Programa Capacidade 21 criado para apoiar os países em desenvolvimento a implementar a nível nacional a Agenda 21 financiou o projecto para a elaboração do referido Plano para S.Tomé e Príncipe.

O projecto que tem uma duração de dois anos teve o seu inicio em Novembro de 1996. **O seu objectivo consiste no reforço das capacidades nacionais com vista a integrar os conceitos de durabilidade e da gestão ambiental no processo de desenvolvimento nacional assim como uma melhor coordenação intersectorial no processo de desenvolvimento.** Para o efeito um Plano Nacional, cinco Planos Distritais e um Plano Regional do Ambiente para o Desenvolvimento Durável serão elaborados na base dos resultados de um processo participativo consultivo e diálogo implicando na sua elaboração o conjunto de todas as sensibilidades e comunidades que integram a população santomense.

I.3. Metodologia e Resultado Esperado

Contrariamente às práticas anteriores que pretendiam resolver os problemas das comunidades sem um envolvimento da mesma, o Plano Distrital do Ambiente para o Desenvolvimento Durável elaborado, resultou de um processo de participação das comunidades na identificação e na busca de soluções aos problemas ambientais que lhe foram colocados.

A metodologia participativa aplicada na elaboração do referido plano consistiu num processo de participação, diálogo e concertação entre os diferentes actores da sociedade santomense e da administração pública criando assim uma nova dinâmica de participação e de resolução dos problemas nacionais.

A aplicação desta metodologia consistiu num processo de sensibilização e de recolha dados e informações junto da população.

O processo de sensibilização conheceu duas fases fundamentais:

A primeira fase caracterizou-se essencialmente na modalidade de encontro e debate com as comunidades e sustentada na metodologia participativa em que os animadores geravam debates com apresentação de alguns temas e a comunidade por seu turno dava através de exposições e troca de ideias aquilo que pensava relativamente as questões levantadas tendo em conta as próprias técnicas de animação identificadas para tal.

Esta campanha objectivou essencialmente despertar a consciência colectiva das comunidades em relação aos problemas do ambiente e desenvolvimento e contou com uma vasta participação das comunidades nos debates suscitando um grande interesse dos mesmos para a problemática ambiental.

A segunda fase da campanha de sensibilização objectivou essencialmente a animação das comunidades e o levantamento de informadores-chave em função dos grupos alvo.

É de realçar que ao longo da segunda fase da campanha de sensibilização e animação das comunidades foram contactadas cerca de 3.000 informadores chave em todos os distritos do país e da Região Autónoma do Príncipe.

O processo de recolha de dados e informações visava os seguintes objectivos:

- Promover a participação das comunidades na identificação e na busca de soluções para os problemas do ambiente e do desenvolvimento que mais a preocupa
- Permitir a participação activa dos diferentes grupos sociais na elaboração dos planos distritais do ambiente para o desenvolvimento durável
- Colher as principais preocupações das comunidades relativas ao ambiente e desenvolvimento, identificando as prioridades actuais e potenciais
- Levar as comunidades a envolver-se de forma activa na resolução dos problemas locais.

Para a realização deste processo foi elaborado um Guia para os facilitadores e procedeu-se a duas acções de formação para os Núcleos Locais e para as ONG's envolvidas.

Para além dos Núcleos Locais, estiveram envolvidos neste processo de recolha de dados 15 facilitadores (inquiridores) pertencentes a oito ONG's nacionais.

Considerando a metodologia adoptada para o procedimento do diagnóstico participativo foi necessário elaborar um questionário e definir claramente os grupos alvos a serem entrevistados.

Tendo em conta que a problemática do ambiente e da sua protecção assume um carácter mais geral e abrangente, poder-se-ia dizer a partida que todo o cidadão residente no país deveria ser ouvido a esse respeito.

Mas, face a impossibilidade prática de uma tal consulta, tão universal e exaustiva, necessário se tornou definir quem seriam as pessoas a tomar como referência no processo de recolha de informações. Neste caso, impôs-se a necessidade de seleccionar previamente os interlocutores, ou seja, aqueles informadores que, de forma mais objectiva e representativa, poderiam ajudar no cumprimento cabal dos objectivos propostos. Para isso, identificaram-se os grupos alvo, que constituem franjas, sectores ou parcelas da população, que, pela sua identidade ou relativa homogeneidade de características, sugere um tratamento idêntico para cada um dos seus membros, mas diferenciados em relação a todos os demais, face a uma mesma situação, acontecimento ou determinada circunstância.

Daí que identificou-se como grupo-alvo para o programa de recolha de dados e informações, os seguintes:

1. Dirigentes Políticos e Administrativos
2. Representantes Diplomáticos e Agentes da Cooperação Internacional
3. Empresários (grandes e médios) tanto Nacionais, como Estrangeiros
4. Agentes da Administração Pública, a Nível Central, e Local
5. Professores e Educadores de Infância
6. Estudantes
7. Técnicos e outros Quadros de Saúde
8. Jornalistas e outros Quadros da Comunicação Social
9. Agentes da Defesa, Segurança e Ordem Interna
10. Pequenos Agricultores
11. Pescadores Artesanais
12. Vinhateiros e Vendedores(as) de vinho de palma
13. Palaiês
14. Outros Agentes do Sector Informal (candongueiros, vendedores ambulantes, exploradores de barracas, petisqueiras, botequins, etc.)
15. Trabalhadores Assalariados (agricultura, pesca, comercio e outros serviços)
16. Mulheres Domésticas

17.Associações Juvenis, Sindicatos e outros

18.ONG's

19.Operadores Turísticos, Turistas

Uma vez identificados os grupos alvo, considerou-se a necessidade de elaboração dos questionários. Fez-se uma exaustiva análise dos grupos nas perspectivas históricas homem e mulher, e localização geográfica.

Para o processo de recolha de dados e informações utilizou-se a entrevista semi-estruturada.

I.4. Definição, Estrutura e Resultado Esperado

A. Definição

O Plano Distrital do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PDADD) constitui um instrumento que permite dotar ao distrito de meios, mecanismos e um quadro estratégico operacional, capaz de permitir que o desenvolvimento sócio económico se faça em estreita harmonia com a protecção e conservação do meio ambiente, isto é, desenvolver economicamente, os distritos mas sem destruir o meio ambiente.

Este Plano irá permitir examinar a evolução do estado do meio ambiente nos distritos, a sua interrelação com o desenvolvimento sócio económico assim como determinar os mecanismos e as estratégias para a solução da contradição que tem existido entre o desenvolvimento sócio económico e a protecção do meio ambiente.

B. Estrutura do Plano

O referido plano encontra-se assim dividido em 9 capítulos correspondentes a temas diferentes mas interrelacionados entre si:

- I. **Introdução**, analisa-se os antecedentes do surgimento dos planos e a metodologia aplicada para a sua elaboração.
- II. **Análise do Existente**, realiza-se neste capítulo um levantamento do ambiente biofísico do distrito com particular relevo sobre a diversidade biológica e ecossistemas frágeis. Também analisa-se o quadro político institucional do distrito, quadro económico e o quadro social do mesmo.
- III. **Análise das Perspectivas e Tendências**, analisa-se a dinâmica económica e social do distrito e perspectivas de desenvolvimento dos mesmos, com particular relevância sobre os impactos esperados a nível distrital dos projectos de desenvolvimento em curso nos referidos distritos.

IV. Diagnóstico Participativo, faz-se a análise do processo participativo, consultivo e de diálogo junto a toda sociedade civil na campanha de sensibilização e de recolha de dados assim como os principais problemas e prioridades que foram identificadas pelos diferentes grupos sociais no terreno.

V. Análise dos Riscos e Conflitos Ambientais, analisa-se os riscos e conflitos ambientais actuais, potenciais e futuros em relação aos factores políticos, económicos e sociais.

VI. Identificação dos Problemas Ambientais, identificam-se os problemas ambientais relativos aos diferentes actores e grupos sociais, aos modelos e cenários económicos e relativo a diversidade biológica e ecossistemas frágeis.

VII. Plano do Ambiente Distrital, identificam-se as prioridades de carácter político, económico, social e ambiental de cada programa ao nível de cada distrito.

VIII. O sistema de seguimento e Avaliação Ambiental, propõe-se um sistema com vista a fazer o seguimento e a avaliação dos programas preconizados em cada distrito assim como o controlo da qualidade do ambiente.

IX. Anexos

C. Resultados Esperados

Com a elaboração do referido plano espera-se obter os seguintes resultados:

- Um mecanismo inter-sectorial que facilite a integração de questões ambientais nos processos de desenvolvimento e nas políticas preconizadas para os distritos;
- Um conjunto de dados sobre a situação ambiental distrital, os principais problemas existentes, a localização dos mesmos e a estratégia para a sua solução;
- Comunidades do distrito sensibilizadas com os problemas ambientais que afectam o mesmo, com uma maior consciência da necessidade de utilização racional dos recursos naturais distritais e prontas a colaborar na obtenção de um desenvolvimento sustentado no distrito;
- Uma maior capacidade técnica, a nível das autoridades e comunidades locais capaz de permitir uma gestão racional dos recursos naturais do distrito.

O Ministério do Equipamento Social e Ambiente instituição do governo responsável pela execução da política nacional do ambiente, teve a seu cargo a responsabilidade de coordenar os trabalhos de elaboração do referido plano.

O Comité Director Nacional (CDN), órgão consultivo para as questões ambientais do governo, formado por 15 membros representando diferentes sectores do governo e das

organizações não governamentais, teve a seu cargo a fiscalização e o seguimento dos trabalhos.

Ao nível de cada Distrito e da Região Autónoma do Príncipe, foram criados os Núcleos Locais, compostos por 3 pessoas cada, que tinham a seu cargo as seguintes tarefas:

- ⇒ **Dinamizar a campanha de sensibilização sobre a problemática do ambiente e do desenvolvimento junto a população;**
- ⇒ **Participar e fazer o seguimento no processo de recolha de dados e informações através de um processo participativo e consultivo junto as populações;**
- ⇒ **Participar na análise, discussão e aprovação dos planos distritais.**

Uma equipa de consultores nacionais nos diferentes domínios, com assistência pontual de consultores internacionais (ver anexo n. 1) trabalharam na elaboração do referido documento.

As Organizações Não Governamentais (ONG) (ver anexo n.º 2), Organizações Religiosas e outras associações de base jogaram um papel importante no processo de elaboração deste plano. Elas participaram activamente na campanha de sensibilização da população, na recolha de dados e informações a nível das diferentes localidades, bairros, luchans, vilas, cidades e empresas agrícolas.

Os trabalhos foram realizados em estreita colaboração com outras acções e iniciativas em curso no país, tais como o projecto de Estudo Nacional Perspectivo a Longo Prazo (NLTPS), Programa de Conservação e Utilização Racional dos Ecossistemas Florestais na África Central (ECOFAC), Projecto de Distribuição de Terras Agrícolas, Projecto Conjunto PNUA/PNUD sobre Legislação e Instituição, etc., etc.

DADOS BIOFÍSICOS DE BASE

1. Superfície:	142 Km ²
2. População:	5471 habitantes
3. Densidade populacional:	38.5 hab/km ²
4. Altitude máxima:	Pico do Príncipe: 948 m
5. Área cultivada:	4837,4 ha
6. Produção Agrícola(ton.):	Cacau (44,5), Copra (7,63) ¹
7. Taxa de Alfabetização:	73,1%
8. População Escolar:	31,6%
9. Capital:	Santo António (2215 habitantes)

II. ANÁLISE DO EXISTENTE

II.1. O Ambiente Biofísico

A. Localização Geográfica

A ilha do Príncipe situa-se aproximadamente a 160 Km ao Norte da ilha de São Tomé, nas coordenadas (1° 32' - 1° 43')N e (7° 20' - 7° 28')E e a 220 km do continente africano. Tem forma rectangular (17 X 8 Km) (²) e uma área total de 142 Km².

A ilha do Príncipe compõe-se ainda ao norte do Ilhéu Bombom e ao sul do Ilhéu Carçoço ou Boné de Jóquei assim como um conjunto de pequenos ilhéus a volta da ilha, formando administrativamente a Região Autónoma do Príncipe.

O ponto mais ao Norte da Ilha é o Precipício, à latitude Norte de 1° 41' 26,18" e o ponto mais ao Sul é o Pico Negro, à latitude Sul de 1° 32' 09,71". À Leste fica a Ponta Capitão à longitude Leste de 7° 27' 42,12" e a Oeste, o Focinho de Cão, à longitude Oeste de 7° 20' 17,46" (³).

¹ Dados de 1996

² Projecto ECOFAC "Etude de Support à l'aménagement et la gestion de la Zone Ecologique" Mars 1994, Javier Juste B.

³ Calisto Will in São Tomé e Príncipe "O espaço Geográfico" tema do livro de Ref. de Ensino Secundário Básico em 1989/90

B. Relevo

O relevo da ilha do Príncipe é em termos gerais, menos pronunciado do que o da ilha de São Tomé. Do ponto de vista geomorfológico a ilha pode ser dividida em duas regiões:

A região Norte, que apresenta uma plataforma de altitude situada entre os 120 - 180 metros e um relevo pouco pronunciado, com pequenas elevações pequenas e declives que dão para o mar, sendo o Precipício o maior.

A região Sul é mais acidentada e está representada pelo Pico mais alto do Príncipe (948 m). Este Pico encontra-se inserido numa Cadeia de Serranias de Leste para Oeste que começa no Morro do Este e no Pico de Mencorne e desce para Oeste ao Carriote e mais adiante para a Mesa, já quase separada da formação montanhosa. Esta serra dilata-se um pouco para o norte com os Picos Papagaio, João Dias Pai e João Dias Filho.

C. Geologia

Predominam basaltos densos e compactos com fenocristais de augite e olivina no Norte aos quais intercalam-se alguns jazigos de laterite e tufos de traquite. A zona Sul é denominada por fenólitos de textura porfírica. Não existem terrenos sedimentares, mas em substituição existem afloramentos de calcário do Mioceno e calcário cristalino, principalmente a Este.

D. Solo

No Príncipe abundam os solos paraferalíticos vermelho, principalmente na zona Sul da Ilha. Os fersialíticos tropicais são de reduzida quantidade, existindo principalmente no Norte onde apresentam concreções ferruginosas e carapaças lateríticas.

Todavia a pedregosidade é grande e a laterilização é fraca .

E. Hidrografia

A rede hidrográfica da ilha do Príncipe é muito rica e abundante. Os rios constituem bacias hidrográficas geralmente curtas mas de leitos importantes. Os principais rios são:

O **Rio Papagaio** que nasce na parte meridional da ilha, no declive setentrional das montanhas situadas entre os Picos do Príncipe (948 m) e Mencorne (937 m). A sua bacia é assimétrica, predominando vários afluentes na sua margem esquerda dos quais o maior é o rio Buanga. O vale é profundo e entre a nascente e o curso médio tem a forma de “V”. O leito é na sua maior parte rochoso e com quedas de água. No curso inferior, o leito na sua maior parte é constituído por calhaus. A bacia é coberta por vegetação arbórea e no seu curso inferior uma parte considerável é ocupada por plantações agrícolas.

O **Rio Bibi**, nasce nas costas do Sudoeste do Pico do Príncipe e estende-se na direcção Sudeste. A bacia, no curso superior e média é simétrica. O leito é rochoso na sua maior parte e por vezes formado por calhaus.

O **Rio Banzú**, nasce nas costas setentrionais do Pico do Príncipe. A sua bacia estende-se na direcção Noroeste. Tem um vale profundo em forma de “V”. O leito é rochoso e existem quedas de água.

F. Clima

Relativamente ao clima, a Região Autónoma do Príncipe, apresenta 3 zonas climáticas, a saber:

- ⇒ **Zona Super-húmida**, caracterizada pelo nulo ou reduzido déficite de água, situa-se em todo o Sul da ilha;
- ⇒ **Zona Húmida** com moderada deficiência de água de Junho a Agosto e com temperaturas relativamente baixas e situa-se na orla Central do Príncipe;
- ⇒ **Zonas Sub-húmida**, apresentam deficiências de água, podendo o clima da zona sub-húmida apresentar uma quantidade moderada de água no trimestre de Março e Maio e localizam-se na parte Norte do Príncipe.

G. População

A Região Autónoma do Príncipe tem uma população de **5471 habitantes** e uma densidade populacional de **38,5 habitantes/Km²**.

A capital é a cidade de Santo António com 2215 habitantes, sendo as outras localidades de maior importância, as seguintes:

Quadro n.º 1

Localidades	População
Porto Real	414
Aeroporto	319
Sundy	308
Hospital Velho	240
Nova Estrela	160
Picão	158
Chada	136
São Joaquim	114

H. Ecossistemas Terrestres

A ilha do Príncipe pelas características geo-morfológicas e o seu clima apresenta uma cobertura vegetal rica e abundante como a ilha de S.Tomé, com 4500 ha de floresta virgem sobre 13900 ha de superfície disponível, ou seja 32,4% de florestas virgens.

H.1. Flora

A vegetação predominante é da Floresta Húmida Primária que conheceu grandes transformações na parte norte da ilha e matem-se de forma intacta na parte sul.

H.2. Fauna

Embora não seja muito abundante em espécies de vertebrados, ela é porém rica em espécies endémicas de aves. Príncipe tem um género endémico monoespecífico, o *Horizorhinus* e seis espécies endémicas, além das endémicas partilhadas com São Tomé, num total de 35 espécies de aves terrestres que se reproduzem na ilha. Quanto aos mamíferos, existe uma subespécie endémica do musarinho, *Crocidura poensis* e macacos *Cercopithecus mona* e porcos selvagens, espécies introduzidas e que abundam nas florestas.

I. Ambiente Costeiro e Marinho

I.1. Ambiente Costeiro

As costas apresentam muitas baías e enseadas, das quais a maior é a Baía das Agulhas na parte ocidental da ilha, para a qual esta prevista a instalação do Projecto de criação de uma Zona Franca.

As praias apresentam-se em bom estado de conservação, com areia fina na generalidade dos casos, com particular destaque para as praias do Norte da ilha onde o relevo é mais plano.

O processo de erosão das costas é praticamente insignificante no Príncipe. Existe uma única praia em estado avançado de degradação, que é a Praia de Évora perto da cidade de Santo António. As restantes praias apresentam grandes potencialidades turísticas pela sua qualidade de águas e de paisagem destacando-se as Praias, das Burras, Banana, Magarida e Boi, assim como o ilhéu Bombom.

I.2. Ambiente Marinho

Devido a sua natureza vulcânica, a plataforma continental da ilha do Príncipe é relativamente estreita: 1023 Km², apesar de ser maior que o da ilha de São Tomé que é de apenas 436 Km² (ver anexo nº 3).

Tanto Príncipe como São Tomé encontram-se no ponto de convergência da corrente sub-equatorial de Benguela e da corrente quente do Golfo da Guiné o que provoca uma corrente equatorial em direcção a oeste. Este fenómeno esta na origem de um movimento de subida das águas profundas em direcção à superfície denominada “upwelling), favorável ao desenvolvimento de espécies de águas profundas e de grandes dimensões. Por isso, Príncipe é particularmente rico em espécies pelágicas, tais como o Peixe Andala (*Istyophorus albicans*) muito abundantes. Outras espécies muito capturadas São o Peixe Fumo (*Acanthocybium solandri*), o Pargo (*Pagrus caeruleostictus*), o bonito (*Caranx crysos*), o maxipombo (*Hemiramphus balao*) e o voador (*Cypselurus melanurus*).

As águas do Príncipe São favoráveis ao desenvolvimento de uma actividade piscatória intensa, porém as actividades de pesca junto às costas têm carácter essencialmente artesanal, sendo a Pesca, a actividade económica que vem logo a seguir à agricultura.

A captura das tartarugas marinhas que se reproduzem na ilha podem por em perigo a sobrevivência desta espécie. Foram identificadas no total 5 espécies de tartarugas que se reproduzem nas águas de São Tomé e Príncipe.(ver **Quadro n.º 2**)

Quadro n.º 2 - Espécies de Tartarugas que reproduzem-se em São Tomé e Príncipe

Nome científico	Nome comum	Tamanho	Valor Comercial
<i>Chelonia mydas</i>	Tartaruga verde	150 cm 120 kg	ovos e carne
<i>Eretmochelys imbricata</i>	Tartaruga imbricata	90 cm 75 kg	Artesanato (muito procurada)
<i>Dermochelys coriacea</i>	Tartaruga luth	250 cm 700 Kg	Carne (pouco apreciada)
<i>Lepidochelys olivacea</i>	Tartaruga oliva	80 cm 45 kg	Carne muito apreciada Carapaça sem valor
<i>Caretta caretta</i>	Tartaruga caretta	-	-

II.2. Diversidade Biológica e Ecossistemas Frágeis

A. Espécies Vegetais e Animais Protegidas

A.1. Vegetação

Apesar da pouca extensão da área de florestas na ilha do Príncipe é notável o alto grau de endemismo que se observa na mesma.

Príncipe possui um género endémico e trinta e duas espécies endémicas únicas desta ilha e quatro outras espécies endémicas partilhadas com outra ilha.

Num primeiro estudo realizado na ilha do Príncipe concluiu-se que toda a floresta húmida primária original desta ilha foi destruída durante uma campanha de erradicação da doença do sono em 1906. No entanto segundo a publicação “Conservação dos Ecossistemas Florestais na República Democrática de São Tomé e Príncipe - P.J. Jones e A. Tye - 1991” as últimas investigações levadas a cabo pelos investigadores (**G.Clarence - Smith**) nas florestas desta região demonstraram que a maior parte da floresta original do sul desta ilha não foi destruída na campanha acima referida e as mesmas mantêm intacta.

A vegetação original predominante no Príncipe é floresta húmida Primária.

A.1.1. Região da Floresta Húmida Primária

A **floresta húmida primária** da ilha do Príncipe possui as mesmas características de floresta húmida de baixa altitude em S.Tomé.

Toda a região acessível desta floresta sobretudo no norte da ilha foi invadida com culturas de cacau, café, coqueiros e bananeiras.

Apenas a parte da mesma situada no sul desta Região Autónoma mantém a sua originalidade e em bom estado de conservação devido a dificuldade de acesso. Nela estão representadas as seguintes espécies endémicas:

Nome Científico	
<i>Rinorea insularis</i>	
<i>Ouratea mutans</i>	
<i>Casearia manni</i>	
<i>Croton stelluliferus</i>	cubango
<i>Erythrococca columnaris</i>	

Esta floresta é bastante rica em *Euphorbiaceae* entre as quais cinco espécies da mesma são endémicas do Príncipe.

Apesar do carácter montanhoso do **Pico do Príncipe** a sua altura não é suficiente para obter nesta ilha a **floresta do nevoeiro** como se observa nos Picos de S.Tomé.

B. Fauna

Apesar de não ser numerosa as espécies de vertebrados terrestres na ilha do Príncipe, mas o grau de endemidade das mesmas é bastante elevada em todos os grupos existentes.

B.1. Aves

A fauna das aves terrestres na ilha do Príncipe é particularmente rica em espécies endémicas muitas das quais estão ameaçadas segundo os dados publicados no Rede Data Book (Collar e Stuart 1985).

Segundo o mesmo estudo, as aves do **Príncipe** possuem um género endémico monoespecífico - *Horizorhinus*, e seis espécies endémicas de aves terrestres que reproduzem-se na ilha.

Três das seis espécies endémicas partilhadas apresentam subespécies nas duas ilhas.

Com a introdução de culturas de café e cacau na ilha algumas espécies adaptaram bem a esta modificação dos seus habitats mas muitas outras não conseguiram ter grande êxito nesta adaptação o que transformou a presença das mesmas em bastante rara já desde os meados do século XIX, época em que iniciou as investigações científicas no país.

As aves endémicas ameaçadas da ilha do Príncipe são as seguintes:

Nome Científico	Nome Local
<i>Lamprotonis ornatus</i>	Estorninho
<i>Turdus olivaceofuscus</i>	Tardo
<i>Nectarinia hartambii</i>	Chobi
<i>Ploceus princeps</i>	Melro
<i>Speirops leucophaeus</i>	Tchiliquito
<i>Zonavena thomensis</i>	Andorinha
<i>Colum malherbii</i>	Rola
<i>Sercinus rufobrunneus</i>	Chota
<i>Dicrurus modestus</i>	Café
<i>Horizordhinus dohrni</i>	Rabo do peixe
<i>Zosterops ficedulinus</i>	Chibi fixa
	Tchili - tchili

Uma atenção especial e muito particular deve ser dada ao ilhéu Tinhosas.

Esta parte do território do Príncipe é particularmente rica em espécies de aves marinhas que necessitam ser protegidas devido a caça praticada pelos pescadores de forma indiscriminada.

Nas Tinhosas estão bem representadas as seguintes espécies:

Nome Científico	Nome Local
<i>Pterodroma medeira</i> <i>Sula leucogaster</i>	pato marinho

Existem também na ilha do Príncipe espécies não endémicas mas que se encontram ameaçadas a nível mundial e que necessita ser protegida. Esta é o caso de *Psittacus erithacus* - **papagaio da ilha do Príncipe**. Apesar de ser proibido a comercialização do mesmo um grande número desta espécie sai de forma clandestina no país.

B.2. Mamíferos

Segundo os estudos efectuados sobre espécies mamíferas nacionais, constatou-se que quando a ilha do Príncipe foi descoberta não havia animais mamíferos na mesma e que os grandes mamíferos foram introduzidos.

Nesta ilha apenas uma sub espécie de **musaranho** é endémica da mesma. Trata-se de *Crocidura poensis*.

No entanto existem populações mamíferas não endémicas tais como **macaco** - *cercopithecus mona*, **porcos selvagens** - *Sug scrofa* assim como as formas continentais do **morcego** - *Eidolon helvum* e *Hipposideros ruber*.

B.3. Répteis

Existe em São Tomé e Príncipe catorze espécies de répteis dos quais quatro delas são comuns em S.Tomé e Príncipe e endémicas das duas ilhas. Trata-se de:

Nome científico	Nome Local
<i>Hemidactylus greffii</i>	geas
<i>Panaspis africana</i>	lagarto
<i>Rynotyphlops feos</i> <i>R. newtoni</i>	cobra escavadora

Existem duas espécies endémicas só do Príncipe que são: *Feylinia pulylepis* - **lagarto sem patas** e *Typhlops elegans* - **cobra escavadora**.

Também pode-se encontrar no Príncipe uma espécie a *Lygodactylus thomensis* - **geco**, que é endémico das três ilhas do Golfo da Guiné nomeadamente S.Tomé, Príncipe e Pagalú.

B.4. Insectos

Uma das grandes preocupações manifestadas pela população do Príncipe em geral e pelos seus dirigentes em particular consiste na diminuição de abelhas na ilha devido a técnica utilizada pelos habitantes desta, na recolha do mel que consiste na queimada e destruição deste insecto com vista a permitir explorar o mel fabricado pelas mesmas.

B.5. Anfíbios

Existem dois anfíbio endémicos da ilha do Príncipe. São eles:

Nome científico	Nome Local
<i>Leptopelis palmatus</i>	raineta
<i>s feae</i>	rã

A **rã** - *Phrynobatrachu dispar* é endémica das duas ilhas.

B.6. Espécies Marinhas

Algumas espécies marinhas tais como a tartaruga endémicas desta ilha, fazem parte da fauna marinha desta região que necessitam ser protegidas por estar ameaçada a nível mundial.

As espécies tais como:

Eretimochelys imbricota - **tartaruga sarda** e *Lepidochelys olyvacea* - **tartaruga bastarda** são as mais frequentes nesta ilha, Normalmente elas utilizam as praias de areia fina desta região para se desovarem com particular realce para a Praia Grande no norte da ilha.

É de salientar que espécies de tartaruga *Eretimochelys imbricota* é muito cobiçada pelos artesãos santomenses devido o alto valor da sua carapaça no fabrico de artesanato.

Abrigo para a protecção dos ovos das tartarugas e seus filhotes foi construído nesta região na Praia do Ilhéu Bombom pela ECOFAC.

Outras espécies marinhas em perigo na ilha do Príncipe são:

Nome científico
Moluscos
<i>Teinostoma fernondesii</i>
<i>Teinostoma funiculaton</i>
<i>Paradoxa cofirmata</i>
<i>Marginella chalmersi</i>
<i>Custians josephinae</i>

Também a espécies de água doce - *Neritina mandoeli* constitui uma espécies ameaçada.

C. Os Ecossistemas e Valência Ecológica (Áreas Protegidas)

C.1. Zona Ecológica do Príncipe

Esta zona encontra-se localizada na parte sul da ilha do Príncipe cobrindo toda a região montanhosa da mesma onde estão localizados os Picos do Príncipe, Agulhas, João Dias Filho, João Dias Pai, Papagaio, Carriot e Mencorne.

A formação vegetal predominante é a floresta primária obô onde se pode encontrar as seguintes espécies endémicas:

Nome Científico
<i>Rinorea insularis</i>
<i>Ouratea mutans</i>
<i>Casearias manni</i>
<i>Erythrococca colummnaris</i>

A protecção desta área é de uma grande importância para a Região Autónoma do Príncipe já que a mesma constitui o pulmão desta ilha. É nela onde está localizada a floresta primária da região e é nesta área onde nascem os principais rios tais como o papagaio, Bibi, Chibala, Banzú etc.

É de salientar que parte desta zona está incluída na área para o desenvolvimento da Zona Franca pelo que necessário se torna fazer um estudo de Impacto Ambiental minucioso sobre o referido investimento de modo a evitar os possíveis danos ambientais na mesma.

II.3. Características Gerais da Economia

A. Características Gerais da Economia

A economia da região assenta-se no sector primário, nomeadamente na produção de copra, cacau, banana e citrinos assim como a pesca.

A população activa ocupada no sector primário em 1997 foi de 2280 pessoas, sendo 1345 do sexo masculino e 935 do sexo feminino. A população activa ocupada no sector primário representava 6,2 % do total da população nacional empregada neste sector da economia nacional.

Quadro n.º 3 - Produção da região em 1997

PRODUTOS	QUANTIDADE Tonel adas	VALOR mil dobras	% DA PRODUÇÃO
Copra	77,0	650,00	17,7
Peixe		6 000,00	
Cacau	199,0		8
Limão	3,2	9,60	
Banana	391,3	313,04	3,0
Matabala	150,1		

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas, Direcção de Planeamento Agrícola

“ - Ministério da Agricultura e Pescas/Direcção de Planeamento Agrícola
Inquérito Agrícola de Produção 1997 - Características sócio-demográficas das explorações agrícolas

* - Direcção de Estatísticas

B. Agricultura

A agricultura é sem dúvidas a principal actividade económica do Príncipe. A estrutura fundiária assenta-se na existência de uma grande empresas estatal, Sundry, cobrindo uma área de 861 ha, assim como vinte e nove médias empresas com um total de 1187,2 ha. Fazem ainda parte da referida estrutura, as pequenas parcelas, distribuídas no quadro da privatização agrícola, e glebas que, em conjunto ocupam uma área de 1054,5 ha.

Os principais sistemas agrários presentes são: sistema agro-florestal e sistema de culturas anuais. No sistema agro-florestal destacam-se: coqueiral, coqueiral em consociação com o cacauzal; cacauzal, cacauzal em consociação com bananal e com matabala; É de se destacar, também a existência de uma área de palmar em S. Joaquim.

As Infra-estruturas agrícolas da região encontram-se em muito mau estado de conservação, e podem ser divididas em dois grandes grupos, nomeadamente infra-estruturas económicas e infra-estruturas sociais.

Infra-estruturas económicas

De forma geral a maioria das pistas rurais desta Região encontra-se em muito mau estado de conservação.

Existem dez secadores, sendo nove de lousa em razoável estado e um mecânico em mau estado de conservação, com uma capacidade de secagem anual aproximada de 1 900 toneladas de produtos se tivermos em conta cerca de sesenta rotações anuais para os secadores de lousa. O secador eléctrico encontra-se localizado na empresa Sundry e os de lousa também em Sundry, Porto Real, Belo Monte, Pingaté, Malaca, Nova Cuba, Ponta do Sol, Gaspar e Paciência.

Infraestruturas sociais

As casas, os postos de saúde, as creches, as escolas e os sistemas de abastecimento de água encontram-se na sua maioria em mau estado de conservação.

Os principais problemas da agricultura na Região Autónoma são:

- a) Falta de crédito ao sector (as taxas de juros praticadas no mercado nacional são muito altas);
- b) Irregular abastecimento do mercado regional em factores de produção, a
- c) falta de material vegetal;
- d) Carência de animais adaptáveis ao clima nacional para disseminação
- e) Mau estado das infraestruturas económicas de apoio à produção;
- f) Elevado custo dos transportes entre a Região e S.Tomé.

Os produtos fitossanitários mais utilizados são: sulfato de cobre, endossulfan, endrin, fosdrin, rondup e orthene.

Os adubos são o cloreto de sódio e a ureia.

O quadro n.º 2 mostra-nos o calendário das principais actividades agrícolas desenvolvidas na Região Autónoma do Príncipe.

B.1. Calendário das actividades agrícolas na Região

Quadro n.º 4 - Calendário das actividades agrícolas (cacauzal)

Actividades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Capina e limpeza	X	X	X			X	X				X	X
Reg.do sombreamento	X									X	X	X
Adubação		X	X					X	X	X		
Colheita e quebra	X			X	X	X		X	X	X	X	X
Plantação										X	X	
Tratamento (míldio)			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Trat. (rubrocinctus)	X	X				X	X	X				

(bananal)

Actividades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Capina	X	X	X			X	X				X	X
Limpeza	X	X	X				X	X				
Plantação								X	X	X		
Colheita		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	

(coqueiral)

Actividades	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Capina				X	X						X	
Limpeza	X	X	X				X	X				
Colheita	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

B.2. Grandes Empresas

A única grande empresa existente na Região é a Empresa estatal Agro-Pecuária Sundy que ocupa uma área de 861 ha entre os quais 621 ha encontram-se cultivados.

O principal sistema agrário é o agro-florestal, cacauzal e coqueiral. Salienta-se também a existência de um área considerável de cafezal em muito mau estado.

Em 1997 trabalhavam na empresa 119 pessoas, entre as quais 12 eram trabalhadores sazonais que produziram 84 ton de cacau, 47 de copra e 4 de banana.

A produção está muito abaixo da real capacidade da empresa. A massa salarial mensal foi de nove milhões e trezentas mil dobras aproximadamente, o que corresponde ao salário médio mensal de setenta e oito mil cento e cinquenta e uma mil dobras e anual de novecentas e trinta e oito mil novecentas e quinze dobras ou seja aproximadamente cento e trinta e quatro dólares americanos per capita.

B.3. Médias Empresas

Na Região existem 31 médias empresas agrícolas que ocupam uma área aproximada de 1187,2 ha. As principais produções destas empresas agrícolas são: a copra, o cacau, a banana, a fruta-pão, a mandioca e a matabala e, na pecuária o gado suíno. Estas culturas são quase sempre feitas em consociações.

Uma das grandes dificuldades destas empresas reside na falta de infra-estruturas, pois a maior parte das médias empresas recentemente destruídas são constituídas sómente por parcelas de terras com áreas superiores à 10 ha.

Os insumos utilizados pelas médias empresas são, até ao momento, importados pelos diversos programas e projectos sob tutela do Ministério da Agricultura e Pescas como é o caso dos programas STABEX, do PNAPAF e do PPADPP. Ao nível do mercado interno, estes factores de produção (insumos e equipamentos) estão isentos das taxas e outras imposições aduaneiras e são vendidos aos agricultores pelas Sociedades Agro-Comerciais (SAC) e pela Loja do PNAPAF à preços subvencionados.

Os principais problemas dos médios empresários resumem-se à:

- a) irregularidade do abastecimento do mercado distrital com factores produção;
- b) falta de meios de transportes para escoamento dos seus produtos;
- c) inexistência de um circuito formal de financiamento ao sector;
- d) falta de material vegetal para diversificação da produção.

Os médios empresários santomenses estão organizados em torno da Associação Santomense dos Produtores Agro-Pecuários (ASPAP) que será muito brevemente apoiada pelo Projecto de Apoio às Médias Empresas Agrícolas que, conta com financiamento português no valor de 245 mil contos(1,33 milhões de dólares americanos) e tem os seguintes objectivos:

- a) Reprodução, multiplicação e maneo de material vegetal;
- b) Procura de mercados na Europa para comercialização dos produtos santomenses;
- c) Criação de um sistema de crédito agrícola.
- d) Reintrodução, melhoria e maneo de espécies animais.

B.4. Pequenas Explorações Familiares

Com o Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades foram distribuídas no Príncipe 1277 ha de terras à 397 famílias de pequenos agricultores, prefazendo uma média de 3,2 ha por família.

O quadro nº 5 mostra-nos a localização, os beneficiários, a área distribuída e média de hectares por agricultor.

Quadro n.º 5 - Parcelas distribuídas aos pequenos agricultores

Localização da parcela	Beneficiários			Área distribuída (ha)	Média por agricultor (ha)
	Homens	Mulheres	Total		
Ponta de Sol	17	3	20	97,5	4,9
Oquê Gaspar	8	7	15	45,0	3,0
Praia Inhame	23	10	33	145,5	4,0
Paciência	23	14	37	63,3	1,7
Belo Monte	20	6	26	26,3	1,0
Pingaté	26	4	30	97,5	3,3
Terreiro Velho	18	4	22	129,5	5,9
Abade	19	5	24	97,0	4,0
S. Joaquim	31	11	42	131,6	3,1
Nova Estrela	18	11	29	87,1	3,0
Bela Vista	14	7	21	52,3	2,5
Fundão	16	11	27	70,0	2,6
Montalegre	16	4	20	114,0	5,7
Porto Real -sede-	29	22	51	120,0	2,4
Total	278	119	397	1277,0	3,2

Fonte: Ministério da Agricultura e Pescas/PNAPAF

A maioria dos beneficiários com parcelas de terras são homens e mulheres que trabalhavam nas antigas empresas explorações, tendo portanto experiência no que concerne aos trabalhos agrícolas. As mulheres têm mais dificuldades porque, para além dos trabalhos agrícolas, cuidam da casa e das crianças, recorrendo por isso, muitas vezes, ao trabalho assalariado ou à ajuda do seu companheiro.

No Príncipe existem 418 pequenos agricultores agrupados em associações que recebem ajuda do MAP através dos diversos programas e projectos como o PNAPAF, Programa Sanitário Integrado e o Projecto de Transformação Artesanal dos Produtos Agrícolas e das Pescas. No ano de 1997 as principais produções das pequenas explorações familiares foram: 101,5 ton de cacau, 38 ton de copra, 301 ton de banana, 130 ton de matabala, 3 ton de citrinos.

Os principais problemas dos pequenos agricultores resumem-se à:

- a) irregularidade do abastecimento do mercado distrital com factores produção;
- b) alto custo dos transportes para escoamento dos seus produtos;
- c) inexistência de um circuito formal de financiamento ao sector agrícola;
- d) Pragas, do Rubrocintus, ratos e macacos.

B.5. Floresta

Segundo informações fornecidas pela Delegação da Direcção de Florestas, no ano de 1997, a produção florestal controlada foi de 300 metros cúbicos de madeira, sendo 75% da mesma constituída por madeira de primeira classe (50% amoreira e 25% pau candeia). Esta quantidade não traduz o real consumo regional dos derivados da florestal consumida pois ela não ilustra a madeira utilizada como combustível nem tão pouco a exploração clandestina para construção civil e móveis.

Até ao presente a gestão das florestas é feita pela Direcção de Florestas através da sua Delegação, organismo público que conta com o apoio dos projectos Assessoria em Política (APOFA/GTZ) e Conservação e Utilização Racional do Ecosistema Florestal da África Central (ECOFAC), financiados pela Alemanha e pela União Europeia, que delimitaram a zona de reserva natural e criaram o corpo de guardas florestais assim como procedem a distribuição e venda de plantas para reflorestação.

A Delegação da Direcção de Floresta enfrenta alguns problemas ligados à sua inserção institucional no quadro da autonomia regional, pois até ao momento não existe qualquer ligação entre a mesma e a Secretaria Regional para os Assuntos Económicos.

C. Pecuária

No Príncipe a pecuária é essencialmente praticada pelas pequenas explorações familiares e por algumas médias empresas como é o caso das empresas Belo Monte, S. João.

Pratica-se a criação de aves, bovinos e pequenos ruminantes (ovinos e caprinos) em regime extensivo, de suínos em estábulos e regime extensivo.

Segundo informações fornecidas pela Secretaria Regional para os Assuntos Económicos o efectivo pecuário da região é de 625 suínos, 176 caprinos e ovinos e 76 bovinos.

Embora no Príncipe se tenha enveredado pela vulgarização do gado bovino, procedeu-se a distribuição da manada da EEAP Sundy, aos pequenos e médios empresários agrícolas, persistem alguns estrangulamentos à produção pecuária como a fragilidade do sistema de controlo sanitário, a carência de cereais e componentes proteicas para ração e a ausência de um sistema de crédito ao sector.

D. Pesca

As potencialidades da Região Autónoma do Príncipe em recursos haliéuticos é de 9000 ton, isto é (pelágicos 7000 ton e demarsais 2000 ton.) o que equivale a 75% dos recursos nacionais. É de salientar que o potencial nacional é de 12000 ton.. Esta actividade económica emprega aproximadamente 120 pessoas, ou seja 5 % da população activa empregada no sector primário.

Por causa da falta de meios técnicos e infraestruturas pratica-se sómente a pesca artesanal, à linha e ou à rede em pequenas embarcações movidas à remo e ou velas e à motor fora de bordo de fraca potência. Em 1996 existiam no Príncipe 104* embarcações, pertencendo a sua maioria aos próprios pescadores, sendo 62 movidas à remo e 42 à motor fora de bordo.

Por causa do tipo de embarcação utilizado, o pescado é capturado junto à costa insular e as espécies mais frequentes são o bonito, o pargo, o cherne e o badejo.

Embora o Projecto de Pesca Artesanal esteja vocacionado para apoiar os pescadores, estes ainda deparam-se com algumas dificuldades entre as quais podemos enumerar a falta de crédito para financiar a actividade produtiva e a falta de materiais de pesca à venda no mercado distrital.

D. Indústria

O parque industrial do Príncipe é composto pelos seguintes ramos: industria alimentar (produção de refrigerantes e panificação), transformação da madeira, sector energético e por alguma produção artesanal de móveis e bebidas.

D.1. Alimentar

Embora com alguma irregularidade, a firma Lima Barbosa Lda produz refrigerantes que são posteriormente consumidos no Príncipe.

Com o apoio do Projecto de Apoio às Associações de Agricultores, Pescadores e Mulheres na Transformação Artesanal dos Produtos Agrícolas e das Pescas produz-se artesanalmente sumos de diversas frutas da região e a tradicional banana frita denominada “bôbô fito” que é muito apreciada e consumida pelos visitantes do Príncipe.

É também feita a produção artesanal da aguardente de cana-de-açúcar.

D.2. Energético

Como em todo o país a produção e distribuição de energia na região é deficiente e encontra-se localizada na cidade de Santo António. A produção é garantida por três grupos de geradores localizados na central térmica da cidade de S. António que tem uma capacidade instalada de 800 KVA, quantidade superior ao actual consumo. No entanto sómente a população citadina e a da EEAP Sndy tem acesso à energia eléctrica devido ao fraco desenvolvimento da rede de distribuição.

Encontra-se na fase de arranque, com apoio financeiro e técnico da Cooperação Portuguesa um projecto para o melhoramento e alargamento às zonas sul e norte da rede de distribuição de energia.

Os principais estrangulamentos à produção, distribuição e consumo de energia são o alto custo da produção e a rede de distribuição exígua e obsoleta.

D.3. Construção Civil

É insipiente só se encontra registada duas empresas de construção a Saô -Serviços Gerais e a Econs Príncipe. Também realizam obras no Príncipe as seguintes empresas de Construção civil: CONSTEP e SENAE

Existem duas empresas de transformação da madeira, uma em Sundy e outra na cidade de S. António mas somente uma, a “Chariot” encontra-se em funcionamento.

E. Comércio

Na Região operam cinco “grandes” empresas comerciais: AGRICOM Ld^a, Casa Tropical, Casa Sacadura e Matos Lda, Lima Barbosa e a Jaime Costa Ld^a que comercializa combustíveis e lubrificantes.

AGRICOM Ld^a- Sociedade Agro Comercial constituída no âmbito do Projecto de Privatização Agrícola, está vocacionada para venda de insumos e equipamentos agrícolas e compra da produção aos agricultores. Actualmente compra quase toda a produção de copra e o cacau dos pequenos agricultores que são posteriormente secos na sua unidade em Porto Real. A AGRICOM emprega 21 trabalhadores.

A loja PNAPAF comercializa materiais e equipamentos agrícolas.

As Casas Tropical Ld^a e Sacadura e Matos Ld^a comercializam essencialmente géneros alimentícios, bebidas, vestuário e calçados.

Na região existe um mercado tradicional, constituído por um edifício principal de alvenaria, coberto de telhas e várias barracas de madeira e cobertas de zinco que ocupa uma área aproximada de 400m². Neste mercado procede-se a venda dos produtos alimentares produzidos localmente e de produtos alimentares e bebidas importados na sua maioria de S. Tomé.

Quadro n.º 6 - Principais produtos comercializados no mercado de S. António(Maio de 1998)

PRODUÇÃO LOCAL	
Principais produtos	Preços em dobra
Óleo da palma	7 000,00 (litro)
Banana	2 000,00 (quilo)
Peixe	6 000,00 (quilo)
Ananás	2 000,00 (quilo)
Fruta-pão	500,00 cada
Matabala	2 000,00 (quilo)
IMPORTAÇÃO	
Arroz	6 500,00 (quilo)
Vinho de pacote	10 000,00 (litro)
Cerveja	4 500,00 lata ou garrafa
Espaguete	5 000,00 (quilo)
Massa de Tomate	2 500,00 (0,07 quilo)
Sabão importado	9 000,00 barra
Feijão	10 000,00 (quilo)
Sal	10 000,00 (quilo)
Tomate	15 000,00 (quilo)

Existem várias quitandas localizadas principalmente na cidade de S. António e arredores que praticam o comércio informal relacionado com a venda de produtos alimentares e bebidas também adquiridos na cidade de S.Tomé.

A maior parte das trocas comerciais é feita durante todo o ano, com a ilha de S.Tomé, que abastece todo o mercado regional em termos de alimentos, vestuário, insumos e equipamentos agrícolas etc., todos importados do exterior e é também para lá que se dirige a maior parte da produção da Região (peixe seco, banana, limão, copra e cacau).

Segundo informações fornecidas pela Delegação da Direcção das Alfandegas, as trocas comerciais entre S. Tomé e Príncipe no ano de 1997 foram de 1 694,8 toneladas de mercadorias sendo 1 380 ton de mercadorias importadas e 314,8 toneladas exportadas. Os principais produtos importados foram alimentos, combustíveis, materiais de construção e diversos equipamentos. A estrutura das exportações foi a seguinte: Cacau-199 ton, copra-77 ton, banana-13,5 ton, peixe seco-10,4 ton, limão-4,9 ton e 10 ton diversos.

F. Serviços

F.1. Sistema Financeiro

O sistema financeiro do Príncipe é deficiente, funcionam somente uma Delegação do Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe que garante todas as operações bancárias comerciais da região e uma “Caixa Local de Poupança e Crédito”.

A Caixa Local de Poupança e Crédito Autogerida, criada com o apoio financeiro da Caixa Francesa de Desenvolvimento (CFD) e técnico do CIDR e a Sociedade Agro-Comercial “AGRICOM” concedem créditos ao sector agro-pecuário. A caixa Local de Poupança e Crédito Agrícola apoia um universo de 390 pequenos agricultores, concedendo crédito à curto prazo, 3 à 12 meses à taxa aproximada de 35%. A Sociedade Agro-Comercial “AGRICOM” concede somente créditos de campanha aos pequenos agricultores seus clientes à taxa de 0%.

F.2. Transporte

A ligação entre as ilhas de S. Tomé e Príncipe é feita pela via marítima e aérea. Pela via aérea, a Air São Tomé, companhia de aviação nacional, assegura cinco carreiras semanais regulares com uma avioneta com capacidade para 16 lugares. Estimamos que no ano de 1997 a companhia transportou cerca de 2 700 pessoas entre as duas ilhas. O custo do bilhete de ida e volta é de 40 dólares americanos.

A ligação marítima é garantida por navios de cabotagem com 50 à 150 toneladas de arqueação bruta e por alguns navios de pesca pertencentes as empresas nacionais Transmares e S. Miguel. No ano ano passado estes navios fizeram 120 escalas na ilha do Príncipe, tendo transportado aproximadamente 1700 toneladas de carga geral e 1331 passageiros para S. Tomé.

O sector dos transportes terrestres está pouco desenvolvido e é caracterizado pela existência de alguns indivíduos detentores de taxis e carrinhas que fazem ligações regulares entre o aeroporto, Sundry, Picão e Porto Real e a cidade de S. António.

F.3. Comunicações

As telecomunicações no Príncipe são garantidas pela Companhia Santomense de Telecomunicações (CST) SARL que emprega nove trabalhadores e tem cerca de de centena e meia de assinantes entre empresas e pessoas singulares. Os serviços prestados são de boa qualidade tendo a região acesso automático directo com todo o mundo e todas as facilidades que a CST oferece aos assinantes em S.Tomé (correio electrónico, INTERNET etc.).

F.4. Abastecimento de Água

A água consumida no Príncipe, cidade de S. António é de muito má qualidade devido a falta de protecção do depósito, o estado obsoleto da canalização e a falta de tratamento da mesma.

A água provem de duas fontes diferentes: da rede pública através da EMAE e das antigas empresas estatais. A água fornecida pela rede da EMAE embora seja paga é de muito má qualidade e abastece e põe em perigo a saúde de cerca de 2000 mil pessoas da cidade S. António.

A fornecida pelas redes das antigas explorações agrícolas, é gratuita, não estão em boas condições e abastecem cerca de dez localidades.

F.5. Função Pública

Na Região Autónoma encontram-se empregados 186 trabalhadores na função pública que auferem salário médio mensal de Db 125 763,00 por pessoa. Os sectores da educação e da saúde empregam 128 trabalhadores (72 na saúde e 56 na educação) ou seja aproximadamente 69% do efectivo total da Função Pública.

As despesas com os sectores da educação e saúde representam aproximadamente 46% das despesas correntes do Orçamento Geral da Região Autónoma, sendo de 26,3% as despesas com a educação de 20,1% as despesas com a saúde.

G. Infra-estruturas

G.1. Porto

Existe um porto não acostável na cidade de S. António com pouco mais de metro e meio de profundidade que foi recentemente reabilitado com o apoio da cooperação francesa. Os equipamentos portuários estão todos obsoleto quer física quer moralmente.

G.2. Aeroporto

Encontra-se em bom estado e razoavelmente equipado, permitindo a aterrissagem das aeronaves com relativa segurança durante qualquer hora do dia. O grande handicap do mesmo é a pequenez da pista que não permite a aterrissagem de aeronaves com capacidade superior à do Foker 27.

G.3. Estradas

As estradas asfaltadas foram recentemente reabilitadas e oferecendo condições razoáveis de circulação, com excepção das ruas da cidade de S. António que se encontra em péssimas condições e do troço que liga S. António à Porto Real. As pistas de terra batida, quer sejam as rurais ou as rurais agrícolas encontram-se em muito mau estado, tendo muitas delas desaparecidas com é o caso da que liga S. António à Infante D. Henrique ou à Fundão ou ainda ainda à Maria Correia. O estado das pontes também é deplorável incluindo a ponte sobre o rio Papagaio, que S. António à zona sul e este da ilha.

G.4. Outras infra-estrutura Económicas e Sociais

É desolador o estado avançado de degradação e ruínas das infra-estruturas que constituem o parque habitacional, os armazéns, o quartel das forças armadas, os serviços da cidade de S. António.

No Príncipe existem 7 escolas primárias e uma escola secundária básica. Não existe escola Pré-Universitária. O estado geral das escolas é razoável.

H. TURISMO

O sector do turismo da região ainda é embrionário, existindo apenas cinco unidades hoteleiras que empregam cerca de 60 pessoas têm uma capacidade instalada de 53 quartos distribuídos da seguinte maneira:

Bom Bom Island Resort - Complexo turístico de luxo situado no ilhéu Bom Bom e na parte norte da ilha do Príncipe com 25 quartos e constituído por diversos bungalows, restaurante, piscina, TV satélite e iates que são postos à disposição dos utentes. A principal atracção deste complexo é a prática pesca à linha e submarina.

Pensão Residencial Palhota - de nível médio, localizada no centro da cidade de S. António, é constituída por 13 quartos climatizados com casa de banho privativa e TV. Pensões Arca de Noé, Romar e Popular empregam 12 pessoas e têm no total quinze quartos ventilados sem casas de banho privativa.

ReuSTARANTES - A região não tem uma rede de reuSTARANTE. Existem dois, um encontra-se instalado no Complexo Turístico Bom Bom Island Resort e o outro na cidade de S. António mas infelizmente encontra-se inoperante, ReuSTARANTE Bar Passô. No entanto proliferam as casas de pasto.

I. Zona Franca

Está em perspectiva a criação de uma Zona Franca na Baía das Agulhas (ZFBA) que ocupará uma área de 50 Km² (aproximadamente 1/3 da superfície da região autónoma), localizada na parte ocidental da ilha do Príncipe. A ZFBA será uma plataforma multi-sectorial de prestação de serviços, produção industrial e de distribuição de produtos manufacturados para o mercado do Golfo da Guiné.

Na ZFBA pretende-se desenvolver as seguintes actividades:

- Prestação de serviço de engenharia às frotas marítimas e aéreas que operam no Golfo;
- Stockagem e rápida distribuição de peças sobressalentes e equipamentos para as multi-nacionais instaladas na rica região do Golfo da Guiné;
- Instalação de Bancos Offshore;
- Instalação de zonas residenciais, de recreação e de lazer para o pessoal expatriado que presta serviço nas multi-nacionais que operam no Golfo da Guiné;
- Concessão de áreas para instalação de serviços de saúde e de educação para expatriados e a elite local;
- Entrepasto comercial;
- Produção, transformação e comercialização de frutas e flores tropicais, etc.;

Para apoiar estas actividades serão criadas as seguintes infra-estruturas:

- Porto pesqueiro e de águas profundas na Baía das Agulhas;
- Estaleiro naval para reparação de navios;
- Instalação de rede de estradas asfaltadas que ligarão o porto, o aeroposto e as zonas agrícolas e de prestação de serviço e de lazer;
- Construção de angares, aerogare e extensão da pista do aeroporto do Príncipe para 2,5 Km, de forma a permitir a aterragem de aeronaves com capacidade para mais de cem passageiros.

A ZFBA beneficiará a população do Príncipe com a criação de vários postos de trabalho permanente e acesso à vasta gama de serviços sociais de boa qualidade, como a saúde, educação, água e electricidade, etc..

Para a República Democrática de São Tomé e Príncipe a ZFBA contribuirá decisivamente para o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais (porto, aeroporto, hotéis, estradas, etc.) e constituirá uma oportunidade de negócios para as empresas de prestação de serviços instaladas for a da Zona, permitirá o aproveitamento de áreas até agora marginais para a agricultura e proporcionará rendimentos para erário público provenientes da concessão dos terrenos, impostos sobre o salário e da troca de produtos entre a ZFBA e o território nacional.

Atendendo as características especiais dos ecossistemas situados nas áreas propostas para o desenvolvimento da ZFBA e a fragilidade da área, necessário se torna que seja levada a cabo um minucioso estudo de impacto ambiental com vista a minimizar os impactos negativos dos investimentos sobre o ambiente.

II.4 . QUADRO SOCIAL

A. NO PLANO DEMOGRÁFICO

De acordo com os dados do capítulo II.2, a Região do Príncipe contava com 5 471 habitantes, correspondendo basicamente à taxa média anual de crescimento efectivo da população do País, na ordem dos 2,6 % entre um censo e outro (1981-1991).

Admitindo-se uma taxa de crescimento mais ou menos idêntica, segundo estimativas da Direcção Nacional de Estatística, hoje a população do Distrito rondará os 5 710 habitantes, ou seja, cerca de 4, 3 % da população total do País, sendo 2 817 homens e 2 892 mulheres. Pela sua estrutura etária, trata-se de uma população eminentemente jovem, aliás como em todo o resto do País, concentrando-se a grande maioria de 66, 8 % entre os 0 e os 24 anos de idade, 20, 3 % entre os 25 e os 49 anos e 12, 9 % no grupo dos 50 anos em diante.

A taxa de natalidade parece ser particularmente alta, assim como a taxa de mortalidade infantil, como resultado da especificidade própria de certos hábitos e padrões de vida da população e também das condições relativamente mais precárias de que usufrui a mesma, devido ao isolamento e à conseqüente dificuldade de acesso regular a bens e serviços. Infelizmente, o sistema nacional de informação estatística não permite o conhecimento acerca do comportamento das diversas variáveis ao nível particular de cada um dos Distritos e, neste caso, da Região, o que naturalmente impede portanto a apreciação mais em profundidade da situação reinante, nomeadamente no domínio das estatísticas vitais e demográficas em geral.

B. ESTRUTURA SOCIAL

No Príncipe, como é óbvio, predominam os *Minuíé* (filhos da Ilha), também conhecidos por *Monkós*, enquanto grupo etno-cultural mais numeroso e representativo da população da Região. Aliás, é o território onde parece concentrar-se a esmagadora maioria desse grupo humano, pelo menos em termos do genuíno, ou seja, sem importantes marcas ou traços de miscigenação ou *assimilação*. O grupo que se lhes segue é o dos caboverdianos e seus descendentes, sendo sem dúvida muito superior o número destes que, nascidos em S. Tomé e Príncipe, tendem a manter normalmente o estatuto da dupla nacionalidade encoberta . O número de *Forros* também é bastante significativo, assim como o dos *Angolares*, que ali se dedicam essencialmente à pesca de tipo artesanal. É igualmente notória a presença de santomenses de ascendência angolana e moçambicana, os *Tongas*, cujo número é relativamente muito menor.

No fundo e possivelmente devido à especificidade que lhe concede o facto da descontinuidade territorial, no Príncipe pode-se dizer que se repete o mesmo mosaico, que se regista no Distrito de Água Grande, ainda que em ponto mais pequeno e sem a presença tão marcante de estrangeiros.

Por outro lado, embora se possa registar, como é natural, a presença de elementos representativos dos vários grupos socialmente diferenciáveis, com base no seu estatuto económico ou sócio-profissional, o certo é que no Príncipe predominam no seio da população residente os pequenos agricultores, os assalariados agrícolas, os agentes da Administração Pública, os estudantes, os elementos ligados ao sector informal e, evidentemente, também as domésticas, muitas das quais respondem cumulativamente à condição de *palayês*, na medida em que comercializam géneros mesmo à porta de casa, como no mercado e / ou de forma ambulante. Pela sua relativa importância e papel social, ainda que muito menor, são de se referir também o grupo dos pescadores e, como grupos mais residuais, o dos indivíduos ligados ao médio e pequeno comércio, o dos pequenos produtores artesanais e o dos *candongueiros*.

Cabe salientar que, como consequência do programa nacional de distribuição e privatização de terras anteriormente concentradas sob a gestão do Estado, verificou-se nos últimos anos uma redução substancial no número de assalariados agrícolas, que foram passando desse modo à condição de pequenos agricultores, portanto, por conta própria. Tal fenómeno, por certo bastante positivo em termos de libertação e promoção de novas sinergias, face ao marasmo económico e social que tende a caracterizar a Região, tem ainda o mérito de preservar e até mesmo fortalecer o predomínio do sector primário, muito em consonância com os recursos realmente disponíveis e com as potencialidades que hoje oferece esta parcela do País.

Para o inquérito levado a cabo, foi assim possível apurar informações e dados recolhidos através de uma amostra de 151 indivíduos, que corresponderia a sensivelmente 5,2 % do total da população estimada em 1997 para o Distrito, de quinze ou mais anos de idade, que foi o limite tomado como base de referência para o efeito. Essa cifra representava, por outro lado, 7,7 % do total de entrevistados a nível nacional, isto é, muito para além da relação percentual em termos globais do País, ao ter-se procurado deliberadamente encontrar maior representatividade possível das especificidades regionais.

Da referida amostra, 47 % dos entrevistados estavam ligados ao sector agro-pecuário, portanto, quer como pequenos agricultores, quer como assalariados agrícolas, 12,6 % ao grupo dos agentes da administração pública, 8,6 % ao sector informal, assim como ao grupo dos estudantes, 7,9 % ao dos trabalhadores industriais, 6,6 % ao de domésticas, 5,3 % respondiam ao estatuto de pescadores, 2 % ao de vinhateiros e, por último, 0,7 % ao sector do comércio, assim como ao da construção civil.

C. FORMAS DE AGREGAÇÃO SOCIAL

Parece haver uma certa propensão para iniciativas de carácter associativo ou de grupo, tanto para fins económicos, como sócio-profissionais ou culturais. Duma forma geral, os

trabalhadores por conta doutrém estão ligados a Sindicatos da respectiva área ou sector, do mesmo modo que existem também Associações de Pequenos agricultores, de Pescadores, assim como Associações de Mulheres, de jovens e outras de fins humanitários, culturais ou de promoção ao desenvolvimento regional . Destacam-se ainda outras organizações em jeito de confraria ou irmandade, geralmente orientadas para fins de carácter religioso ou cultural.

Nesse sentido, pode-se perfeitamente considerar que a experiência do Príncipe é mesmo exemplar, aliás, única e portanto digna de ser seguida pelo resto do País, pelo menos, naquilo que fôr possível . É de se realçar o significado altamente positivo dessas manifestações concretas, com vista à organização e melhores formas de intervenção da sociedade civil, no quadro geral da vida nacional, na medida em que é assim como se expressa de facto o verdadeiro grau de envolvimento e participação voluntária e consciente de cada um e de todos, partindo da motivação própria e verdadeira identificação com os problemas que afectam a cada momento a sua Região e / ou o País em geral.

D. SITUAÇÃO EDUCACIONAL

A Região do Príncipe apresenta os mais altos níveis de escolaridade do País. Aliás, de acordo com os resultados do inquérito levado a cabo em 1996, sob a égide do Banco Mundial e relativamente às despesas públicas em S . Tomé e Príncipe, o nível mais elevado de frequência escolar foi exactamente observado no Príncipe, onde tal índice se situava muito perto dos 80 % no seio da população de idade compreendida entre os 6 e os 20 anos.

No âmbito do programa de recolha de dados e informações, levado a cabo pelo PNADD no ano passado, apenas 11, 9 % dos inquiridos admite não saber ler nem escrever, enquanto que 32, 5 % diz ter completado a 6^a classe, 10, 6 % afirma possuir a 9^a classe e quase 4 % a 11^a classe concluída . Cabe ainda assinalar que mesmo só no grupo dos detentores do diploma da 4^a classe se concentra um número maior dos inquiridos (29, 1 % do total), em relação aos 21, 9 % que declaram não ter alcançado esse nível de habilitação.

Analisando a situação em função dos grupos-alvo, destacam-se, em primeiro lugar, os agentes do sector informal e, em segundo, os indivíduos ligados à agricultura e pecuária, como os de maior peso relativo em matéria de analfabetismo, isto é, com uma taxa específica de 38, 5 % para os primeiros e 18, 3 % para os segundos. Aliás, esses dois grupos somam em conjunto mais de 94 % do total de analfabetos apurados . Caso curioso é dado pelas domésticas, das quais só 10 % declara não saber ler nem escrever, situando-se as restantes 90 % acima da 4^a classe.

Entretanto, é ao nível dos estudantes e dos agentes da Administração Pública, que se observam os índices relativamente mais altos de escolaridade, visto que nesses grupos possuem para além da 6^a classe, respectivamente 92, 3 % e 84, 2 % dos elementos entrevistados. É de se realçar ainda o facto de, entre as domésticas e os indivíduos ligados ao sector da indústria, tal cifra se situar nos 50 % e, mesmo ao nível do sector agro-pecuário, esta ser superior aos 35 %.

De acordo com o estudo de revisão das despesas públicas, no atinente ao Sistema Educativo Nacional, no ano lectivo de 1995 / 96, a Região contava com um efectivo escolar de 1002 alunos, o que representaria cerca de 17, 7 % da sua população total e cerca de 37 % do número de menores em idade escolar, neste caso, entre os 6 e os 18 anos, limite máximo de idade para a 8 ° classe, último grau de escolarização possível no Distrito . A rede escolar contempla 7 unidades de ensino primário e uma de ensino secundário, que é a Escola Secundária de S . António, que por certo é a única fora da Capital do País, onde se ministra até à 9 ª classe, proporcionando assim aos estudantes da Região a possibilidade real de concluírem localmente o referido nível de ensino.

E. SITUAÇÃO SANITÁRIA

A Região dispõe de uma rede sanitária, que, em circunstâncias normais, poder-se-ia considerar relativamente boa, não fossem nomeadamente as limitações e os transtornos impostos pelo próprio fenómeno da descontinuidade territorial . Com efeito, a rede inclui um Hospital regional com capacidade de internamento e algumas valências médicas, alguns serviços de apoio ao diagnóstico, uma maternidade, uma pequena unidade de estomatologia e uns poucos postos sanitários.

Entretanto, a dispersão territorial da população, associada às dificuldades de acesso e de circulação, fazem com que essa rede apresente importantes pontos de constrangimento, algumas disparidades e incongruências, o que a torna bastante precária, na medida em que ficam, por vezes, consideravelmente limitadas as possibilidades de a população beneficiar, em condições normais, dos cuidados médico-sanitários mínimos. Tal situação agrava-se ainda muito mais, devido à propensão que se nota no quadro geral da política nacional de saúde, no sentido de priorizar o nível terciário, de forma consciente e deliberada ou não, em detrimento dos cuidados primários.

O clima geral neste domínio parece entretanto tender a melhorar consideravelmente nos últimos tempos, graças ao programa de extensão da assistência do Centro Hospitalar de S . Tomé ao Hospital Regional Dr. Quaresma Dias da Graça, numa espécie de geminação, tanto no plano humano, como no técnico-material.

F. AMBIENTE E HABITAT SOCIAL

O panorama ambiental na Região é dos mais protegidos do País, neste caso, muito similar ao prevalecente no Distrito de Caué . Dispondo, tal como este, de uma vasta área de reserva florestal e ecológica, a Região do Príncipe constitui também um dos espaços territoriais, onde se pode verificar menor pressão sobre os recursos naturais disponíveis . Isso, por razões também bastante óbvias: Por um lado, o número reduzido da sua população, relativamente à extensão do território e, por outro, o seu total isolamento e menor acessibilidade, graças à descontinuidade territorial e à distância que a separa do resto do País.

Para além dalguma caça, que como em todo o País é feita de forma desregrada e sem o devido enquadramento legal, não são notórios na Região vestígios importantes de desflorestação, nem de erosão costeira ou quaisquer outros devidos ao uso abusivo dos recursos naturais . Mesmo no tocante à extracção do vinho de palma, parece não ser ainda vulgar a prática de produção dos chamados *pumbú* e *kiomba*, cujas consequências se fazem sentir, tanto ao nível da vida útil das palmeiras, como da saúde dos próprios consumidores.

As casas de habitação são construídas essencialmente em madeira, de qualidade diversa, sendo comum as construções em alvenaria no centro da Cidade de S . António e podendo-se ainda observar a utilização de materiais como o bambú e derivados da folha de palmeira em áreas do interior . Nas antigas Empresas agro-pecuárias e suas dependências, as edificações são geralmente em alvenaria, mas a exiguidade do espaço físico disponível, face ao elevado número de filhos e outros familiares, continua a ser motivo de grande preocupação, na medida em que obriga ao mesmo tipo de promiscuidade e degeneração, que tende a preservar e a reproduzir graves riscos para a saúde física, moral e social do cidadão e das comunidades.

Colocam-se também sérias dificuldades em matéria de saneamento básico, assim como de água potável . Normalmente, as populações têm de percorrer alguma distância para acarretar água, sobretudo para beber, pois a grande maioria abastece-se de chafarizes públicos ou dos cursos de água . A problemática da água assume dimensões e contornos verdadeiramente inquietantes, na medida em que a própria rede de abastecimento à Capital se encontra altamente danificada, obsoleta e quase inoperante.

A recolha e tratamento do lixo está ao critério de cada um, pois não existe um mecanismo comum definido para o efeito, mesmo ao nível da cidade de S . António . O sistema de drenagem de águas residuais e pluviais, para além de limitado apenas a uma pequena parte da Capital, encontra-se em muito mau estado de conservação e quase completamente inutilizada . O número de latrinas ainda é insuficiente, face à ausência quase total de casas de banho, quer individuais, quer colectivas, visto que mesmo os *balneários* existentes nas Empresas e suas dependências encontram-se na sua grande maioria inoperantes. Assim, o mato e as áreas circundantes às casas vêem-se convertidos em depósitos naturais dos principais resíduos sólidos, incluindo os dejectos humanos.

II.5. QUADRO POLÍTICO E INSTITUCIONAL

A. Quadro Jurídico Institucional

A Constituição Política santomense de 1990 estatui no art.º 10º, como um dos seus objectivos primordiais, “*preservar o equilíbrio da natureza e do ambiente*”. Além disso, varias outras disposições se referem ao direito do cidadão usufruir de um ambiente de vida humana sadio (arts. 48) e lhe conferem os mecanismos legais para a sua protecção (arts.19 e 59).

A realidade autárquica, inserida no âmbito da descentralização democrática dos poderes administrativos do Estado, surge pela primeira vez em S.Tomé e Príncipe com a Constituição Política de 1990, no quadro das mudanças democráticas consubstanciadas pelas primeiras eleições livres realizadas nos primórdios de 1991.

Essa Constituição Política estatui no seu Titulo VII, sobre os **órgãos de poder local**.

No art. 114º (Funções) ressalta que «os Órgãos de poder local constituem a expressão organizada dos interesses específicos das comunidades locais pelas quais se reparte o povo santomense».

O Art. 115º (Autarquias locais), por sua vez estabelece que a «Organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias locais, como órgãos de poder local, de acordo com a Lei da Divisão Político-administrativa do País».

No que concerne à **Ilha do Príncipe**, é-lhe conferido um Estatuto Político Administrativo próprio, tendo em conta a sua especificidade. Por legislação avulsa denominou-se essa autarquia especial «Região Autónoma do Príncipe».

Rege ainda a Constituição (art. 118º) que o número de membros de cada Assembleia Distrital é fixado por lei e que aqueles são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto dos cidadãos residentes.

Por outro lado, a divisão Político Administrativa do País cria seis (6) Distritos, a saber: Agua grande, Mé-Zóchi, Cantagalo, Lobata, Caué, Lembá e uma Região Autónoma o Príncipe, que constitui em termos constitucionais uma autarquia especial. Por sua vez a Lei n.º 10/92, estatui sobre a Lei Quadro das Autarquias Locais.

De conformidade com o artigo 1º desta Lei Quadro, «são autarquias locais os distritos que conformam a Divisão Político Administrativa do País...». Elas gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e estão sujeitas à tutela administrativa do Governo, não obstante poderem impugnar contenciosamente as ilegalidades cometidas pela autoridade tutelar no exercício dos poderes de tutela.

As autarquias gozam igualmente de **poder regulamentar** que lhes permite criar normas gerais com carácter obrigatório na área da sua jurisdição e dispõem de quadros de pessoal próprio organizados de acordo com as respectivas necessidades permanentes.

Por sua vez, o artigo 3º da Lei Eleitoral dos órgãos das autarquias locais (Lei n.º 11/92), define a sua **composição** nos seguintes termos:

«1- As Assembleias Distritais são compostas por 11 membros nos distritos com população superior a 20.000 habitantes, 9 nos de população de 10.000 a 20.000 habitantes, e 7 nos de inferior a 10.000 habitantes».

2- As Câmaras Distritais são compostas por 5 membros nos distritos de população superior a 10.000 habitantes e 3 nos restantes distritos.

3- A Câmara do Príncipe é composta nos termos do n.º 2 acrescido de mais dois (2).»

O **mandato** dos órgãos é de 3 anos, tanto para as Assembleias como para a Comissão Executiva distrital (Câmara distrital). Assim, tendo sido eleitos em Dezembro de 1992, o mandato dos vereadores locais expirou normalmente em Dezembro de 1995. Porém, visto não se terem ainda realizado as respectivas eleições, os órgãos autárquicas mantêm-se em funcionamento, aguardando novas orientações.

B. Atribuições e Competências dos Órgãos de Poder Local:

As atribuições e competências das autarquias abarcam designadamente os seguintes **domínios**:

- Desenvolvimento económico local;
- Ambiente e recursos naturais;
- Saneamento básico e saúde pública;
- Viação e transportes rodoviários;
- Urbanismo e habitação;
- Educação, formação profissional e Cultura;
- Desporto, tempos livres e animação social;
- Protecção civil;
- Cooperativismo e o associativismo;

Dentre aquelas são de destacar as relativas ao domínio do **saneamento básico e saúde pública**, designadamente:

- Estabelecimento e gestão do sistema distrital de abastecimento de água;
- Estabelecimento e gestão do sistema distrital de esgotos, descarga e evacuação de águas usadas ou residuais;
- Estabelecimento e gestão do sistema distrital de recolha, tratamento, aproveitamento ou destruição de lixos e de limpeza pública;
- Estabelecimento e gestão de cemitérios;

- Disciplina de enterramentos e actividade funerária;

E as relativas ao **domínio do ambiente e recursos naturais**, designadamente:

- Promoção de medidas, acções e programas de protecção e conservação da natureza, nomeadamente da fauna e da flora, com atenção particular às espécies em perigo de extinção;
- Protecção e conservação do património natural paisagístico e urbanístico;
- Promoção de medidas visando a gestão racional dos recursos naturais e em particular a conservação do solo e da água;
- Disciplina e controlo de acções e actividades poluidoras ou susceptíveis de constituir factores de insalubridade.

C. Lei das Finanças Locais

Pela Lei n° 16/92, publicada no Diário da Republica n° 27/92, de 30 de Dezembro, a Assembleia Nacional adoptou o regime jurídico da gestão patrimonial e financeira dos Distritos, “que na sua essência procura adequar e ajustar os interesses das estruturas autárquicas à situação e capacidade económicas do País, tendo em conta a necessidade de garantir o funcionamento das Assembleias e Câmaras distritais”.

Porém, tendo em conta que a Lei base das autarquias prevê uma transferencia regular e progressiva das competencias e atribuições da Administração Central para a Administração descentralizada, na medida em que estas fossem tendo as condições suficientes para as gerir correctamente; e considerando que face às difíceis condições de funcionamento das Câmaras, designadamente, a exiguidade dos recursos humanos disponíveis, tanto em quantidade como sobretudo em qualidade, assim como os poucos recursos materiais existentes, os resultados da gestão autárquica têm sido pouco positivos;

D. Legislação Ambiental COM INCIDENCIA NOS DISTRITOS

Em STP não existe de momento legislação ambiental específica produzida pelas autoridades distritais, com ligeira excepção para a região do Príncipe. Por isso trataremos de abordar aqui, a legislação nacional em vigor ou em preparação, com particular incidência nos distritos.

Por razões de sistematização agrupamo-la em três grupos:

D.1.- LEGISLAÇÃO DO PERÍODO COLONIAL:

- **Código Penal, artigos 464° e 476°**- que consideram crime os actos de por fogo em serras, matas ou arvoredo, destruição de árvores frutíferas ou não, pertencentes a outrém; os infractores podem ser condenados em prisão de três a trinta dias, além de multa.

Embora se vise aqui a protecção da propriedade individual, poder-se-á considerar estas disposições como formas de protecção indirecta à floresta.

- **Decreto n° 682, de 23/07/1914** - que aprovou o regulamento de protecção das arvores que constituem o património nacional; não foi implementado e está desactualizado;
- **Decreto n° 18 604, de 12/07/1930** - que proibiu o corte de amoreiras em todo o território; não foi satisfatoriamente implementado, encontrando-se desactualizado;
- **Decreto n° 39 931, de 24/11/1954**- Estabeleceu o regime das matas e terrenos submetidos ao regime florestal estando igualmente desactualizado;
- **Decreto n° 40 040, de 20/01/1955**- Fixou o regime de protecção do solo, flora e fauna nas ex-provincias ultramarinas; criou um Conselho de protecção da Natureza e atribuiu aos Departamentos de Agricultura competência para evitar que as actividades agrícolas e florestais contrariem as regras de protecção do solo; é actualmente o único instrumento legal que regulamenta a caça. Embora ainda em vigor, o Decreto encontra-se largamente ultrapassado, especialmente no que concerne às disposições relativas à conservação e protecção das espécies ameaçadas e à regulamentação da caça;

D.2. LEGISLAÇÃO PÓS-INDEPENDENCIA;

- **Decreto-Lei n° 59/ 80**, de 18/ 12/ 80- aprovou o **Código Sanitário**, que atribui competências ao Ministério da Saúde para vigiar e fiscalizar os sistemas de abastecimento de Água e de esgotos; além disso, interdita a descarga de águas residuais sem tratamento prévio.
- **Lei n° 03/91**, de 20 de Novembro de 1991 - “**LEI da TERRA**”, criou o quadro jurídico-institucional regulador da propriedade fundiária; estatui sobre o regime de distribuição e utilização de terras do Estado e classifica-os em 4 categorias: domínio publico, domínio privado, propriedades privadas e reservas;

Nos arts.º 5º e seguintes define RESERVAS, classificando-as em **totais** - os parques nacionais e reservas naturais, e **parciais** - as que vierem a ser criadas como: reservas para expansão urbana; reservas florestais de acordo com a lei; reservas para o aproveitamento hidroeléctrico ou hidroagrícola.

Estabelece três formas legais de disposição das terras do domínio público, prevendo todavia o Concurso Público para áreas superiores a dois hectares, ou quando nelas se encontrem implantadas estruturas industriais, agro-industriais, ou agro-pecuárias, salvo decisão em contrário do Conselho de Ministros, para casos especiais.

- **Decreto-Lei n° 51/91**, de 07/10/91, que **regulamenta a Lei da Terra**, em particular o regime de distribuição dos terrenos para fins agrícolas e que constituem o domínio privado do Estado. Em regra essa distribuição é feita por contrato de concessão, mediante o qual é atribuído um direito de usufruto a título oneroso (remunerado), de prestações

anuais e por um período mínimo de cinco anos. O beneficiário, que pode ser um agregado familiar ou uma pessoa individual, obriga-se a fazer da agricultura a sua profissão habitual e permanente durante o período do contrato. A principal lacuna deste diploma reside na inexistência de um sistema de fiscalização do uso da terra.

Do ponto de vista das **autarquias** prevê-se no artigo 3º, que alguns terrenos podem ser desintegrados do domínio publico do Estado e incorporados no domínio público das autarquias, mediante «lei adequada».

- **Decreto-Lei n° 52/93**, de 14/ 07/ 93, que aprovou o **Regulamento provisório para a utilização das Florestas**. Este define a floresta nacional ou ecológica de S.Tomé (245 Km2) e a do Príncipe, estabelece um regime de protecção e proibição quanto ao abate de arvores e institui um sistema de controle e fiscalização das autorizações de exploração florestal;
- **Decreto Lei n° 63/81**, de 31/ 12/ 81, que estatui sobre a protecção, exploração e gestão dos recursos marinhos da ZEE; define os diversos tipos de pesca (marítima, comercial, científica, industrial, semi-industrial, artesanal e recreativa), fixa os limites geográfico em que elas se podem realizar e estatui sobre os critérios e as condições do seu exercício. Proíbe a utilização e o transporte a bordo durante as actividades de pesca, de substancias explosivas ou toxicas susceptíveis de afectar os recursos marinhos vivos. Igualmente se prevê neste diploma, embora sem qualquer regulamentação posterior, a possibilidade de estabelecer limitações de pesca em áreas ecológicas ou em determinadas épocas.
- **Decreto-Lei n° 2/ 84**, de 31/ 01/ 84, que actualiza as taxas e multas a aplicar no âmbito do precedente diploma, alterando-o parcialmente;
- **Aviso da Direcção de Pecuária**, de 02/ 01/ 87, fixando limites para a saída de pombos e papagaios do Pais;
- **Aviso da Direcção de Pecuária**, de 15/02/88 , proibindo a saída de papagaios do Pais;
- **Despacho n° 1/GMAP/996**, de 19/ 01/ 996, interditando o corte de arvores em todo o território nacional;

D.3. LEGISLAÇÃO PROPOSTA OU PROJETADA

Estão actualmente redigidos e submetidos à aprovação das autoridades competentes, diversos instrumentos jurídicos susceptíveis de colmatar, de forma coerente e eficiente, as lacunas existentes no sistema jurídico santomense no domínio ambiental; embora sejam de âmbito nacional, todos eles tem repercussões ou incidência sobre as áreas distritais, designadamente:

- **Lei de Bases do Ambiente**, 1996, com o apoio do PNUD/PNUA/IPAMB: traça as grandes linhas de orientação da política ambiental e pretende reger as relações do Homem com o ambiente, com o objectivo de garantir a sua protecção integral;

- **Lei de Florestas**, com o apoio do Projecto APOFA/Cooperação alemã (GTZ) - 1995: Visa fundamentalmente organizar a administração florestal do País e dotá-la de mecanismos de controlo e fiscalização do processo de produção, exploração, transporte e consumo de madeira para diversas finalidades, tendo em conta a necessidade de se prevenir a acção devastadora dos que utilizam de forma irracional os recursos florestais.

Considera as florestas e as demais formas de vegetação existentes no território nacional, no seu conjunto, bem comum de interesse geral. Por outro lado, considera infracção, contração e crime, quaisquer actividades, acções ou omissões, que contrariem o estatuído na Lei.

- **Lei do Parque Nacional**, com o apoio da ECOFAC, 1996: Esta Lei estatui sobre a área de preservação permanente, designada Parque Nacional, tomando em consideração o interesse científico, botânico e ornitológico das florestas, a sua função social e económica na produção, na regulação dos cursos de água, na protecção dos mananciais hídricos, na preservação da vida silvestre e na conservação da biodiversidade.

Define o conceito de Parque Nacional, que se subdivide em "Parque Nacional Ôbo de S. Tomé" e "Parque Nacional Ôbo do Príncipe" e estabelece os mecanismos do seu funcionamento e gestao.

- Decreto-Lei que **regulamenta o Fundo de Fomento Florestal**, com o apoio do projecto APOFA/GTZ: Sendo que pelo projecto de Lei de Florestas é instituído o Fundo de Fomento Florestal (FFF) como instrumento financeiro vocacionado para a implementação de actividades de desenvolvimento florestal do país, o objectivo deste diploma é o de fixar normas sobre a organização, a gestão e o funcionamento desse Fundo, de maneira a permitir uma gestão transparente e eficiente dos seus recursos;
- **Lei das Pescas**, com o apoio da FAO, Abril de 1997: pelo qual se institui mecanismos susceptíveis de assegurar uma gestão racional dos recursos halieuticos marinhos, que favoreçam o processo de renovação dos estoques e tenham em devida atenção as necessidades das gerações vindouras; nela se proíbe a utilização a bordo, no exercício da pesca, de explosivos ou substancias toxicas;
- **Regulamento Geral das Pescas**, com o apoio da FAO, Abril de 1997: Nele estabelece-se medidas de conservação da fauna marinha, e bem assim a proibição da caça, captura, desembarque e comercialização de mamíferos marinhos, exceptuando as tartarugas e seus produtos, que serão objecto de regulamentação própria;
- **Regulamento sobre a captura de tartarugas marinhas**, com apoio da ECOFAC, Julho de 1997: disciplina a captura e a comercialização das tartarugas marinhas e seus produtos, mediante a protecção integral de algumas espécies e restrições para outras, buscando um equilíbrio entre os factores ecológicos, as necessidades socio-economicas, e os hábitos culturais das populações;
- **Regulamentos sobre a extracção de inertes e sobre estudos de impacto ambiental**, com o apoio do PNUD/PNUA, 1997: ainda em fase de discussão técnica;

- **Despacho (ou Decretto-Lei) sobre os pássaros ameaçados**, com apoio do GTZ, 1997: visando proibir a captura, o transporte e a comercialização de pássaros ameaçados em vias de extinção, isto é, papagaios cinzentos e piriQUITOS, em todo o território nacional;
- **Lei Quadro da Fauna, Flora e Áreas protegidas, PNUD, 1997**: estabelece as grandes linhas de orientação sobre a protecção e valorização da flora, de todas as espécies animais assim como das unidades de protecção;
- **Regulamento da caça**, PNUD, 1997: visa adoptar medidas de protecção da fauna e do meio ambiente, nomeadamente, interditando a captura de determinadas espécies, fixando épocas de defeso, demarcando zonas de protecção ou zonas de caça reservadas ou condicionadas, ou regendo sobre armas e métodos de captura ou abate; igualmente estatui sobre os instrumentos de protecção, que incluem um regime de licenças para a caça, a determinação de espécies cinegéticas, assim como a determinação dos locais de caça, meios de caça permitidos e técnicas de abate proibidas;
- **Código da Agua e do Saneamento**, que fixa o regime das aguas, da agua potável e do saneamento e define o regime do serviço publico de agua;

E. Projectos e Programas em Curso no País com Valência ambiental no Distrito

No âmbito do apoio institucional ou da cooperação em geral com o País, desenvolvem-se diversas actividades em forma de **projectos e programas que embora sejam de caracter nacional** e com financiamento externo, tem amplas repercussões no domínio do meio ambiente nos distritos:

E.1. Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento da Pequena Propriedade (PPADPP)

Com o financiamento do Banco Mundial e iniciado em 1992 após a aprovação da Lei n.º 3/91, instituindo o quadro jurídico que regulamenta a Propriedade Fundiária, com o objectivo central de preparar uma estratégia e um programa de distribuição de terras de domínio publico e com vocação agrícola, mediante o emparcelamento das grandes Empresas Agrícolas Estatais, herdadas do colonialismo, sobredimensionadas e na maioria, economicamente inviáveis.

Este projecto tem contribuído para a criação no país de uma classe de pequenos agricultores independentes, com resultados francamente positivos no que se refere ao aumento da produção alimentar.

Até finais de 1997 foram distribuídas terras numa área total de 16.716 ha, tendo beneficiado um total de 4.500 famílias.

Em termos ambientais pode-se apontar como principal efeito perverso deste processo de destruição o abate indiscriminado de árvores, em suma a desflorestação, não só com o objectivo de efectuar novas plantações, como também para a realização do lucro imediato com a venda da madeira resultante do abate, por parte de muitos beneficiários.

E.2. O programa ECOFAC

Trata-se de um programa de âmbito regional, financiado pela União Europeia, abrangendo os países da África Central, incluindo S.Tomé e Príncipe, onde se iniciou em 1992.

Os seus **objectivos** são no essencial:

- A conservação do Parque natural OBO de S.Tomé, como zona de protecção integral, reservatório da biodiversidade e como espaço de pesquisa; o OBO de S.Tomé espalha-se sobretudo pelos distritos de CAUÉ e LEMBÁ, situando-se também em dimensões mais reduzidas no distrito de Mé-Zóchi;
- O desenvolvimento sócio-económico das populações periféricas do Parque por meio de actividades agro-florestais e da valorização durável dos recursos naturais.
- A ECOFAC vem desenvolvendo múltiplas e importantíssimas actividades em todo o território nacional, abrangendo, nomeadamente, domínios prioritários como o apoio na reestruturação da Direcção de Florestas e na preparação da legislação sobre a gestão dos recursos florestais; protecção e conservação dos recursos botânicos e faunísticos; criação do Parque nacional e do seu plano de ordenamento.

E.3. O projecto de elaboração da Política Florestal, financiado pela Cooperação alemã (GTZ).

Em colaboração directa com a Direcção de Florestas vem desenvolvendo acções com vista à definição e adopção pelo Governo de uma política florestal, que permita uma gestão eficiente e eficaz das florestas em STP, incluindo a adopção da respectiva legislação, que já se encontra em fase de proposta de Lei na Assembleia Nacional.

E.4. PNAPAF - Programa Nacional de Apoio à Promoção da Agricultura Familiar

Com financiamento do FAC, CFD e do FIDA este programa teve o seu início em 1995, com o objectivo fundamental de apoiar os agricultores mais carenciados, no âmbito do projecto de distribuição de terras. Ele conta com três vertentes, a saber:

- **Infra-estruturas**, incluindo, construção e reparação de casas dos trabalhadores, construção e reparação de estradas secundárias, fornecimento de água potável nas zonas rurais alvo;
- **Vulgarização** - assistência técnica aos agricultores, em colaboração com a AFVP (Associação Francesa dos Voluntários do Progresso);

- **ZATONA ADIL** - apoio organizativo, sobretudo na área associativa;
- **Crédito Rural** - apoio creditício, em montantes reduzidos, na perspectiva da autogestão financeira (tipo CHIQUILA de início).

E.5. Projecto de Luta Contra a Pobreza pelo Desenvolvimento Rural

Iniciado em 1993 com a duração prevista de 48 meses e financiamento do PNUD, este projecto apoia no quadro da distribuição de terras, iniciativas geradoras de rendimentos e realizações susceptíveis de melhorar o acesso das populações rurais aos serviços de saneamento básico. Ele intervém ao nível da coordenação geral das acções e da implementação de medidas de acompanhamento, com três componentes:

- apoio à coordenação das acções de desenvolvimento rural e de aligeiramento da pobreza;
- apoio à diversificação das actividades produtivas e geradoras de receitas, com vista a atingir a auto-suficiência alimentar e melhorar o estado sanitário e nutricional;
- Apoio na realização de projectos de infra-estruturas sociais colectivas, de melhoria da habitação e de criação de empregos.

A sua zona de incidência por excelência é no distrito de Cantagalo, particularmente em Agua Izé.

F - POLÍTICA A REGIONAL DO AMBIENTE: Prioridades Jurídico-Ambientais.

De acordo com as suas competências as autoridades da região autónoma do Príncipe vêm desenvolvendo algumas actividades de natureza ambiental, designadamente a limpeza da cidade capital, a recolha dos lixos (das ruas, do mercado) e a gestão do cemitério, não possuindo porém qualquer política específica de meio ambiente.

Neste quadro, a análise dos problemas mais graves que afectam o distrito, sejam de natureza física, sócio-económica, ou jurídico-institucionais, aponta para as seguintes prioridades de carácter jurídico-ambiental:

1º - Gestão e acompanhamento do processo de distribuição de terras, e o combate à desflorestação;

2º - A problemática da Água e o saneamento do meio, com duas vertentes fundamentais:

- a) Grande carência em água potável;
- b) A poluição dos rios e ribeiras;

3º - Protecção da Zona Ecológica do Príncipe e a perda da diversidade biológica

4º - Adopção e implementação de uma legislação ambiental moderna e adaptada às necessidades da Região.

III. DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO:

O diagnóstico participativo em matéria ambiental levada a cabo na Região Autónoma do Príncipe atingiu as principais localidades e comunidades da mesma e contemplam sobremaneira as características da região.

Na fase de recolha de dados definiu-se para a região 18 grupos alvo que foram contactados e inquiridos como informadores chaves ao nível do mesmo como se pode verificar no quadro abaixo.

Quadro n.º 7 - Participação por Grupos-Alvo

Grupos Alvos	N.º
Vinhateiro	3
Professores e Educadores	6
Serrador	5
Pequeno Agricultor	35
Dirigente Administrativo	3
Agente a Nível Regional	3
Assalariado Agrícola	31
Doméstica	10
Pescador	8
Produtor Artesanal	7
Empresário	6
Pequeno Comerciante	1
Jornalista	1
Palaiês	7
Estudante	13
Candongueiros	3
Técnicos de Saúde	3
Petisqueiras e Botequins	3
Total	62

Assim sendo, deu-se inicio no mês de agosto de 1997 a acção de sensibilização e levantamento dos informadores chave assim como o programa de recolha de dados.

No que concerne as preocupações em matéria ambiental constatou-se um grande número de problemas propostos pelos diferentes grupos alvo, que ao mesmo tempo apresentaram também propostas para a solução dos referidos problemas. Esta lista de problemas e soluções está apresentada no anexo 1.

Na base dos referidos dados elaborou-se uma matriz de identificação dos problemas e de soluções por grupos alvo, apresentada nos **quadros n.º 8 e 9** respectivamente. Estes dados

foram utilizados para a identificação dos problemas ambientais ao nível da Região Autónoma do Príncipe (**Quadro n.º 8**)

Para a elaboração das Matrizes de Identificação dos Principais Problemas, teve-se em conta essencialmente os níveis de preferência das preocupações e soluções e também o nível de representatividade quantitativa dos grupos alvo. Por esta razão, alguns grupos alvo identificados na Região Autónoma do Príncipe não aparecem nas supracitadas matrizes.

No contexto dos grupos conforme descrito no quadro abaixo, entende-se por Produtor Artesanal, grupo de actividade profissional envolvido na marcenaria, carpintaria, serrador, produtor de aguardente, micro-indústrias familiares entre outros.

Por Assalariados Agrícola entende-se os trabalhadores assalariados da Empresa Sundy, ou seja, trabalhadores com um vínculo patronal.

Relativamente ao grupo Empresário considerou-se essencialmente gestores de empresas públicas ou para-estatais.

Os Pequenos Agricultores são geralmente os antigos assalariados das empresas públicas beneficiados com parcelas de terras e naturalmente desvinculados das empresas do Estado.

Por Administração Regional entende-se o grupo de dirigentes da Região Autónoma ligados principalmente ao governo regional.

III.1. Identificação dos Principais Problemas e Soluções Propostas

A. Identificação dos Problemas Por Grupos Alvo

A participação da população no diagnóstico da situação sócio-económica do distrito com implicações ambientais levou à listagem de um conjunto de problemas ao nível distrital. Os problemas foram categorizados segundo o seu grau de prioridade em três níveis: alta, média e baixa atendendo-se à frequência da sua apresentação pelos entrevistados e a gravidade das suas implicações no desenvolvimento do distrito. O quadro n.º 8 apresenta sob forma de matriz estes problemas para a Região Autónoma do príncipe.

Quadro n.º 8 - Matriz de identificação dos problemas por grupo alvo

GRUPO ALVO	PRIORIDADE		
	Alta	Media	Baixa
Empresários agrícolas	Falta de recursos financeiros	Dificuldade de escoamento de produtos para o exterior	Falta de incentivos para investimentos
Pequenos agricultores	Falta de recursos financeiros	falta de assistência técnica	dificuldade de escoamento para o exterior dos produtos
Assalariados agrícola	Baixo nível salarial	falta de parcelas de terra	más condições de habitação
Pescadores artesanais	Falta de abastecimento em materiais de pesca	falta de meios para conservação do pescado	falta de géneros de primeira necessidade
Domésticas	Falta de água potável	Dificuldade de acesso à géneros de primeira necessidade	falta de saneamento do meio
Produtores artesanais	Falta de apoio às pequenas iniciativas e micro indústrias	falta de saneamento do meio	aves terrestres e marinhas ameaçadas
Palaiês	Dificuldade para conservação dos produtos	falta de um mercado adequado para venda	carência e alto custo dos meios de transporte entre as duas ilhas
Estudantes	Impossibilidade de prosseguir os estudos na região para além da 9ª classe	Necessidade de formação e especialização do corpo docente	falta de escolas de formação profissional
Pequeno Comerciante	Falta de abastecimento do mercado com produtos da primeira necessidade	Carência e alto custo dos meios de transporte entre as duas ilhas	falta de saneamento do meio
Professores e técnicos de saúde	Falta de formação e capacitação dos quadros	caça e comercialização clandestina das espécies ameaçadas	falta de água potável
Dirigentes da Administração pública da região (Dirigentes e jornalistas)	Isolamento da região	Necessidade de estudos do impacto ambiental para a Zona Franca	falta de articulação entre o Poder Central e o Poder Regional

Na análise da matriz de identificação dos problemas na Região Autónoma do Príncipe concluiu-se que existe um conjunto de questões que são consideradas pelos principais grupos alvo como sendo os de maior prioridade para a sua solução se se quiser obter um desenvolvimento durável neste distrito.

Seguindo o nível de prioridades, **a falta de recursos financeiros** constitui uma das maiores preocupações para os diferentes grupos alvo que possuem pequenos e médios investimentos no território da região, destacando-se entre eles os pequenos e médios agricultores, as grandes empresas tanto industriais como agrícolas e os comerciantes.

A qualidade da água de consumo a nível de toda a região é má tendo consequências nefastas sobre a saúde da população com particular realce sobre as crianças pelo que esta constitui uma preocupação generalizada ao nível de todas as comunidades da região.

Neste sentido os pequenos agricultores consideram que **a falta de vulgarização e de apoio técnico** com vista a orientar os mesmos na forma mais adequada de utilização dos produtos químicos assim como na melhor forma de utilização e aproveitamento do solo é um problema a ser resolvido o mais rápido possível.

Os assalariados agrícolas da empresa Sundry manifestaram como preocupação fundamental **a degradação sócio-económica** dos mesmos incluindo as más condições de habitação e do saneamento.

A falta de saneamento do meio em todas as comunidades com particular realce para a cidade de Santo António capital da região constitui um elemento de preocupação para a maioria da população com destaque para os comerciantes, palaiês e estudantes, que vêm-se atacados com problemas do paludismo devido a poças de água e pântanos no centro e arredores da cidade.

- O **baixo nível de rendimento** e o elevado custo de vida constituem elementos importantes e comum a muitos grupos alvo com particular incidência para os assalariados agrícolas e as domésticas.
- **A falta de transportes marítimos, a dificuldade de escoamento dos produtos da Região para o exterior e o isolamento** constituem um elemento importante que impede o processo de desenvolvimento local por isso constitui a preocupação fundamental dos dirigentes políticos e agentes da administração, empresários e outros grupos económicos
- O **baixo poder de compra e a falta de produtos de primeira necessidade** no mercado local, adicionado aos problemas de carência e **falta de transporte** regular constituem as grandes preocupações dos diferentes grupos alvo e da população em geral.
- Para os estudantes, as dificuldades existentes na **prossecução dos seus estudos secundários** e a **necessidade de formação do corpo docente** na região, constituem um grande problema com repercussões negativas para a camada jovem.
- **A qualidade da água de consumo a nível de todo o distrito é má** tendo consequências nefastas sobre a saúde da população com particular realce sobre as crianças pelo que esta constitui uma preocupação generalizada ao nível de todas as comunidades do distrito.

- A **caça e a comercialização** clandestina das espécies ameaçadas com particular relevância sobre os papagaios (*Psitacus erithacus erithacus*), *periquitos* e as aves marinhas do ilhéu Tinhosas têm ameaçado a população destas espécies e pondo em perigo a sobrevivência das mesmas

B. Identificação das Soluções Propostas

De igual modo as soluções propostas para a resolução dos problemas que foram levantados, foram objecto de uma listagem que foi resumida no quadro n.º 9. Estas soluções obedeceram ao mesmo critério de estabelecimento de prioridades, Alta, Média e Baixa em função da sua importância na vida da região.

Quadro n.º 9 - Matriz de identificação das soluções aos problemas por grupo alvo

GRUPO ALVO	PRIORIDADE		
	Alta	Media	Baixa
Empresários agrícolas	acesso a um sistema organizado de créditos	criação de um sistema de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores	criação de mecanismos e incentivos que permitam a maior rapidez na implantação da Zona Franca
Pequenos agricultores	acesso a um sistema organizado de créditos	criação de um programa de assistência técnica	criação de um sistema de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores
Assalariados agrícola	melhoria das condições económicas	Concessão de pequenas parcelas para cultivo	Reabilitação e ampliação das casas e outras infra-estruturas sociais
Pescadores artesanais	abastecimento do mercado com materiais de pesca	Reabilitação e construção de um sistema de conservação do pescado	criação de um sistema de abastecimento regular do mercado
Domésticas	programa regional de abastecimento de água potável	criação de programas de apoio à pequenas iniciativas familiares	construção de latrinas, balneários públicos, lixeiras e eliminação de águas paradas
Produtores artesanais	criação de programas de apoio à micro iniciativas de indústria	criação de um programa regional de saneamento do meio	criação de um programa e protecção das espécies ameaçadas
Palaiês	reabilitação e construção de um sistema de conservação do pescado	Conclusão das obras do mercado e a sua adaptação às novas realidades	criação de um sistema de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores

Estudantes	criação de medidas de apoio aos estudantes da região para conclusão dos estudos secundários em São Tomé	Instauração de um programa de formação e de capacitação dos professores	criação de centros de formação profissional
Pequeno comerciante	criação de um sistema de abastecimento regular do mercado	criação de um sistema de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores	criação de um programa regional de saneamento do meio
Professores e técnicos de saúde	instauração de um programa de formação e de capacitação dos quadros da região	criação e implementação da legislação sobre a protecção das espécies ameaçadas	programa regional de abastecimento de água potável
Dirigentes da Administração pública (Dirigentes, Jornalistas, Professores e Técnicos de saúde)	criação de um sistema de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores	Elaboração de estudos de impacto ambiental	Implementação de mecanismos de melhor articulação entre o Poder Central e o Poder regional (implementação efectiva da lei quadro da região autónoma)

Depois da identificação dos problemas pelos diferentes grupos alvo, os mesmos propuseram como medidas de solução os aspectos contidos no quadro n.º 9 que passamos a descrever:

- A necessidade de **acesso a um sistema organizado de créditos** para o sector agrícola nomeadamente, pequenos e médios agricultores assim como outras iniciativas de investimento na região ajudaria a solucionar a problemática da falta de recursos financeiros e permitiria uma melhor utilização dos recursos naturais da região.
- A **reabilitação das casas dos trabalhadores**, assim como a **concessão de pequenas parcelas para cultivo**, com vista a ajudar os rendimentos familiares dos assalariados contribuiria para a solução dos problemas dos trabalhadores da empresa Sundry, cujas condições sócio-económicas são cada vez mais precárias.
- A **criação de um Programa de abastecimento de água potável** à população da cidade de Santo António em particular e das diversas comunidades da região em geral, constituiria uma solução para a resolução da questão relativa à falta de água potável o que traria consigo a melhoria das condições sanitárias da população

- A **criação de um Programa regional de saneamento do meio** onde estariam incluídas algumas componentes tais como, construção de balneários públicos, latrinas, lixeiras, drenagem dos pântanos e eliminação de charcos e águas paradas, surgem como propostas de solução ao grande problema de falta de saneamento do meio cujas implicações negativas são grandes para a saúde.
- Para os estudantes, é imprescindível a **criação de condições para a prossecução dos seus estudos em São Tomé, após a 9ª classe**, acompanhadas de melhoria das condições de estudo na Região.
- Propõe-se a **elaboração e a aplicação da legislação sobre a protecção de espécies ameaçadas** como forma de minimizar o tráfico de espécies e evitar o seu progressivo desaparecimento.
- Como solução às preocupações relacionadas com o isolamento da região, propõe-se a **criação de um sistema de transporte de mercadorias** para fazer a ligação entre as duas ilhas com poucos encargos para os produtores regionais e os comerciantes. Este sistema de transporte regular ajudaria a obter o abastecimento regular do mercado evitando assim a rotura constante dos stocks e a carência dos géneros de primeira necessidade.
- A **implantação da Zona Franca** na região poderá trazer boas oportunidades de negócio para os empresários locais pelo que um **maior dinamismo para a implementação** da mesma ajudaria a solucionar a preocupação dos referidos empresários. Tendo em conta a sua localização numa área bastante frágil, um **estudo de impacto ambiental** constitui uma condição indispensável para evitar a destruição dos ecossistemas da região
- A **implementação de um mecanismo que possa melhorar a articulação entre o Poder Central e o Poder Regional**, assim como a efectiva implementação da Lei Quadro da Região Autónoma iria permitir um melhor funcionamento das instituições regionais e um maior dinamismo no processo de desenvolvimento e da protecção do meio ambiente da região.

Causas da Degradação Ambiental

Perante a análise das informações prestadas pelos diferentes grupos alvo pode-se concluir que as causas essenciais da degradação do meio ambiente na Região Autónoma do Príncipe são as seguintes:

- Pobreza
- Isolamento
- Falta de recursos financeiros
- Ausência de regulamentos para protecção das espécies ameaçadas
- Falta de água potável
- Falta de saneamento do meio
- Falta de articulação entre o Poder Central e o Poder Regional
- Limitação nos níveis de escolaridade dos alunos
- Falta de abastecimento do mercado com géneros de primeira necessidade

Neste sentido, constituem prioridades para a Região Autónoma do Príncipe Segundo as preocupações dos grupos alvo, os aspectos apresentados no quadro n.º10.

Quadro n.º 10 - Prioridades para a Região Autónoma do Príncipe Segundo os Grupos Alvo

Prioridade alta	Prioridade média	Prioridade baixa
Luta contra a pobreza	Aumento de níveis de escolaridade dos alunos	Necessidade de um mercado regional adequado
Acesso ao crédito organizado	Saneamento do meio	Meios para a conservação dos produtos (pescado)
Disponibilidade e Qualidade da água de consumo	Abastecimento regular do mercado	Reflorestação
Ligação regular e permanente com S.Tomé		
Protecção das espécies ameaçadas		
Maior articulação entre o poder central e o poder regional		

III.2. Identificação dos principais problemas ambientais da Região

Com base nas análises feitas à luz dos elementos recolhidos que constituem preocupações dos diferentes grupos alvo, foi possível identificar os principais problemas ambientais da Região Autónoma do Príncipe.

Neste sentido os mesmos foram resumidos conforme o quadro n.º 11, que é composto de uma coluna à direita onde são indicados os problemas e uma coluna à esquerda, onde é feita a descrição desses mesmos problemas, identificando as suas causas e os efeitos sobre o ambiente.

Quadro n.º 11 - Identificação dos principais problemas ambientais da Região Autónoma

Problema	Descrição
<u>Problemas físicos</u> - falta de acesso à água potável	CAUSAS <ul style="list-style-type: none">• Ausência de uma rede de distribuição e de tratamento da água• fontes de captação de água para consumo desprotegidas EFEITOS <ul style="list-style-type: none">• consumo de água imprópria• aumento da frequência de doenças transmitidas pelo consumo de água de má qualidade (diarreias, parasitoses e outras)• alto índice de morbidade e de mortalidade, sobretudo infantis
- poluição pelos resíduos sólidos	CAUSAS <ul style="list-style-type: none">• ausência de um sistema de saneamento básico• deficiente recolha dos lixos e sua deposição em lugares impróprios• falta de casas de banho, latrinas, balneários públicos, etc.• falta de esgotos e de sistemas de escoamento das águas residuais e pluviais EFEITOS <ul style="list-style-type: none">• poluição do meio ambiente com resíduos humanos• deposição de lixos em lugares inadequados (matos, quintais, praias, vias públicas) constituindo um perigo para a saúde humana e uma barreira para o desenvolvimento do turismo
- Perda da diversidade biológica	CAUSAS <ul style="list-style-type: none">• corte abusivo e indiscriminado de árvores• comercialização de espécies raras, algumas endémicas• captura de espécies de aves marinhas nas ilhas Tinhosas• perda de habitats por conversão das florestas• destruição das abelhas EFEITOS <ul style="list-style-type: none">• desaparecimento progressivo de espécies de aves endémicas ou raras com particular relevância para os papagaios e os periquitos• diminuição do número de espécies endémicas das florestas secundárias• ameaça à população das espécies marinhas das ilhas Tinhosas• diminuição do número de abelhas
<u>problemas socio-económicos</u>	
Falta de recursos financeiros no sector produtivo	CAUSAS <ul style="list-style-type: none">• inexistência de um sistema de crédito para investimento no sector• descapitalização da classe empresarial (médios e pequenos empresários) EFEITOS <ul style="list-style-type: none">• uso irracional de recursos naturais como meio para a satisfação das suas necessidades financeiras• utilização inadequada do solos

<p>Degradação do sistema produtivo da Empresa agrícola Sundry</p>	<p>CAUSAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • empresa propriedade do Estado • falta de investimentos e deficiente gestão técnico-financeira da empresa <p>EFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • baixos níveis salariais dos trabalhadores da empresa • grande descontentamento pela parte dos mesmos • baixos níveis de produção • incapacidade da empresa em realizar investimentos para a sua própria promoção • abandono das plantações e degradação progressiva das infra-estruturas produtivas
<p>Deficiente integração da economia da Região Autónoma na economia nacional</p>	<p>CAUSAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • falta de meios de transporte marítimos para a ligação entre a Região e São Tomé • falta de abastecimento do mercado com produtos de primeira necessidade • isolamento devido à descontinuidade geográfica <p>EFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • dificuldade no escoamento dos produtos produzidos na região para o mercado nacional • rotura constante do stock de géneros da primeira necessidade • pouco fluxo comercial em direcção à Região Autónoma e consequente empobrecimento da população • baixo poder de compra e baixos níveis de desenvolvimento sócio-económico da Região
<p>Deficiente integração no sistema de educação e saúde</p>	<p>CAUSAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • número limitado de escolas, sobretudo nas localidades mais distantes • inexistência de níveis mais avançados do ensino secundário • falta de formação e capacitação dos quadros da educação • falta de uma Biblioteca para alunos e quadros técnicos • número insuficiente do pessoal de saúde e poucas condições de atendimento aos casos mais complicados <p>EFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • dificuldades na prossecução dos estudos para além da 9ª classe pela parte dos estudantes • baixo nível de conhecimento por parte dos alunos • assistência médico-sanitária precária • evacuação de casos graves para São Tomé acrescido de dificuldades devido à falta de transporte

<u>problemas juridico-institucionais</u>	
Má implementação da Lei Quadro da Região Autónoma	<p>CAUSAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • falta de recursos financeiros próprios devido à má aplicação da Lei Quadro da Região Autónoma • concentração de poderes na administração Central do Estado • ausência de recursos humanos especializados • falta de uma política e de incentivos para fixação dos quadros na Região <p>EFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • incapacidade na elaboração e controlo das leis regionais em matéria do ambiente • degradação dos recursos naturais da região devido à ausência de controlo e fiscalização pela parte das autoridades regionais. • Gestão deficiente das políticas de desenvolvimento regional e do ambiente • não fixação dos quadros locais na região
Falta de legislação ambiental	<p>CAUSAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • falta de recursos humanos, materiais e financeiros para produção de regulamentos, códigos e posturas <p>EFEITOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • utilização irracional dos recursos naturais • ausência de capitalização financeira da região pela não aplicação das taxas e impostos sobre a utilização dos recursos naturais da região

Ao seleccionarmos os principais problemas ambientais que preocupam a Região Autónoma do Príncipe procuramos priorizá-los atendendo aos seus significados ambientais, económicos e os seus principais efeitos sociais, particularmente no que diz respeito à saúde humana. Neste sentido, os problemas foram classificados em três grandes grupos, a saber: **físicos, sócio económicos e jurídico–institucionais**

A) Problemas físicos

Os problemas físicos têm a ver com a degradação do ambiente biofísico provocada por um conjunto de factores e de comportamentos que conduzem a uma utilização irracional dos recursos disponíveis e, portanto, a uma utilização não durável dos mesmos. Os principais problemas físicos identificados na Região Autónoma do Príncipe são os seguintes:

- **falta de acesso à água potável**

Derivado da inexistência de um sistema de canalização e de tratamento da água para consumo, este fenómeno constitui um grande problema de saúde pública, e é economicamente uma situação com muitos custos para a região em termos de gastos com a saúde.

- **Poluição pelos resíduos sólidos**

Este tipo de poluição é muito comum ao nível de toda a Região Autónoma do Príncipe, com particular relevância para a cidade de Santo António, devido à inexistência de estruturas sanitárias, nomeadamente, latrinas, balneários públicos e outras infra-estruturas o que obriga as pessoas a utilizarem indiscriminadamente a natureza para a satisfação das suas necessidades fisiológicas, com as consequentes implicações sobre a saúde humana. A falta de meios para a recolha constante e transporte de forma adequada dos lixos, principalmente ao nível da capital da Região, a sua deposição em lugares impróprios devido à falta de uma lixeira, constitui também um problema para a saúde e uma barreira para o desenvolvimento de actividades turísticas

- **Perda da diversidade biológica**

A perda da diversidade biológica deve-se principalmente à comercialização de forma clandestina de espécies de aves raras, nomeadamente o papagaio (*Psittacus erithacus*) e o periquito, assim como outras espécies ameaçadas tais como as tartarugas e as aves marinhas das ilhas Tinhosas. Outro fenómeno que ameaça a biodiversidade da região relaciona-se com a destruição das florestas secundárias o que tem causado grandes modificações aos habitats de diferentes espécies com maior ênfase para as aves endémicas.

B) Problemas sócio económicos

Os problemas sócio económicos são aqueles que têm a ver com a degradação das condições económicas e sociais dos principais grupos sociais existentes ao nível da região e as suas consequências sobre o ambiente e desenvolvimento regional.

Os principais problemas sócio-económicos da Região Autónoma do Príncipe identificados, são os seguintes:

- **Falta de recursos financeiros no sector produtivo**

Embora o sector agrícola e as pescas constituam a base principal da actividade económica da Região, é notória a falta de meios financeiros nestes sectores, fundamentalmente aos pequenos e médios agricultores beneficiados com parcelas de terra na Região, com consequências nefastas para o ambiente, conduzindo os mesmos a uma exploração irracional dos recursos naturais locais nomeadamente, os florestais. A falta de recursos financeiros tem influenciado também de forma negativa as grandes empresas agrícolas, de entre as quais a Sundy onde a falta de investimentos tem conduzido à baixos níveis de produção e à degradação das infra-estruturas sociais.

- **Deficiente integração da economia da Região Autónoma na economia nacional**

O isolamento devido à descontinuidade geográfica associado à falta de meios de transporte marítimo para fazer a ligação entre as duas ilhas, conduz a uma falta de abastecimento do mercado com produtos de primeira necessidade, a dificuldade de escoamento dos produtos produzidos na região para o mercado nacional, o pouco fluxo comercial em direcção à Região Autónoma com o consequente empobrecimento da população que não tem outra saída que não seja o recurso aos bens da natureza para a

satisfação das suas necessidades vitais. A ausência de transportes para o escoamento dos produtos da Região para o exterior constitui uma desvantagem para os agricultores locais para a comercialização dos seus produtos. Este problema conduz a uma falta de estímulo na produção, à deterioração dos produtos de exportação originando algumas vezes o abandono de parcelas

- **Deficiente integração no sistema de educação e de saúde**

Os sistemas sociais de saúde e de educação da região, encontram-se muito desarticulados relativamente aos sistemas nacionais. O número insuficiente de escolas e a falta das mesmas nas comunidades mais longínquas, o número limitado de professores e a necessidade de formação e capacitação dos mesmos, a falta de níveis superiores à 9ª classe, colocam os alunos da Região em desvantagem. O número insuficiente de quadros de saúde e a falta de especialistas em algumas áreas essenciais, obriga a evacuação dos doentes a São Tomé o que associado à falta permanente de transporte contribui para a degradação do sistema sanitário regional.

C) Problemas juridico-institucionais

As instituições criadas para a gestão das actividades da Região autónoma, nomeadamente a Assembleia e o Governo Regional funcionam com muitas deficiências, devido à **falta de recursos financeiros** motivada pela não aplicação da Lei Quadro da Região e da consequente autonomia financeira da mesma. Por outro lado ainda não existe uma efectiva transferência do Poder Central para o Poder Regional. Este problema limita a intervenção do Governo regional no controlo, gestão e fiscalização do processo de desenvolvimento regional e origina a concentração das atribuições e poderes nos serviços da Administração Central do Estado e com esta, a contínua degradação dos recursos naturais da Região.

IV. AMEAÇAS POTENCIAIS À QUALIDADE DO AMBIENTE NA REGIÃO

Quadro n.º 12 - Ameaças potenciais à qualidade do ambiente na região

Ameaças	Causas Directas	Causas Indirectas
Aumento da erosão costeira	<ul style="list-style-type: none"> • construção de Infra-estruturas para a Zona Franca 	<ul style="list-style-type: none"> • Extracção maciça de areias e outros inertes nas áreas costeiras • Crescimento na área de construção civil
Perda dos ecossistemas da Baía das Agulhas e da Biodiversidade do Parque Nacional do Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação da Zona Franca 	<ul style="list-style-type: none"> • destruição dos ecossistemas frágeis da zona da Baía das Agulhas devido às obras da Zona Franca • Alteração e modificação da Biodiversidade da Zona Ecológica do Príncipe devido às actividades comerciais e o fluxo de pessoas na Zona Franca • Poluição da zona costeira devido ao fluxo de barcos e outras actividades comerciais
Destruição da Fauna e organismos da floresta secundária	<ul style="list-style-type: none"> • distribuição e privatização de terras • combate à praga do rubrocintos 	<ul style="list-style-type: none"> • reabilitação das plantações abandonadas • utilização maciça de insecticidas e outros produtos químicos no combate ao rubrocinto
Uso irracional dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> • crescimento demográfico 	<ul style="list-style-type: none"> • aumento do fluxo migratório em direcção à Região Autónoma do Príncipe • corte indiscriminado de árvores para a satisfação das necessidades de habitações • utilização de áreas de encostas íngremes e outras zonas para a produção de culturas

A Região Autónoma do Príncipe apresenta-se do ponto de vista ambiental muito estável, e não são grandes as ameaças que podem pesar de momento sobre a prevalência desta situação, se se mantiver este nível de desenvolvimento. Todavia, o projecto de instalação de uma Zona Franca no Príncipe, poderia vir a criar algumas situações de alguma gravidade cujo impacto sobre o ambiente poderia ser de extrema importância, principalmente sobre a biodiversidade, tais como:

- **Aumento da erosão costeira**

Para a instalação da Zona Franca da Baía das Agulhas, necessário se torna construir infra-estruturas de diferentes tipos e tamanhos com vista a permitir o normal funcionamento das

actividades. Para o efeito, necessário se torna obter fontes normais e constantes para o fornecimento de materiais locais de construção. É neste sentido que os inertes costeiros, nomeadamente, areia e calhaus rolados serão fortemente explorados constituindo uma ameaça para o aumento da erosão costeira na região.

- **Perda dos ecossistemas da Baía das Agulhas e da biodiversidade do Parque Nacional do Príncipe.**

A Baía das Agulhas na região Autónoma do Príncipe é bem conhecida pela sua fragilidade devido à localização nesta área de diversos ecossistemas bastante sensíveis da região. No entanto, a área prevista para a instalação da Zona Franca, cobre uma parte importante do Parque Nacional do Príncipe. Neste sentido, o desenvolvimento desta actividade franca, poderá constituir uma grande ameaça à sobrevivência da referida biodiversidade ficando os mesmos na lista de ecossistemas ameaçados ou em perigo.

- **Destruição da Fauna e outros organismos da Floresta secundária**

As principais modificações do habitat susceptíveis de ocorrerem num futuro estarão relacionadas com a reabilitação das plantações abandonadas onde estão localizados os principais habitats das espécies endémicas da região, com particular incidência sobre as aves.

Algumas espécies endémicas da região tais como o *Dicrurus modestus* (Rabo-Peixe), o *Serinus rufobrunneus* (chota café) *Speirops leucophaeus* (Tchiliquito) o *Polispiza rufobrunnea* (Pardal) *Ploceus princeps* (Melro), *Turdus olivaceofuscus* (Tordo) poderão ver a sua população bastante ameaçada se medidas especiais não forem tomadas contra o desmatamento a ser feito para a abertura de estrada, construção de zonas habitacionais, etc. A fauna aquática assim como os anfíbios e os répteis endémicos da região estarão também ameaçados pela mesma causa.

- **Uso irracional dos recursos naturais**

Com a instalação das actividades da Zona Franca e outros investimentos nesta região, o fluxo migratório em direcção a Príncipe aumentará de forma significativa, em busca de emprego e de melhores condições de vida. A necessidade de habitação aumentará e haverá uma utilização irracional dos recursos florestais e outros necessários para a construção civil. Haverá também um aumento no consumo dos géneros de primeira necessidade e com esta, a utilização indevida dos solos incluindo áreas de encostas íngremes para a produção de culturas alimentares com consequências negativas sobre a fertilidade e a produtividade dos solos.

V. DEFINIÇÃO DAS PRIORIDADES DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS SEGUNDO A SUA GRAVIDADE NA REGIÃO

Para a selecção dos problemas ambientais prioritários para a Região Autónoma do Príncipe, tomou-se em consideração o significado ambiental destes problemas, o seu significado económico e os seus efeitos sociais, com particular incidência sobre a saúde.

Com base nos dados resultantes do diagnóstico participativo e na análise efectuada, ela foi possível estabelecer uma ordem de prioridades considerando três critérios, como se segue: ALTA, MÉDIA e BAIXA. Às prioridades globais deu-se uma ponderação resultante da aplicação dos referidos critérios.

Quadro n.º 13 - Definição das prioridades dos problemas ambientais segundo a sua gravidade na região

Problema ou causa	Significado dos efeitos directos sobre			Prioridade Global
	Social	Ambiente	Economia	
AGUA				
Disponibilidade da água	ALTA	BAIXA	ALTA	ALTA
Qualidade da água	ALTA	BAIXA	ALTA	ALTA
AR				
RESÍDUOS SÓLIDOS				
Tóxicos				
Não - tóxicos	ALTA	ALTA	ALTA	ALTA
RECURSOS RENOVÁVEIS				
degradação das florestas secundárias	BAIXA	ALTA	MEDIA	MÉDIA
degradação do sistema produtivo da Empresa Sundy	ALTA	MEDIA	ALTA	ALTA
DIVERSIDADE BIOLÓGICA				
perda de habitat para a fauna	BAIXA	ALTA	MEDIA	MÉDIA
perda de espécies de aves endémicas e ameaçadas	BAIXA	ALTA	ALTA	ALTA
perda das espécies de tartarugas marinhas	BAIXA	ALTA	ALTA	ALTA

Os problemas com uma ALTA prioridade incluem a **disponibilidade e a qualidade da água para consumo**, os **resíduos sólidos não tóxicos**, a **degradação do sistema produtivo da Empresa Sundy**, a **perda de espécies de aves endémicas e ameaçadas** e à **perda das espécies de tartarugas marinhas**.

A disponibilidade e qualidade da água para consumo é muito importante, particularmente para a Região Autónoma do Príncipe, uma vez que constitui um grave problema de saúde pública na medida em que ela é de muito má qualidade e imprópria para consumo. Os resíduos sólidos não tóxicos, que incluem os resíduos humanos são também muito prioritários devido aos seus efeitos sobre a saúde, sobre o ambiente e sobre a economia, nomeadamente sobre a perspectiva de desenvolvimento do turismo. A degradação do sistema produtivo da empresa Sundy é de capital importância, tendo em conta que se trata de uma empresa estatal e cujos indicadores de desenvolvimento são muito baixos e cujos efeitos sociais e económicos são muito grandes. A perda de espécies de aves endémicas é muito importante devido aos seus grandes efeitos sobre o ambiente e sobre a economia. Finalmente a perda de espécies de tartarugas marinhas é uma preocupação grande que tem a ver com o desaparecimento de espécies e os seus grandes efeitos sobre o ambiente e sobre a economia.

Foi atribuída uma prioridade MÉDIA à **degradação das florestas secundárias** e à **perda de habitats para a fauna**. A degradação das florestas secundárias é importante devido à actual tendência para a sua transformação com o desmatamento intensivo e a introdução de novas culturas. Finalmente a perda de habitats para a fauna é uma consequência da destruição das florestas que se tem vindo a operar com o processo de distribuição e privatização das terras.

2.^a Parte - Planificação

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
PROGRAMA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DA REGIÃO		
Contribuir para a melhoria socio económica das populações e para um desenvolvimento harmonioso e duradouro da Região Autónoma do Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar a economia da região e integrá-la no âmbito da economia nacional • Melhoria das condições com vista a permitir um convívio harmonioso entre investimentos de carácter económico e a protecção da Região • Melhoria das condições económicas da população da Região 	<p>*Projecto 1: Implantação da Zona Franca da Baía das Agulhas</p> <p>Projecto 2: Construção de uma fábrica de cerâmicas na cidade de Santo António</p> <p>Projecto 3: Reabilitação e conservação dos edifícios com arquitecturas coloniais localizados na Região Autónoma do Príncipe</p> <p>Projecto 4: Reabilitação de estaleiros e da grua no Porto da Região e aquisição de alguns batelões</p> <p>Projecto 5: Expansão da urbanização da cidade de Santo António</p> <p>Projecto 6: Desenvolvimento da pecuária</p> <p>Projecto 7: Criação de abelhas para a produção do mel</p> <p>Projecto 8: Construção de focos habitacionais</p> <p>Projecto 9: Reabilitação e construção de estradas rurais</p> <p>*Projecto 10: Construção de uma Central hidroeléctrica na Região Autónoma do Príncipe</p> <p>Projecto 11: Eco-turismo</p> <p>Projecto 12: criação de um sistema de transporte e de ligação entre as duas ilhas</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das condições de acesso ao ensino básico obrigatório às crianças em idade escolar • Incentivar o acesso à escola através da implementação de estímulos às crianças em condições sócio-económicas mais desfavorecidas • Aumentar o nível de conhecimento das populações 	<p>Projecto 13: Criação de círculos de interesse locais, incluindo campanhas de alfabetização de adultos</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e capacitar os recursos locais, quer humanos quer naturais, com base sólida e equilibrada • Criar um polo de desenvolvimento contrariando as tendências de periferia, pobreza e desertificação no distrito 	<p>Projecto 14: Criação de uma Escola de Artes e Ofícios na Cidade de Santo António</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar as condições de acesso da população à saúde 	<p>Projecto 15: Assistência Sanitária à Região Autónoma do Príncipe</p>

Justificação

No contexto económico geral de todos os distritos do país incluindo a Região Autónoma do Príncipe, é caracterizado por uma crise profunda ligada a baixa taxa do crescimento económico, elevada inflação e a dependência total da capital do país.

Na avaliação dos problemas e preocupações ambientais levantados ao nível dos diferentes distritos do país e da Região Autónoma do Príncipe, constatou-se uma estreita vinculação entre as questões sócio-económicas das diferentes comunidades visitadas e a qualidade do ambiente das referidas localidades.

As medidas de liberalização económica iniciadas em 1985 no país para tentar atrair investimentos externos e que visavam proporcionar benefícios económicos, tais como a reestruturação das empresas públicas, o programa de reforma agrária etc., abrangeram grande parte das estruturas económicas do distrito e não tiveram efeitos esperados na melhoria da situação sócio económico das comunidades distritais, tendo mesmo repercutido de forma negativa sobre a situação ambiental nos distritos.

Isso demonstra como os sinais inapropriados de política económica, ou as decisões inapropriadas de desenvolvimento económico podem conduzir a degradação da qualidade do ambiente.

Existem imensos problemas que impedem um desenvolvimento harmonioso dos distritos tais como o tamanho diminuto do mercado, o isolamento geográfico, a não fixação dos quadros formados nos diferentes distritos, a dependência total em relação a capital do país, a falta de investimentos do sector privado nacional incluindo a Região Autónoma do Príncipe com a excepção do distrito de Água Grande, etc..

As infra-estruturas económicas dos distritos encontram-se no estado de total degradação com maior particularidade para estradas rurais onde o estado avançado de deterioração impossibilita mesmo a circulação entre as diferentes zonas do distrito. As características do relevo e a situação das vias de comunicação constituem handicaps para o desenvolvimento do sector dos transportes o que impede os escoamento da produção agrícola, o acesso a população de certos serviços sociais de base tais como a saúde, educação etc..

A Região Autónoma do Príncipe é caracterizada por um duplo fenómeno de insularidade isto é, insularidade do país em geral, e a insularidade particular da região. Esta última poderá ser resolvida com a criação de um sistema de transporte marítimo capaz de garantir a ligação permanente entre as duas ilhas.

Objectivos do Programa

Objectivo geral

Neste sentido, o Programa Sócio Económico proposto para a Região Autónoma do Príncipe, tem como objectivo geral contribuir para o desenvolvimento harmonioso e duradouro da Região.

Os **objectivos específicos** consistem em:

- ◆ Dinamizar a economia da Região e integrá-la no âmbito da economia nacional
- ◆ Melhorar as condições sócio-económicas com vista a permitir um convívio harmonioso entre investimentos de carácter económico e a protecção do Ambiente no Distrito
- ◆ Melhorar as condições económicas das comunidades da Região

Foram propostos para o Programa Sócio económico da Região Autónoma do Príncipe 9 projectos a saber:

- I. **Projecto 01** - Implantação da Zona Franca da Baía das Agulhas;
- II. **Projecto 02** - Construção de uma fábrica de cerâmica na cidade de Santo António;
- III. **Projecto 03** - Reabilitação e conservação dos edifícios com arquitecturas coloniais localizados na Região Autónoma do Príncipe;
- IV. **Projecto 04** - Reabilitação de estaleiros e da grua no Porto da Região e aquisição de alguns batelões;
- V. **Projecto 05** - Expansão da urbanização da cidade de Santo António;
- VI. **Projecto 06** - Desenvolvimento da pecuária;
- VII. **Projecto 07** - Criação de abelhas para a produção de mel;
- VIII. **Projecto 08** - Construção de focos habitacionais;
- IX. **Projecto 09** - Reabilitação e construção de estradas rurais;
- X. **Projecto 10** - Construção de uma central hidroelétrica na Região Autónoma do Príncipe;
- XI. **Projecto 11** - Ecoturismo
- XII. **Projecto 12** - Criação de um sistema de transporte e de ligação entre as duas ilhas;
- XIII. **Projecto 13** - Criação de círculos de interesse locais, incluindo campanhas de alfabetização de adultos;
- XIV. **Projecto 14** - Criação de uma Escola de Artes e Ofícios na cidade de Santo António
- XV. **Projecto 15** - Assistência sanitária à Região Autónoma do Príncipe

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha de Projecto n ° 1

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Implantação da Zona Franca da Baía das Agulhas
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o desenvolvimento sócio económico da Região em particular e do país em geral
4) Objectivos específicos:	Contribuir para o desenvolvimento das infra-estruturas económicas e sociais da Região Contribuir para a criação de postos de emprego melhoria da prestação de serviços
5) Resultados esperados:	Uma Zona Franca instalada na Região Autónoma do Príncipe Construção de portos, hotéis, estradas e ampliação do aeroporto Criação de um Entrepasto Comercial Instalação de bancos Off-Shore Instalação de Zonas residenciais, recreação e de lazer
6) Componentes e Actividades principais:	Estudos de Impacto Ambiental Obras de construção Actividades off-shore
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo/WADCO
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Privado

Ficha de Projecto n ° 2

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Construção de uma fabrica de cerâmicas na cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o desenvolvimento sócio económico da Região
4) Objectivos específicos:	Melhoria do abastecimento do mercado com materiais de construção Contribuir para a diminuição do uso da areia e da madeira na construção Contribuir para a valorização e aproveitamento dos recursos naturais da Região (argila) Contribuir para a busca de alternativas aos materiais de construção Dinamizar o sector da construção civil da Região
5) Resultados esperados:	Uma fábrica de Cerâmica em funcionamento Produção de tijolos, telhas e olarias Criação de postos de emprego Exportação de produtos de cerâmica
6) Componentes e Actividades principais:	Estudo e localização da matéria prima Avaliação do Impacto sobre o ambiente Elaboração do projecto da fábrica Localização da área Obras de construção
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Privado e Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral e Privado

Ficha de Projecto n ° 3

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Reabilitação e conservação dos edifícios com arquitecturas coloniais localizados na Região Autónoma do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a manutenção e conservação do património arquitectónico da Região Autónoma do Príncipe
4) Objectivos específicos:	Melhorar o aspecto estético da cidade de Santo António Preservação do património histórico-cultural da Região Contribuir para a reabilitação dos edifícios públicos e toda a arquitectura colonial existente na Região Autónoma do Príncipe
5) Resultados esperados:	Edifícios a character historico-cultural reabilitados Um novo aspecto para a cidade de Santo António Maior dinamismo turístico
6) Componentes e Actividades principais:	Inventariação dos edifícios com arquitecturas coloniais e de valor historico-cultural para a Região Busca de financiamento Obras de construção
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	UNESCO/Cooperação Bilateral/U.E:

Ficha de Projecto n ° 4

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Reabilitação de estaleiros e da grua no Porto da Região e aquisição de alguns batelões
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para um maior desenvolvimento socio económico da Região
4) Objectivos específicos:	Melhoria das actividades de carga e descarga dos produtos
5) Resultados esperados:	Maior dinamismo no intercâmbio comercial Maior fluxo de barcos para a Região Maiores possibilidades de evacuação dos produtos da Região
6) Componentes e Actividades principais:	Projecto de reabilitação do Estaleiro Aquisição de materiais para a reabilitação das gruas Busca de financiamento Aquisição de batelões
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral

Ficha de Projecto n ° 5

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Expansão da urbanização da cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para um desenvolvimento harmonioso da cidade de Santo António
4) Objectivos específicos:	Melhoria do ordenamento do espaço na cidade de Santo António Melhoria no crescimento e expansão da cidade Melhoria na localização dos investimentos de carácter económico, social e de serviços
5) Resultados esperados:	Capital da Região mais ordenada Melhor distribuição dos investimentos Melhor localização das infra-estruturas
6) Componentes e Actividades principais:	Elaboração de estudos urbanísticos da cidade de Santo António Levantamentos topográficos Elaboração do Plano de Urbanização da cidade de Santo António
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Central/Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral

Ficha de Projecto n º 6

PDADD: Distrito de Lembá

Programa Socio Económico

1) Título:	Desenvolvimento da Pecuária
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o desenvolvimento sócio económico da Região
4) Objectivos específicos:	Diversificar a produção da Região Melhorar a economia do Região Melhorar o rendimento dos agricultores e criadores de gado Melhorar a situação nutricional das populações
5) Resultados esperados:	Aumento da capacidade do distrito na produção de gado Aumento do rendimento dos criadores Melhoria do abastecimento do mercado em carne e leite
6) Componentes e Actividades principais:	Instalação do projecto Vulgarização, Formação, Pesquisa Construção da Pocilga e outras unidades pecuárias
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Agricultura
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	BAD

Ficha de Projecto n.º 7

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Criação de Abelhas para a Produção de Mel
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria da situação alimentar da população
4) Objectivos específicos:	Contribuir para a protecção dos enxames de abelhas nacionais produtoras de mel Melhorar o nível de rendimento familiar
5) Resultados esperados:	Abastecimento do mel ao mercado nacional Protecção das abelhas Ingresso financeiro complementar aos agricultores
6) Componentes e Actividades principais:	Formação de agricultores no domínio de agricultura Concessão aos agricultores de meios materiais para a construção de colmeias
7) Agência/Organismos responsável da Execução:	Pequenos Agricultores/ECOFAC
8) Duração:	
9) Principais recursos:	ECOFAC
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	ECOFAC

Ficha de Projecto n.º 8

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Construção de focos habitacionais
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria da situação habitacional da Região
4) Objectivos específicos:	Promover a construção de habitações condignas para a população Minimizar a carência de habitação Promover uma utilização mais ordenada do espaço urbano
5) Resultados esperados:	Construção de Blocos de apartamentos na Região Autónoma do Príncipe Construção de apartamentos sociais
6) Componentes e Actividades principais:	Preparação do terreno Obras de Construção
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Instituto da Habitação/Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral

Ficha de Projecto n.º 9

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Reabilitação e construção de estradas rurais para escoamento dos produtos agrícolas
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o desenvolvimento económico e social durável da Região
4) Objectivos específicos:	Estabelecer uma maior comunicação entre as diferentes comunidades da Região Facilitar o acesso aos centros de produção Criar uma maior dinâmica de intercâmbio económico no seio da Região Permitir a evacuação dos produtos agrícolas da Região
5) Resultados esperados:	Aumento da produção dos produtos locais Melhoria dos indicadores sócio-económicos da Região Melhoria das vias de comunicação Quebra de isolamento das comunidades rurais Diminuição do êxodo rural
6) Componentes e Actividades principais:	Identificação/selecção das vias rurais prioritárias para serem reabilitadas ou construídas Reparação das vias mais degradadas Construção de novas vias
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Agricultura/Secretaria Regional para o Equipamento Social e Ambiente/PNAPAF
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	FENU/STABEX/PNUD/PNAPAF/U.E./CFD

Ficha de Projecto n.º10

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Sócio Económico

1) Título:	Construção da Central Hidroelétrica na Região Autónoma do Príncipe
2) Localização geográfica:	Rio Papagaio- Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria da situação energética da Região
4) Objectivos específicos:	Aumento da capacidade de produção energética Diminuição de despesas com a produção de energia através de Central Térmica
5) Resultados esperados:	Maior capacidade energética Maiores incentivos a investimentos
6) Componentes e Actividades principais:	Estudos de viabilidade Estudos de Impacto Ambiental Procura de Financiamento Construção da Central
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	EMAE – DRNE/Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral

Ficha de Projecto n.º 11

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Eco-turismo
2) Localização geográfica:	Florestas primárias da Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Promover o desenvolvimento de um turismo ecológico
4) Objectivos específicos:	Aproveitamento das potencialidades naturais para o desenvolvimento do turismo Valorização económica das áreas do Parque Natural Valorização científica da biodiversidade do Parque
5) Resultados esperados:	Obtenção de um circuito turístico nas áreas do Parque Natural Um grupo de Guias com conhecimentos práticos formado Preparação de um livro-guia com os principais circuitos turísticos
6) Componentes e Actividades principais:	Formação de Eco-guias Elaboração da carta de circuitos turísticos Preparação do Livro-guia
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção do Turismo e Hotelaria/ECOFAC/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E.

Ficha de Projecto n.º 12

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Criação de um sistema de transporte e de ligação entre as duas Ilhas
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	
4) Objectivos específicos:	
5) Resultados esperados:	
6) Componentes e Actividades principais:	
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	

Ficha de Projecto n.º 13

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Criação de círculos de interesse locais, incluindo campanhas de alfabetização de adultos
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para uma melhor qualidade de vida da população, através de uma participação mais activa na vida da Região e elevação do nível de alfabetização
4) Objectivos específicos:	Promover a participação da população na solução dos problemas locais Criar iniciativas locais para melhoria do rendimento familiar Apoiar e incentivar as iniciativas locais que contribuam para o desenvolvimento da comunidade Elevar o nível cultural das comunidades através de cursos de alfabetização Promover a informação e a sensibilização da população sobre o ambiente através dos circuitos não formais
5) Resultados esperados:	Criação de uma dinâmica participativa ao nível das comunidades Surgimento de Associações sócio-profissionais para execução de micro projectos Alfabetização das camadas adultas da população
6) Componentes e Actividades principais:	Constituição de Associações, Grupos de interesses profissionais Formações práticas em gestão de projectos comunitários Aulas de alfabetização Campanhas de sensibilização e de informação sobre a problemática ambiental
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Regional/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	CFD/PNUD/Cooperação Bilateral/U.E/UNESCO.

Ficha de Projecto n.º 14

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Criação de uma Escola de Artes e Ofícios na Cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Cidade de Santo António - Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Dinamizar e capacitar os recursos locais, quer humanos quer naturais, com base sólida e equilibrada. Criar um polo de desenvolvimento contrariando as tendências de periferia e de pobreza na Região
4) Objectivos específicos:	Reforçar as capacidades locais e suas sinergias Estimular a fixação de habitantes na Região Promover e dignificar os ofícios tradicionais Criar riqueza endógena, nomeadamente por via de utilização e rentabilização de recursos locais em matérias primas renováveis Satisfazer a procura interna de alguns bens e serviços Fomentar o aparecimento de novas empresas e micro-empresas e reforçar ou ampliar a capacidade instalada das já existentes
5) Resultados esperados:	Criação de mecanismos de interacção e articulação entre a Escola e a comunidade Formação de formadores Formação específica intensiva e descentralizada Reforço de iniciativas imergentes nos sectores de agricultura, pesca, turismo rural, artes e ofícios tradicionais, construção de habitações, etc.
6) Componentes e Actividades principais:	Investigação e estudo do meio Formação Pesquisa e promoção dos materiais locais Informação/Documentação/Biblioteca
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Educação e Cultura/Secretaria Regional para os Assuntos Sociais
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	UNESCO/ONG's internacionais

Ficha de Projecto n.º 15

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Socio Económico

1) Título:	Assistência Sanitária à região Autónoma do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria sanitária da população
4) Objectivos específicos:	Execução de uma assistência sanitária às populações da Região Melhoria da prestação de serviços de saúde à população
5) Resultados esperados:	Maior cobertura sanitária à população Melhor funcionamento do Hospital de Santo António
6) Componentes e Actividades principais:	Assistência médica e medicamentosa Assistência preventiva e curativa
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Saúde/Secretaria Regional para a área Social/AMI
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Governo/AMI

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
<p>PROGRAMA “AGUA Dotar todas as comunidades da Região Autónoma do Príncipe de água potável</p>	<ul style="list-style-type: none"> • construção de uma nova rede de distribuição de água a cidade de Santo António com vista a satisfazer as actuais necessidades de água da população da capital da Região e das comunidades vizinhas • abastecimento em 100 % da população do distrito com água potável 	<p>Projecto 16: Construção de um novo sistema de abastecimento de água à cidade de Santo António do Príncipe</p> <p>Projecto 17: Construção da rede de abastecimento e da estação de tratamento de água à comunidade de Terreiro Velho e arredores</p> <p>Projecto 18: Construção da rede de abastecimento às comunidades do Aeroporto e arredores</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar a qualidade de água de consumo das 50 comunidades que conformam a Região Autónoma do Príncipe protegendo as áreas de captação e as fontes naturais de abastecimento dessas comunidades 	<p>Projecto 19: Delimitação e protecção das áreas de captação, das estações de tratamento e dos reservatórios dos sistemas que abastecem a cidade de Santo António e outras comunidades da Região Autónoma do Príncipe</p> <p>Projecto 20: Identificação das fontes naturais de abastecimento de água a alguma comunidades da Região Autónoma do Príncipe, delimitação das áreas a proteger e construção de sistemas de protecção.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • melhorar a qualidade de água de consumo das comunidades residentes nas antigas empresas agrícolas e suas dependências 	<p>Projecto 21: Reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento de água às empresas agrícolas e suas dependências e protecção das áreas de captação das mesmas.</p>

PROGRAMA ÁGUA

JUSTIFICAÇÃO

Aproximadamente 90% das comunidades visitadas e dos grupos alvo entrevistados expressaram como preocupação de grande prioridade as relacionadas com a disponibilidade e qualidade da água de consumo.

Apesar de haver uma grande potencialidade de recursos de água no país onde os recursos médios anuais teoricamente existentes estão estimados em 2.000 milhões de metros cúbicos em São Tomé e 180 milhões no Príncipe, é bastante escassa a acessibilidade e a disponibilidade deste importante recurso a população.

Entre as dificuldades encontradas para o abastecimento normal de água às diversas comunidades salienta-se a sub-valorização dos preços praticados pelo sector que faz a gestão das águas, a utilização de forma gratuita dos fontanários públicos o que origina a utilização de forma irracional das águas com uma taxa de perda bastante elevada nalgumas zonas e a falta da água noutras dando assim origem a uma má prestação dos serviços por parte do sector responsável

Para além da disponibilidade da água, a qualidade deste líquido consumido pela população é de muito baixa qualidade.

Segundo os dados obtidos do Plano Director da Água “Etude du Plan Directeur des Systemes d’AEPA – Rapport R3 Normes et Criteres”, foram feitas análises às diversas amostras de águas recolhidas ao nível das captações e diversas fontes de distribuição de água tanto nas áreas urbanas como rurais.

Foram utilizados três tipos de meios de cultura para a análise bacteriológica das referidas amostras, nomeadamente:

- AZIDE - para os streptocoques fecais
- MFC - para os coliformes fecais
- Tergitol TTC - para os coliformes

As análises deram como resultados que todas as amostras sem excepção continham coliformes e streptocoques fecais. Para o referido estudo, todas estas águas eram consideradas não potáveis segundo as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo ainda o mesmo estudo, o nível de contaminação variava segundo as áreas de captação. As duas captações de água de superfície (Rio Manuel Jorge e

Água Moreira) que abastecem os distritos de Mé Zochi e Água Grande são as mais poluídas assim como certas captações das fontes de Água Clara 2, 4 e 5. Em contrapartida uma grande parte das fontes naturais apresentam um nível de contaminação relativamente baixo (com aproximadamente menos de dois coliformes fecais por cada 100 ml).

Ao nível das águas saídas nos fontanários públicos as contaminações são aproximadamente iguais às verificadas nas áreas de captações que alimentam as referidas torneiras.

As águas de torneiras mais poluídas são as alimentadas pelas captações do Rio Manuel Jorge, Água Grande e Água Clara 5. No entanto as torneiras alimentadas pelas captações menos poluídas tais como Santana possuem água de melhor qualidade.

Mesmo ao nível das áreas rurais as amostras recolhidas deram como resultados a contaminação das fontes pelos coliformes e streptococos fecais. Os níveis de contaminação verificados nas mesmas colocam as referidas fontes fora das normas aprovadas pela OMS.

Segundo ainda o mesmo estudo, esta forte contaminação das águas incluindo as subterrâneas estão certamente ligadas à natureza do subsolo nacional. Os basaltos fisurados e recobertos por um solo de pouca espessura não conseguem assegurar uma boa filtração das águas ao serem infiltradas o que origina o transporte das bactérias às referidas águas. Outra das causas da contaminação está relacionada com a falta de delimitação e de medidas de protecção das áreas de captação das águas.

A má qualidade da água de consumo no país constitui um problema bastante preocupante e generalizado .

Não será possível eliminar à curto prazo todas as causas de contaminação. No entanto algumas medidas de baixo custo podem ser implementadas, segundo o Plano Director de Água, com vista a melhorar a qualidade da mesma num futuro próximo, tais como:

1. Suprimir a alimentação do reservatório de Bobo Forro com as águas superficiais provenientes de Água Morreira, propondo uma outra alimentação alternativa tal como a conduta já existente também na fonte de Água Morreira;
2. Desconectar a fonte de Água Clara número 5 da rede que alimenta a capital passando a rede a ser alimentada apenas pelas captações número 1 e 2;
3. Reabilitação das estações de filtração de água que abastece S.João dos Angolares e Trindade;

4. Reforçar o sistema de abastecimento de Santana com uma nova fonte, à de Agua Tomé. Construção de captações e de sistemas de filtragem
5. Criar perímetros de protecção para todas as captações onde os níveis de poluição são superiores a 100 coliformes fecais por 100 ml de água.

Outras medidas que devem ser tomadas com vista a melhorar a qualidade das águas consiste na implementação do processo de cloração das águas e na protecção das estações de captação e na diminuição de utilização das águas superficiais para o consumo.

O processo de cloração permitirá reduzir a poluição.

Os equipamentos necessários para este processo já estão instalados nas principais redes de abastecimento de água do país, tais como:

- Sistema de abastecimento à Trindade e Angolares instaladas no momento dos trabalhos efectuados para o abastecimento de água a essas regiões no ano de 1989;
- Sistema de abastecimento a cidade de São Tomé no quadro dos trabalhos da FED já realizado.

Para a protecção das áreas de captação necessário se torna delimitar e cercar um determinado perímetro à volta da área de captação onde serão proibidas certas actividades. A jurisdição destes perímetros de protecção deve ser definida por um regulamento, depois da sua aprovação pelos sectores competentes tais como a Direcção dos Recursos Naturais e Energia, Empresa de Água e Electricidade , Ministério da Saúde e o Ministério da Agricultura.

Como exemplo de protecção das áreas de captações estabelece-se como:

- Perímetro Mínimo – uma área de 20m x 20m arredores da captação, cercada, onde será feita a reflorestação. Todas as actividades humanas serão interditas com a excepção das actividades de manutenção da captação;
- Perímetro Médio – uma área de 100m x 100m à volta da captação apenas delimitada com marcos e não será fechada. Será interdita a construção de casas e de infra-estruturas sanitárias;
- Perímetro Grande – com áreas de 500m x 500m à volta da área de captação onde os agricultores serão interditos a usarem pesticidas.

Respeitante as águas superficiais necessário se torna diminuir o nível de utilização das referidas águas para o consumo já que as análises demonstraram que a maioria das fontes estão extremamente poluídas

Situação na Região Autónoma do Príncipe

A população da cidade de Santo António é abastecida através do sistema de Água _ de Ribeira Forca.

A estação de captação encontra-se desprotegida e a rede de distribuição envelhecida originando que a população esteja a consumir uma água imprópria.

A empresas agrícolas possuem o seu sistema autónoma de abastecimento. A água consumida pela população residente nestas empresas também encontra-se bastante poluída devido a falta de estações de tratamento assim como o mau estado de conservação da rede de distribuição da água.

Algumas comunidades consomem água proveniente de fontes naturais, pelo que necessário se torna proteger as mesmas de forma a torna potável a água destes fontes.

O Programa Água proposto para a Região Autónoma do Príncipe tem como objectivo geral dotar todas as comunidades da região de um sistema de água potável.

Neste sentido foram propostos os seguintes projectos:

- I. **Projecto 16:** Construção de um novo sistema de abastecimento e da estação de tratamento de água à cidade de Santo António do Príncipe
- II. **Projecto 17:** Construção da rede de abastecimento e da estação tratamento da água à comunidade de Terreiro Velho e arredores
- III. **Projecto 18:** Construção da rede de abastecimento de água às comunidades do Aeroporto e arredores
- IV. **Projecto 19:** Delimitação e protecção das áreas de captação, das estações de tratamento e dos reservatórios que abastecem a cidade de Santo a António e outras comunidades da Região Autónoma do Príncipe
- V. **Projecto 20:** Identificação das fontes naturais de abastecimento de água a algumas comunidades da Região Autónoma do Príncipe, delimitação das áreas a proteger e construção de sistemas de protecção.
- VI. **Projecto 21:** Reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento de água às empresas agrícolas e suas dependência e protecção das áreas de captação das mesmas.

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha de Projecto n.º 16

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Agua

1) Título:	Construção de um novo sistema de abastecimento e da estação de tratamento de água à cidade de Santo António do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Dotar a população da cidade de Santo António e arredores de um sistema de água potável
4) Objectivos específicos:	Melhorar a disponibilidade da água de consumo à população Melhorar a qualidade da água de consumo através da construção do sistema de tratamento
5) Resultados esperados:	Aumento da disponibilidade de água à população Melhoria da qualidade da água de consumo Diminuição das enfermidades provenientes do consumo de água de má qualidade
6) Componentes e Actividades principais:	Construção de uma nova rede de distribuição Construção das captações e de estações de tratamento Construção de aduções e reservatórios Instalação de torneiras públicas
7) Agencia/Organismo responsável:	DRNE/EMAE
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ '000):	1.021.171,00 USD
11) Organismo Financiador	U.E/BAD/CFD/OPEC/Banco Mundial

Ficha de Projecto n.º 17

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Agua

1) Título:	Construção da rede de abastecimento e da estação de tratamento de água à comunidade de Terreiro Velho e arredores
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Dotar a população da Comunidade de Terreiro Velho e arredores de um sistema de agua potável
4) Objectivos específicos:	Melhorar a disponibilidade da água de consumo à população Melhorar a qualidade da água de consumo através da construção do sistema de tratamento
5) Resultados esperados:	Aumento da disponibilidade de água à população Melhoria da qualidade da água de consumo Diminuição das enfermidades provenientes do consumo de água de má qualidade
6) Componentes e Actividades principais:	Localização de novas fontes de captação Construção da rede de distribuição Construção da estação de tratamento
7) Agencia/Organismo responsável:	DRNE/EMAE
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ '000):	USD
11) Organismo Financiador	U.E/BAD/CFD/Irão/Oman/Holanda/Taiwan.

Ficha de Projecto n.º 18

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Agua

1) Título:	Construção da rede de abastecimento de água às comunidades do Aeroporto e arredores
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Dotar a população da Comunidade de Aeroporto e arredores e arredores de um sistema de agua potável
4) Objectivos específicos:	Melhorar a disponibilidade da água de consumo à população Melhorar a qualidade da água de consumo através da construção do sistema de tratamento
5) Resultados esperados:	Aumento da disponibilidade de água à população Melhoria da qualidade da água de consumo Diminuição das enfermidades provenientes do consumo de água de má qualidade
6) Componentes e Actividades principais:	Localização de novas fontes de captação Construção da rede de distribuição Construção da estação de tratamento
7) Agencia/Organismo responsável:	DRNE/EMAE
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ '000):	USD
11) Organismo Financiador	U.E/BAD/CFD/Iráo/Oman/Holanda/Taiwan.

Ficha de Projecto n.º 19

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa ÁGUA

1) Título:	Delimitação e protecção das áreas de captação, das estações de tratamento e dos reservatórios dos sistemas que abastecem a cidade de Santo António e outras comunidades da Região Autónoma do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Melhorar a qualidade da água de consumo da população da cidade da Cidade de Santo António e outras comunidades da Região, protegendo as áreas de captação, estações de tratamento e os seus reservatórios
4) Objectivos específicos:	Evitar todas as actividades humanas que possam causar a contaminação das fontes de captação, estações de tratamento e dos reservatórios dos sistemas de abastecimento
5) Resultados esperados:	Protecção dos sistemas de abastecimento de água de consumo à população da Região Autónoma do Príncipe Melhoria da qualidade da água de abastecimento à população Diminuição das enfermidades causadas pelo consumo de água imprópria
6) Componentes e Actividades principais:	Delimitação de uma área em volta das instalações de captação e das estações de tratamento e dos reservatórios, sua vedação e criação de zonas verdes.
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	EMAE/DRNE
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	a definir
11 Organismo Financiador	U E/FENU/PNUD/BAD/STABEX/CFD

Ficha de Projecto n.º 20

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa ÁGUA.....

1) Título:	Identificação das fontes naturais de abastecimento de água a algumas comunidades da Região Autónoma do Príncipe, delimitação das áreas a proteger e construção de sistemas de protecção
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para que 100% das Comunidades da Região Autónoma do Príncipe que abastecem-se através de fontes naturais tenha acesso à água potável
4) Objectivos específicos:	Melhorar a qualidade da água de consumo das 50 comunidades que conforma a Região Autónoma do Príncipe, protegendo as fontes naturais de abastecimento dessas comunidades
5) Resultados esperados:	Protecção das fontes naturais nas diversas localidades da Região Melhoramento da qualidade da água em 100% das comunidades da Região
6) Componentes e Actividades principais:	Identificação das Fontes a proteger Delimitação das áreas a proteger Construção de sistemas de protecção
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Saúde/Direcção dos Cuidados Primários de Saúde/UNICEF
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	UNICEF/PNUD/FENU/STABEX

Ficha de Projecto n.º 21

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa ÁGUA.....

1) Título:	Reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento de água às empresas agrícolas e suas dependências e protecção das áreas de captação das mesmas
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para que as comunidades residentes nas empresas agrícolas e suas dependências tenham acesso à água potável
4) Objectivos específicos:	Melhorar a qualidade da água de consumo das comunidades. Residentes nas empresas agrícolas da Região
5) Resultados esperados:	As redes de distribuição de água às empresas agrícolas reabilitadas Aguas de abastecimento tratadas Diminuição das enfermidades provenientes do consumo de água imprópria
6) Componentes e Actividades principais:	Levantamento do estado das diversas captações Reabilitação das captações e construção das estações de tratamento Protecção das áreas de captação e das estações de tratamento
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério do Equipamento Social e Ambiente/Ministério da Agricultura
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	FENU/PNUD/BAD/STABEX/CFD/FIDA

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
PROGRAMA “RECURSOS RENOVÁVEIS”	•	
contribuir para a manutenção da qualidade dos recursos renováveis da Região Autónoma adoptando medidas de prevenção com vista a sua utilização de forma durável	<ul style="list-style-type: none"> • evitar a usurpação das florestas secundárias e a extracção inviável de madeira com valor comercial • adoptar medidas de prevenção com vista à preservação de cerca de 80% dos recursos florestas do distrito 	<p>Projecto 22: Conservação e utilização durável das florestas secundárias do distrito</p> <p>Projecto 23: Reflorestamento das áreas de Reservas Naturais com árvores nobres</p>
•	<ul style="list-style-type: none"> • preservar a qualidade das praias da Região e suster a degradação da praia Évora de modo a manter as suas potencialidades naturais e turísticas • evitar o fenómeno de erosão das áreas costeiras ao nível da Região. 	<p>Projecto 24: Criação e protecção das Florestas Comunitárias</p> <p>Projecto 25: Conservação e utilização durável das Praias da Região Autónoma do Príncipe</p> <p>Projecto 26: Aproveitamento turístico das Praias Évora, Boi, Banana, Margarida e das Burras</p> <p>Projecto 27: Aproveitamento turístico da Praia Macaco “Makaira Lodge”</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • travar a degradação do sistema produtivo agrícola da Região 	<p>Projecto 28: Reforço da capacidade de vulgarização e de assistência técnica aos agricultores da Região</p>

Justificação

O Governo tem estado a levar a cabo um importante programa de distribuição de terras a pequenos e médios proprietários, num esforço para aumentar a produção do sector agrícola e encorajar a auto-suficiência alimentar. Este programa que coloca sob o controlo dos privados uma grande superfície do território nacional, embora venha a melhorar as perspectivas económicas do país, tem acarretado diversos problemas ambientais potencialmente prejudiciais.

Este programa não tem sido acompanhado de uma componente financeira, o que origina a prática de utilização de forma irracional dos recursos naturais com particular incidência sobre os recursos florestais, a utilização de áreas de encostas íngremes para a prática de horticultura, a usurpação das terras públicas, reservadas para fins de protecção e conservação, a utilização irracional de produtos químicos e lavagem dos utensílios contendo restos dos mesmos nos rios, provocando assim de forma geral uma ruptura considerável do ambiente.

Outro sector que possui uma ligação com a protecção dos recursos renováveis tem a ver com o turismo. O potencial de turismo está estreitamente ligado a manutenção de uma grande parte das atracções naturais do país. No entanto, o fenómeno da erosão costeira tem atingido proporções alarmantes a nível nacional.

As infra-estruturas situadas nas áreas costeiras vêm-se ameaçadas. As acções das ondas marítimas no país devem ser estudadas assim como a capacidade de regeneração da linha da costa a fim de se avaliar a magnitude do problema.

O processo de extracção de areia de forma irracional constitui uma das causas fundamentais da aceleração do processo erosivo. A areia pode ser tratada como um recurso renovável, o qual, se for extraído de modo a poder-se renovar, proporciona benefícios económicos, sem prejudicar a integridade do ambiente.

No estudo realizado pelo Departamento de Hidráulica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal em colaboração com a equipa técnica nacional foram propostas três praias para a extracção de areia para a construção.

1. Margem Sul da Foz do Rio do Ouro - esta área, segundo o mesmo estudo, dispõe de uma restinga com cerca de 300m (trezentos metros) de comprimento enraizada numa praia que se estende para sul até a praia Micoló constituindo uma das maiores reservas de areia na ilha. Por essa razão, a mesma poderá suportar, no curto prazo, as extracções sem, em contrapartida sofrer de

erosões muito acentuadas. Os sedimentos são constituídos por areias brancas com granulometria média e fina. A acessibilidade é boa.

2. Margem Norte da Foz do Rio Abade - dispõe de uma volumosa restinga, constituída por materiais basálticos. Os sedimentos têm uma vasta gama de granulometria, desde as areias finas aos calhaus rolados. Dista aproximadamente 25 km da cidade de S.Tomé.
3. Margem nascente da Foz do Rio Ió Grande - dispõe de uma restinga bastante volumosa, constituída pelos materiais bsálticos. Os sedimentos têm uma vasta granulometria desde as areias finas aos calhais rolados. O local dista aproximadamente 45 km da cidade de S.Tomé.
4. Apesar do referido estudo não ter abarcado a Região Autónoma do Príncipe propõe-se utilizar a praia Ribeira Izé para exploração dos inertes.

Necessário se torna concentrar as extracções de areia apenas nestas três áreas de forma a evitar a destruição das praias com potencialidade turística.

Algumas acções de acompanhamento e controle na extracção de areia devem ser implementadas. Neste sentido, necessário se torna acompanhar a evolução da linha de água nos locais acima referidos. Para o efeito deve-se instalar marcos de referência, na berma superior da praia bem profundos da forma a evitar que os mesmos sejam removidos, em zonas afastadas do limite máximo atingido pelo espraiamento das ondas e onde existe vegetação permanente.

Deve-se proceder a medições mensais da posição da linha de água referenciados a cada um dos marcos instalados.

Estas operações devem ser iniciadas antes da entrada em funcionamento da extracção no local e realizar-se em situações de maré viva (depois da lua cheia ou lua nova).

As medições a efectuar referem-se à distância de cada marco à linha de água mais elevada, a atingir na praia-mar.

Outras medidas com vista a resolver o problema da erosão costeira no país causadas pela extracção irracional dos inertes consiste:

1. Utilização dos inertes finos provenientes da trituração dos inertes da pedreira;
2. Utilização de areiros terrestres de origem vulcânica localizado no interior do país;
3. Estudo de viabilidade técnica económica de utilização de depósito de areias de depósitos submarinos em substituição das extraídas nas praias;

Outras medidas que devem ser implementadas com vista a atenuar o fenómeno erosivo consiste na colocação de quebra-ondas nas áreas mais sensíveis de forma a evitar o choque directo das ondas com a costa.

A pesca é uma actividade económica que tem forte raízes culturais no país. As actividades da pesca junto às costas têm um carácter essencialmente artesanal pelo que os recursos pesqueiros ao longo do litoral estão a ser explorados de uma forma duradoura, garantindo a renovabilidade deste recurso.

No entanto, devido a falta de capacidade do governo para fiscalizar e controlar a exploração das reservas de pesca ao largo por frotas estrangeiras, origina uma grande preocupação perante a possibilidade de uma exploração irracional e excessiva daquelas reservas.

A utilização de técnicas inadequadas tais como a prática de granada nas pescas originam consequências nocivas para a utilização de forma duradoura dos recursos haliêuticos nacionais.

Situação da Região Autónoma do Príncipe

As florestas secundárias da Região Autónoma do Príncipe são caracterizadas pela sua pobreza quanto ao número de espécie nobres de valor comercial. São escassas as árvores de amoreira, cidrela, gogo, etc. pelo que necessário se torna implementar um programa de reflorestação da região com estas espécies.

Devido a inacessibilidade das áreas onde possuem os principais recursos renováveis da Região Autónoma, os problemas da degradação dos mesmos ainda não são tão graves nem generalizados como nos outros distritos.

No entanto, o processo de privatização de terras que tem uma parte significativa do território nas mãos de pequenos proprietários pode trazer repercussões graves ao nível da degradação das florestas secundárias, destruição dos habitats das diferentes espécies endémicas e ameaçadas com particular incidência sobre as aves e na destruição da vida aquática devido a utilização de forma inadequada dos produtos químicos na agricultura.

Objectivos do Programa

O objectivo geral do referido programa é contribuir para a manutenção da qualidade dos recursos renováveis do distrito, adoptando medidas de prevenção com vista a sua utilização de forma durável.

Os objectivos específicos preconizados são entre outros, os seguintes:

- Evitar a usurpação das florestas secundárias e a extracção inviável de madeiras com valor comercial;
- Adoptar medidas de prevenção com vista a preservação de cerca de 80% dos recursos florestais da região;
- Proteger as áreas de reservas intercaladas nas áreas distribuídas no processo de privatização;
- Evitar a degradação das praias de modo a manter as suas potencialidades naturais e turísticas;
- Evitar o fenómeno de erosão das áreas costeiras ao nível da região;
- Evitar a degradação dos recursos haliêuticos regional;
- Travar a degradação do sistema produtivo agrícola da região.

Para o cumprimento dos objectivos acima definidos foram propostos 7 projectos para a Região Autónoma do Príncipe

- I. **Projecto 22:** Conservação e utilização durável das florestas secundárias da Região;
- II. **Projecto 23:** Reflorestamento das áreas de Reservas Naturais com árvores nobres;
- III. **Projecto 24:** Criação e protecção de florestas comunitárias;
- IV. **Projecto 25:** Conservação e utilização durável das Praias da Região Autónoma do Príncipe;
- V. **Projecto 26:** Aproveitamento turístico das Praias Évora, Boi, Banana, Margarida e das Burras;
- VI. **Projecto 27:** Aproveitamento turístico da Praia Macaco "Makaira Lodge";
- VII. **Projecto 28:** Reforço da capacidade de vulgarização e de assistência técnica aos agricultores da Região.

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha de Projecto n.º 22

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Conservação e Utilização Durável das Florestas Secundárias da Região
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a manutenção da qualidade dos recursos florestais, adoptando medidas com vista a preservação de cerca de 80% das florestas secundárias da Região
4) Objectivos específicos:	Evitar a usurpação das florestas secundárias e extracção inviável de madeiras com valor comercial
5) Resultados esperados:	80% de florestas secundárias preservadas Reflorestamento das actuais áreas degradadas
6) Componentes e Actividades principais:	Inventariação das áreas reservadas para protecção e conservação ao nível da Região Levantamento de toas as áreas degradadas ao nível da Região Preparação de um Plano de Gestão das áreas de florestas secundárias Reflorestamento
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção de Florestas/ECOFAC
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11) Organismo Financiador	U. E. /GTZ/BAD

Ficha de Projecto n.º 23

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Reflorestamento das áreas de Reservas Naturais com árvores nobres
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a protecção e conservação das reservas naturais da Região
4) Objectivos específicos:	Proteger as áreas de encostas íngremes Revitalizar as florestas frágeis intercaladas entre as parcelas distribuídas Evitar a infertilidade dos solos causada pelo fenómeno da erosão Evitar a usurpação das madeiras e do espaço físico das áreas de reservas pelos agricultores Contribuir para o desenvolvimento e expansão de árvores de carácter comercial na Região
5) Resultados esperados:	Diminuição do processo erosivo Protecção das áreas de encostas íngremes Protecção e conservação das áreas de reservas naturais Melhoria da cobertura vegetal Enriquecer as florestas secundárias da Região com árvores nobres
6) Componentes e Actividades principais:	Inventariação das áreas de reservas naturais Elaboração de um Plano de Gestão para as mesmas Reflorestação dessas áreas com árvores nobres (amoreira, cidrela, gogô, acácia, etc.) Informação, Educação e Sensibilização dos agricultores sobre a importância das referidas áreas
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção das Florestas/ECOFAC/PNAPAF/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E. /GTZ

Ficha de Projecto n.º 24

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Criação e Protecção de Florestas Comunitárias
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a manutenção da qualidade das florestas da Região
4) Objectivos específicos:	Valorização e protecção das florestas localizadas no interior das diferentes comunidades
5) Resultados esperados:	Cerca de 60% de florestas comunitárias valorizadas e protegidas pelas comunidades Aumento da superfície das florestas secundárias
6) Componentes e Actividades principais:	Inventariação das florestas situadas no interior das localidades Estudo das suas componentes Educação e sensibilização da população sobre a importância das florestas Transmissão de técnicas adequadas para a protecção das florestas comunitárias
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção das Florestas/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E.

Ficha de Projecto n.º 25

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Conservação e Utilização Durável das Praias da Região Autónoma do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a manutenção da qualidade das praias da Região, adoptando medidas de modo a evitar a destruição das mesmas assim como a erosão das costas
4) Objectivos específicos:	Evitar a degradação das praias Boi, Banana, Margarida e das Burras de modo a manter as suas potencialidades naturais e turísticas Recuperar a Praia Évora
5) Resultados esperados:	100% das praias com potencialidades naturais preservadas Diminuição do fenómeno de erosão costeira na Região Recuperação de algumas praias em vias de degradação
6) Componentes e Actividades principais:	Preparação de um Plano de Gestão das áreas costeiras da Região Elaboração de um Plano de Ordenamento e ocupação das praias da Região
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério do equipamento Social e Ambiente Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Portugal, União Europeia, Unesco

Ficha de Projecto n.º 26

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Aproveitamento turístico das Praias Évora, Boi, Banana, Margarida e das Burras
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a manutenção da qualidade das florestas da Região
4) Objectivos específicos:	Valorização e protecção das florestas localizadas no interior das diferentes comunidades
5) Resultados esperados:	Cerca de 60% de florestas comunitárias valorizadas e protegidas pelas comunidades Aumento da superfície das florestas secundárias
6) Componentes e Actividades principais:	Inventariação das florestas situadas no interior das localidades Estudo das suas componentes Educação e sensibilização da população sobre a importância das florestas Transmissão de técnicas adequadas para a protecção das florestas comunitárias
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção das Florestas/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E.

Ficha de Projecto n.º 27

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Makaira Lodge
2) Localização geográfica:	Praia Macaco - Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o desenvolvimento das actividades turísticas na Região Autónoma do Príncipe
4) Objectivos específicos:	Construção de Complexo Hoteleiro clássico com serviços complementares de lazer
5) Resultados esperados:	Hotel de boa qualidade com uma taxa de ocupação de 60% no primeiro ano
6) Componentes e Actividades principais:	Hotelaria Restauração Bar Lazer
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Makaira Lodge (Allan Myburg - Richard Leonel)
8) Duração:	2 anos
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	1.383.750,00 USD
11) Organismo Financiador	Privado

Ficha de Projecto n.º 28

PDADD: Região Autónoma do Príncipe.

Programa Recursos Renováveis

1) Título:	Reforço da capacidade de vulgarização e de assistência técnica aos agricultores
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Apoiar o Desenvolvimento dos Agricultores da Região
4) Objectivos específicos:	Apoiar os beneficiários de terras nas técnicas adequadas de utilização dos solos, no manuseamento adequado dos produtos químicos e na utilização racional dos recursos naturais existentes nas parcelas
5) Resultados esperados:	Utilização adequada dos solos Diminuição da erosão dos solos Florestas secundárias e habitats de diferentes espécies protegidas
6) Componentes e Actividades principais:	Sensibilização, vulgarização, pesquisa Reflorestação Utilização de fertilizantes biológicos
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Agricultura/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
PROGRAMA “DIVERSIDADE BIOLÓGICA”		
<p>Elaboração de estratégias para a conservação da diversidade biológica e utilização sustentada dos recursos biológicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a protecção e a conservação da diversidade biológica do distrito • Promover a gestão ecologicamente racional das áreas do Parque Regional do Príncipe • Promover um desenvolvimento ecológico racional e sustentado nas áreas adjacentes às zonas protegidas com vista a reforçar a protecção das áreas do Parque Regional • Desenvolver e implementar um programa de pesquisa e inventário sobre os endemismos da Região (guia da Biodiversidade) • Promover a protecção e a conservação da Biodiversidade do Ilhéu Tinhosas 	<p>Projecto 29: Programa de Gestão do Parque Regional do Príncipe</p> <p>Projecto 30: Inventário multi-recursos da biodiversidade da Região Autónoma do Príncipe</p> <p>Projecto 31: Protecção e Conservação da Biodiversidade do Ilhéu Tinhosas e das espécies ameaçadas da Região</p>

PROGRAMA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

JUSTIFICAÇÃO

A protecção da biodiversidade é uma das questões consideradas de alta prioridade pelos diferentes grupos alvos entrevistados nos diversos distritos do país. O maior risco da degradação da biodiversidade nos diferentes distritos decorre dos efeitos potenciais do programa de distribuição de terras. A utilização irracional das florestas secundárias e as modificações nos habitats das diferentes espécies endémicas nacionais põem em perigo a sobrevivência das mesmas.

As condições de relevo, do clima e da acessibilidade das áreas onde estão situados os refúgios das diferentes espécies levaram a um alto grau de endemismo ao nível nacional ficando São Tomé e Príncipe classificado como o país onde possui um dos níveis mais altos de espécies endémicas do mundo. Mais de cem espécies de plantas, três de reptéis, quatro de mamíferos e catorze de aves terrestres são consideradas endémicas.

Os altos níveis de endemismo das espécies em São Tomé e Príncipe receberam uma atenção considerável da comunidade internacional ao ponto de ter sido sugerido que toda a ilha do Príncipe fosse designada como reserva natural.

O ICBP classificou as florestas primárias do distrito de Caué e Lembá como sendo as segundas mais importantes em África, segundo o número de espécies endémicas de aves e o grau de conservação das mesmas.

As áreas de florestas primárias de Caué associadas às de Lembá e Mé Zochi são consideradas como pulmão do país. Os principais rios que conformam a rede hidrológica nacional possuem as suas nascentes nestas áreas florestais e um grande número de espécies endémicas e não só, possuem os seus habitats nestas florestas.

A transformação das referidas florestas em áreas protegidas “Parque Natural e Zona Ecológica” constituem passos importantes para a sua protecção e conservação.

No entanto, apesar das preocupações existentes relacionadas com a protecção das espécies tem-se continuado o processo da perda da diversidade biológica causada fundamentalmente pela destruição dos seus habitats. As medidas propostas para a solução dos problemas não terão êxito se não houver uma integração e participação das comunidades locais na sua materialização

Objectivos do Programa

Objectivo Geral

Neste sentido o Programa “Diversidade Biológica” proposto para os distritos, tem como objectivo geral a elaboração de estratégias para a conservação da diversidade biológica e utilização sustentada dos recursos biológicos.

Os **objectivos específicos** definidos são:

- Promover a protecção e a conservação da diversidade biológica dos distritos com particular incidência sobre as espécies endémicas;
- Promover a gestão ecologicamente racional das áreas do Parque Natural nos distritos de Caué, Lembá, Mé Zochi e Região Autónoma do Príncipe;
- Promover a gestão ecologicamente racional das Zonas Ecológicas de Lagoa Azul e da Praia das Conchas no distrito de Lobata;
- Promover e implementar um Programa de Pesquisa e Inventário sobre os endemismos dos diferentes distritos do país e da região Autónoma do Príncipe “Guia da Biodiversidade”;
- Promover um desenvolvimento ecologicamente racional e sustentado nas áreas adjacentes as zonas protegidas com vista a reforçar a protecção das áreas do Parque Natural e da Zona Ecológica;
- Promover a protecção e a conservação da Biodiversidade do ilhéu Tinhosas.

Atendendo a descontinuidade geográfica das duas ilhas foram propostos 3 projectos específicos para a Região Autónoma do Príncipe.

- I. **Projecto 29** – Programa de Gestão do Parque Regional do Príncipe;
- II. **Projecto 30** – Inventário multi-recursos da Biodiversidade da Região Autónoma do Príncipe.
- III. **Projecto 31** – Protecção e conservação da biodiversidade do ilhéu Tinhosas;

Fichas de Projecto

Ficha de Projecto n. ° 29

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Diversidade Biológica

1) Título:	Programa de Gestão do Parque Natural do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a conservação da diversidade Biológica do Parque Natural
4) Objectivos específicos:	Promover a gestão ecologicamente racional das áreas do Parque Natural
5) Resultados esperados:	100% da área do Parque Natural e da sua Biodiversidade protegida
6) Componentes e Actividades principais:	Criação de um Corpo de Vigilância para as zonas protegidas Aprovação do Estatuto que cria as zonas protegidas Planificação e gestão racional das terras adjacentes às áreas do Parque Natural Criação da legislação para a protecção das espécies endémicas
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção das Florestas/ECOFAC
8) Duração:	10 anos
9) Principais recursos:	ECOFAC
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E/Cooperação Bilateral

Ficha de Projecto n.º 30

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Diversidade Biológica

1) Título:	Inventário Multi Recursos da Biodiversidade
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o conhecimento das potencialidades dos recursos da biodiversidade da Região
4) Objectivos específicos:	Inventariação dos recursos faunísticos e florísticos da Região Estudos e Pesquisas das diversas componentes da biodiversidade da Região
5) Resultados esperados:	Elaboração de um Guia sobre a Biodiversidade da Região Promoção do eco-turismo
6) Componentes e Actividades principais:	Levantamento e inventariação dos recursos biológicos Classificação dos recursos biológicos Elaboração da cartografia dos habitats Edição do Guia
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção das Florestas/ECOFAC/Gabinete do Ambiente/ONG's
8) Duração:	2 anos
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E/UNESCO

Ficha de Projecto n.º 31

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Diversidade Biológica

1) Título:	Protecção e Conservação da Biodiversidade do Ilhéu Tinhosas e das espécies ameaçadas da Região
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a conservação da diversidade Biológica e das espécies ameaçadas da Região
4) Objectivos específicos:	Promover a gestão ecologicamente racional do ilhéu Tinhosas Promover a protecção das espécies ameaçadas com particular incidência sobre os papagaios
5) Resultados esperados:	100% das espécies do ilhéu Tinhosas protegidas Desaparecimento do tráfico ilegal do papagaio Habitats dos papagaios protegidos
6) Componentes e Actividades principais:	Criação de um Corpo de Vigilância e Seguimento para as espécies do ilhéu Tinhosas Transformação do Ilhéu Tinhosas em Zona de Reserva Natural Localização e protecção dos habitats dos papagaios Criação de um Corpo de Vigilância com vista a evitar o tráfico ilegal de papagaios Criação da legislação para a protecção das espécies endémicas e ameaçadas
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Direcção das Florestas/ECOFAC/ONG's
8) Duração:	4 anos
9) Principais recursos:	ECOFAC
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E/UNESCO:

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
PROGRAMA SANEAMENTO DO MEIO		
Contribuir para a melhoria das condições sanitárias, higiénicas e do bem-estar da população da Região Autónoma do Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> Gestão ecologicamente racional dos resíduos sólidos incluindo as águas residuais 	<p>Projecto 32: Levantamento das necessidades e construção de latrinas individuais nas 50 comunidades que conformam a Região Autónoma do Príncipe</p> <p>Projecto 33: Construção de 1 balneário público na cidade de Santo António</p> <p>Projecto 34: Construção de uma rede de esgotos para evacuação das águas residuais e pluviais na cidade de Santo António</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a eliminação e o tratamento ecologicamente racional dos resíduos 	<p>Projecto 35: Construção de uma lixeira para a deposição dos resíduos urbanos na cidade de Santo António</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Promover a eliminação e o tratamento dos pântanos e charcos de água 	<p>Projecto 36: Inventariação e selecção dos pântanos para a sua drenagem e/ou tratamento</p> <p>Projecto 37: Drenagem da áreas pantanosas situadas nos Bairros de Lenta Pia, Campo Cana, Cemitério, Rua dos Trabalhadores e Lote Amílcar Cabral na cidade de Santo António</p>

PROGRAMA SANEAMENTO DO MEIO

JUSTIFICAÇÃO

A problemática do Saneamento do Meio em São Tomé e Príncipe constitui um aspecto de extrema importância e preocupações em São Tomé e Príncipe.

A rede de esgotos que beneficia apenas 1/5 da cidade de São Tomé, capital do país e a maioria das instalações sanitárias existentes datam do período colonial, não se tendo feito investimentos neste domínio no período pós independência.

Nas zonas periféricas à cidade de São Tomé e das capitais Distritais assim como no meio rural de forma geral e nas áreas litorais povoadas pelos pescadores a situação do saneamento básico é mais dramática sendo frequente defecar-se ao ar livre, no mato ou nas praias.

O crescimento demográfico nas áreas urbanas e peri-urbanas ligado fundamentalmente ao fluxo migratório direccionado para estas zonas não acompanhados da criação de dispositivos e infra-estruturas sanitárias próprias e da melhoria das condições de vida da população, tem provocado grandes complicações sanitárias criando assim todas as condições para o surgimento de algumas epidemias e endemias com características dramáticas e devastadoras para a população.

Segundo os dados do recenseamento da População e Habitação realizado no ano 1991, 1,3% de alojamentos a nível nacional estão ligados a um sistema de esgotos, 15,8% a fossas sépticas e cerca de 81% de alojamentos não dispõem de nenhum sistema de saneamento.

Estas cifras mostram a situação degradante em que vive a maioria da população Santomense e o estado de riscos constantes a que a mesma está sujeita.

O estado sanitário de forma geral é extremamente deficiente, facto pelo qual se denota que em matéria de saneamento, as necessidades sejam imensas, embora haja uma grande motivação da população no que respeita a construções de latrinas levadas a cabo em colaboração com a UNICEF.

Quanto a utilização de latrinas a nível nacional havia em 1991 aproximadamente 3378 habitações dotadas deste sistema beneficiando assim a 19% de famílias segundos os dados do recenseamento da População e Habitação de 1991. Se adicionarmos a este número, mais 1251 instalações construídas no quadro do projecto “Ministério da Saúde/UNICEF” esta taxa passaria a 25%. Se consideramos outras instalações construídas a título individual ou no quadro de outros projectos, estima-se que a actual taxa de equipamentos em latrinas é aproximadamente de 30%.

O Plano Director de Água e do Saneamento propôs como objectivo que pelo menos 80% das habitações estejam dotadas de infra-estruturas sanitárias até ao ano 2015 seguindo ao seguinte calendário:

Quadro n.º 1 – Taxa de cobertura em equipamentos sanitários

Ano	1995	2005	2010	2015
Taxa	30%	50%	70%	80%

Respeitante à situação dos resíduos sólidos urbanos tem-se verificado um grande esforço pela parte das Autoridades Distritais, mas que devido às limitações materiais e financeiras, os resultados não são visíveis.

Verifica-se com frequência a existência de lixeiras ao ar livre e próximas dos quintais e nas áreas urbanas, o sistema de drenagem das águas pluviais e residuais são praticamente inexistentes e os esgotos que apenas existem nalgumas áreas da capital estão todos entupidos.

A quase inexistência de balneários públicos, o mau funcionamento das latrinas colectivas e outras instalações sanitárias tanto nas áreas urbanas como nas empresas agrícolas constituem preocupações ao nível de todos os distritos, pelo que necessário se torna incentivar iniciativas privadas com vista a ajudar a solucionar a situação

Situação da Região Autónoma do Príncipe

Mais de 80% das casas situadas na Região Autónoma do Príncipe não possuem qualquer tipo de infraestruturas sanitárias originando a que os seus ocupantes utilizam o mato, as praias e qualquer local ao ar livre para satisfazerem as suas necessidades fisiológicas.

A cidade de Santo António capital da região não está dotada de um sistema de esgotos nem de nenhum meio adequado para o escoamento das águas residuais e pluviais.

As empresas agrícolas incluindo as suas dependências foram dotadas de sistemas de casas de banho colectivas. Atendendo as transformações estruturais verificadas nas referidas empresas, estes sistemas deixaram de adaptar-se as novas realidades passando a ser infuncional criando situações bastante desagradáveis para as comunidades que residem nas mesmas.

A região carece de uma lixeira, pelo que os resíduos urbanos recolhidos são depositados de forma geral em lugares inadequados.

Apesar dos esforços das autoridades regionais na recolha e transporte sistemático dos lixos, as dificuldades de ordem material, financeira e humana constituem obstáculos que imperam o bom andamento das actividades.

As zonas pantanosas proliferam por toda a região com particular incidência sobre a área da cidade de Santo António. Os pântanos situados nos Bairros de Campo- Cana, Rua dos Trabalhadores, Lenta Pia e Ribeira Forca devem ser drenados como forma de reduzir as incidências do paludismo na região.

Objectivos do Programa

Objectivo Geral

O objectivo geral do programa “Saneamento do Meio” para a Região Autónoma do Príncipe consiste em: contribuir para a melhoria das condições sanitárias, higiénicas e do bem estar da população da região.

Os **objectivos específicos** do referido programa são os seguintes:

- Gestão ecologicamente racional dos resíduos sólidos incluindo as águas residuais;
- Promover a eliminação e o tratamento ecologicamente racional dos resíduos;
- Promover a eliminação e o tratamento dos pântanos e charcos de água;

Para o feito foram propostos para a Região Autónoma do Príncipe, 5 projectos com vista a resolver de forma geral a problemática do Saneamento do Meio naquela região:

- I. Projecto n.º 32 – Levantamento das necessidades e construção de latrinas individuais nas 50 comunidades que conformam a Região Autónoma do Príncipe;
- II. Projecto n.º 33 – Construção de um balneário público na cidade de Santo António;
- III. Projecto n.º 34 – Construção de uma rede de esgotos para a evacuação das águas residuais e pluviais na cidade de Santo António;
- IV. Projecto n.º 35 – Construção de uma lixeira para a deposição dos resíduos urbanos na cidade de Santo António;
- V. Projecto n.º 36 – Inventariação, selecção, drenagem e/ou tratamento dos pântanos e charcos de água na região;
- VI. **Projecto n.º 37** - Drenagem de áreas pantanosas situadas nos Bairros de Lenta Pia, Campo Cana, Cemitério, Rua dos Trabalhadores e Lote Amilcar Cabral na cidade de Santo António.

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha de Projecto n.º 32

PDADD: Região Autónoma do Príncipe.

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Levantamento das necessidades e construção de latrinas individuais nas 50 comunidades que conformam a Região Autónoma do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições sanitárias, higiénicas e do bem-estar da população da Região Autónoma do Príncipe
4) Objectivos específicos:	Melhoria das condições e comportamentos higiénicos da população Erradicação progressiva da prática de defecar ao ar livre
5) Resultados esperados:	50 comunidades da Região Autónoma do Príncipe beneficiadas com latrinas Mudanças de comportamentos higiénicos da população Diminuição de enfermidades provenientes da contaminação fecal
6) Componentes e Actividades principais:	Estudo das características hidro-geológicas das áreas para a construção de latrinas Construção de latrinas Informação, Educação e sensibilização dos membros das comunidades sobre a importância das latrinas e sua adequada utilização
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	UNICEF/Ministério da Saúde/Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	5 anos
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	UNICEF/OMS/BAD/STABEX/PNUD/U.E.

Ficha de Projecto n.º 33

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Construção de um balneário público na Cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições sanitárias e higiénicas da população da Cidade de Santo António
4) Objectivos específicos:	Melhoria das condições e comportamentos higiénicos e sanitários da população
5) Resultados esperados:	Balneário Público na capital da Região Mudança de comportamento da população em relação à prática da satisfação das necessidades fisiológicas ao ar livre Diminuição das doenças causadas pela poluição do ambiente com resíduos humanos
6) Componentes e Actividades principais:	Obras de construção Informação, educação e sensibilização da população sobre a importância do balneário e a forma adequada da sua utilização
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	1 ano
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	UNICEF/OMS/STABEX/BAD/CFD/Cruz Vermelha

Ficha de Projecto n.º 34

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Construção de uma rede esgotos para a evacuação das águas residuais e pluviais na cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Cidade de Santo António - Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições de saneamento da capital regional
4) Objectivos específicos:	Melhoria das condições de drenagem, sanitárias e higiénicas da cidade de Santo António
5) Resultados esperados:	Eliminação das águas pluviais e residuais da cidade de Santo António Existência de uma rede de esgotos em pleno funcionamento
6) Componentes e Actividades principais:	Levantamentos topográficos da área Elaboração do desenho e da cartografia da rede Obras de construção
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério do Equipamento Social e Ambiente/Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	2 anos
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	BAD/STABEX/PNUD/OPEC/CFD/Holanda, Irão, Reino Unido

Ficha de Projecto n.º 35

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Construção de uma Lixeira para a deposição dos resíduos sólidos da Cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições sanitárias, higiénicas e do bem estar da população da Região
4) Objectivos específicos:	Melhoria das condições de eliminação dos resíduos sólidos da Região Melhoria das condições de saneamento do meio
5) Resultados esperados:	Obtenção de locais adequados para a deposição dos lixos Erradicação dos depósitos de lixos espontâneos criados em diferentes áreas da Região
6) Componentes e Actividades principais:	Localização geográfica da área Preparação do terreno Construção da lixeira devidamente vedada Informação, Educação e Sensibilização da população para a utilização da lixeira
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Regional do Príncipe/Ministério do Equipamento Social e Ambiente
8) Duração:	1 ano
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	FENU/BAD/STABEX/CFD, Cooperação Bilateral

Ficha de Projecto n.º 36

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Inventariação e selecção dos pântanos para a sua drenagem e/ou tratamento
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições sanitárias e higiénicas e do bem estar da população da Região Autónoma do Príncipe
4) Objectivos específicos:	Promover a eliminação e/ou tratamento dos pântanos da Região Eliminação dos principais focos de produção de mosquitos causadores do paludismo
5) Resultados esperados:	Uma lista de áreas pantanosas susceptíveis de serem drenadas e/ou tratadas Maior conhecimento sobre a biodiversidade das áreas pantanosas Projectos para drenagem e/ou tratamento dos pântanos da Região
6) Componentes e Actividades principais:	Inventariação dos pântanos existentes na Região Pesquisas sobre a biodiversidade dos mesmos Seleccção dos pântanos a serem drenados e/ou tratados Elaboração de projectos para a drenagem e/ou tratamento dos pântanos
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Gabinete do Ambiente do Ministério do Equipamento Social e Ambiente/Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	6 meses
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral/UNICEF/PNUD/STABEX/BAD/FENU

Ficha de Projecto n.º 37

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Saneamento do Meio

1) Título:	Drenagem da áreas pantanosas situadas nos Bairros de Lenta Pia, Campo Cana, Cemitério, Rua dos Trabalhadores e Lote Amílcar Cabral na cidade de Santo António
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições sanitárias e higiénicas e do bem estar da população da Região Autónoma o Príncipe
4) Objectivos específicos:	Contribuir para a eliminação dos principais pântanos da cidade de Santo António Contribuir para a melhoria das condições de saneamento do meio na cidade de Santo António Contribuir para a eliminação dos principais focos de produção de mosquitos causadores do paludismo
5) Resultados esperados:	Áreas pantanosas situadas na cidade de Santo António drenadas Diminuição dos focos produtores de mosquitos Diminuição dos casos de paludismo Maior disponibilidade de áreas para urbanização
6) Componentes e Actividades principais:	Estudos técnicos para a drenagem Obras de drenagem
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Central/Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	1 ano
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral/UNICEF/PNUD/STABEX/BAD/FENU

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
PROGRAMA RESÍDUOS TÓXICOS		
Promover a utilização ecologicamente racional dos produtos químicos na agricultura e reduzir a percentagem do uso dos mesmos na Região	<ul style="list-style-type: none"> implementar um modelo de agricultura biológica nas pequenas parcelas e nas médias empresas agrícolas 	Projecto 38: Promoção da agricultura biológica utilizando fertilizantes orgânicos no enriquecimento do solo
	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a 80% o uso de pesticidas e outros produtos tóxicos na agricultura 	Projecto 39: Transformação dos resíduos orgânicos para a produção de fertilizantes naturais

PROGRAMA “ RESÍDUOS TÓXICOS”

Os resíduos tóxicos e nocivos representam a componente mais perigosa do fluxo de resíduos para a saúde humana.

Não existem actualmente no país, legislações ou programas para regulamentar a utilização ou o manejo de produtos químicos tóxicos e o nível de consciência pública relacionada com as suas consequências nocivas é baixa. Embora exista o escoamento de resíduos petrolíferos nas águas do rio Água Grande originada pela Central Térmica Nacional, os resíduos hospitalares e os produtos químicos utilizados na agricultura constituem as componentes potencialmente mais perigosas das substancias tóxicas e perigosas no país.

Actualmente, a renovação dos resíduos hospitalares é feita juntamente com a de outros resíduos sólidos urbanos. Apesar de existir um incinerador para a destruição dos resíduos hospitalares o mesmo encontra-se fora dos serviços há já alguns anos. O mau uso de pesticidas representa também uma ameaça à vida dos seres humanos e de muitas espécies nacionais com particular incidência sobre as aves.

Uma grande variedade de produtos químicos usados no país estão proibidos internacionalmente por motivos ambientais. Parte dos produtos químicos extremamente perigosos utilizados no combate ao paludismo estão armazenados em depósitos subterrâneos na área de Lagoa Azul no distrito de Lobata transformando-se assim numa ameaça potencial para o ambiente no distrito.

O processo de distribuição de terras aos pequenos e médios proprietários fez crescer o uso de pesticidas nos últimos anos devido a subvenção deste produto por parte da STABEX e PNAPAF aos agricultores.

O manuseamento e a utilização de forma indevida dos produtos químicos na agricultura tem tido efeitos nocivos significativos sobre o ambiente. O envenenamento de um grande número de espécies tanto terrestre como aquáticos, a contaminação dos solos e a ameaça à saúde humana sobretudo da parte de quem os manuseia constituem grandes ameaças.

Os danos potenciais deste problema exigem a busca de uma solução para a sua gestão.

Objectivos do Programa

Objectivo Geral

É neste sentido que o programa “Resíduos Tóxicos” propostos para os diferentes distritos do país têm como objectivo geral:

- Promover a utilização ecologicamente racional dos produtos químicos na agricultura e reduzir a percentagem do uso dos mesmos nos distritos.

Os **objectivos específicos** preconizados são os seguintes:

- Implementar um modelo de agricultura biológica nas pequenas parcelas e nas médias empresas agrícolas;
- Reduzir a 50% o uso de pesticidas e outros produtos tóxicos na agricultura;
- Promover a informação científica com vista a permitir avaliar os riscos que advêm da utilização dos produtos químicos;
- Eliminar o armazenamento dos produtos tóxicos no distrito e evitar a poluição atmosférica;
- Eliminar a evacuação dos resíduos provenientes da descarga da EMAE no rio Água Grande;
- Promover o tratamento adequado dos lixos hospitalares.

Para o cumprimento dos objectivos acima citados propõe-se os seguintes projectos para a região Autónoma do Príncipe:

- I. **Projecto n.º 38** - Promoção da agricultura biológica utilizando fertilizantes orgânicos no enriquecimento do solo
- II. **Projecto n.º 39** - Transformação dos resíduos orgânicos para a produção de fertilizantes naturais

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha de Projecto n.º 38

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Resíduos Tóxicos

1) Título:	Promoção da Agricultura Biológica utilizando fertilizantes orgânicos no enriquecimento do solo
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a gestão ecologicamente racional dos produtos tóxicos incluindo a prevenção sobre a poluição pelos produtos químicos utilizados na agricultura
4) Objectivos específicos:	Divulgar e disseminar a informação científica sobre os riscos que advêm da utilização irracional dos produtos químicos Promoção da utilização de fertilizantes orgânicos na agricultura
5) Resultados esperados:	Redução da utilização dos produtos químicos na agricultura Redução da poluição dos rios proveniente dos produtos químicos utilizados na agricultura Diminuição dos riscos sobre a saúde dos manuseadores desses produtos
6) Componentes e Actividades principais:	Vulgarização Assistência Técnica aos agricultores na área da utilização de forma adequada dos produtos químicos Assistência técnica aos agricultores para a preparação dos fertilizantes orgânicos Informação e Sensibilização sobre a toxicidade dos produtos químicos utilizados e os riscos que advêm de sua utilização de forma inadequada
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Agricultura/ONG's
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E./Banco Mundial

Ficha de Projecto n.º 39

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Resíduos Tóxicos

1) Título:	Transformação dos resíduos orgânicos para produção de fertilizantes naturais
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para o desenvolvimento de uma Agricultura Biológica na Região
4) Objectivos específicos:	Reduzir a 80% o uso de pesticidas e outros produtos tóxicos na agricultura Promover a utilização de fertilizantes orgânicos na agricultura
5) Resultados esperados:	Aproveitamento de resíduos orgânicos da Região para a elaboração de fertilizantes Redução por parte dos pequenos agricultores dos custos com a aquisição de produtos químicos Aquisição de técnicas que permitem a utilização da agricultura biológica
6) Componentes e Actividades principais:	Informação e Sensibilização dos agricultores sobre as vantagens da utilização de fertilizantes orgânicos Produção de fertilizantes orgânicos Transmissão de técnicas para a sua utilização
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Ministério da Agricultura/ECOFAC/PNAPAF
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	U.E./Banco Mundial

OBJECTIVOS DO PDADD	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	PROJECTOS
PROGRAMA APOIO INSTITUCIONAL AO PODER LOCAL		
Dotar o Governo Regional do Príncipe de recursos materiais e humanos que lhe permitam cumprir na íntegra com as suas atribuições	<ul style="list-style-type: none"> • Munir o Governo Regional do Príncipe de capacidades que lhe permitam elaborar regulamentos, códigos e posturas e planos e projectos • Promover a capacidade técnica que permita ao Governo Regional realizar a gestão racional dos recursos naturais locais 	Projecto 40: Reforço da capacidade institucional do Governo Regional do Príncipe
	<ul style="list-style-type: none"> • munir o Governo Regional de meios que lhe permitam efectuar a recolha e transporte sistemático dos lixos e sua deposição em lugar adequado 	Projecto 41: Reforço da capacidade de intervenção do Governo

Justificação

Na análise do diagnóstico participativo levado a cabo em todas as Câmaras distritais do País, concluiu-se que todas sem excepção debatem-se com problemas institucionais, organizativos, material, humano e financeiro importantes

Esses problemas advêm de circunstâncias históricas em que surgiram essas instituições de poder local e sua inserção no conjunto nacional. São problemas de carácter estrutural e que exigem reformas profundas que permitam que a performance das mesmas melhorem significativamente.

Essas reformas passam essencialmente pela revisão e aplicação efectiva da Lei da Divisão Política e Administrativa do País, da Lei Quadro das Autarquias e da Lei das Finanças Locais o que proporcionaria, um sistema organizativo mais adequado às realidades distritais, acesso a meios materiais e equipamentos, acesso ao capital humano adequado às exigências de funcionamento, acesso a meios financeiros à altura das necessidades de suas realizações.

Esse conjunto de reformas permitiria ainda uma inserção mais lógica da economia destes distritos no conjunto da economia nacional numa perspectiva de pólos catalisadores do crescimento e do desenvolvimento durável e a inserção do mesmo num contexto internacional através da cooperação descentralizada/geminações.

Outra questão que se verificou com muita frequência trata-se do surgimento de novas comunidades resultantes dos desmembramentos das grandes e médias empresas agrícolas após o programa de privatização agrícola.

Isto impõe naturalmente a extensão das actividades do poder local a estas novas comunidades porque o que se verifica no momento é um autêntico vazio do poder local tendo como consequência, as comunidades atiradas à sua sorte apesar do aparecimento de várias associações comunitárias as mesmas por não estarem vocacionadas para representar o poder local não conseguem gerir com eficácia mínima os mais diversos problemas com que confrontam tais comunidades.

Para a implementação desta nova dinâmica ao nível do Poder Local, é preciso haver pela parte do Poder Central a vontade de mudar a actual situação de falta efectiva de poder, responsável em grande medida pelo malbaratar dos recursos locais

Região Autónoma do Príncipe

O Poder Local na Região Autónoma do Príncipe é constituído pela Assembleia Regional e pelo Governo Regional respectivamente responsáveis pelos aspectos legislativos e executivos de acordo com a Lei Quadro das Autarquias.

A Assembleia Regional é composta de um Presidente e 6 Deputados. Por seu turno o Governo Regional é composto por um Presidente e 4 Secretários Regionais responsáveis por diferentes pelouros e de funcionários administrativos.

Totalmente dependente do Orçamento Geral do Estado e dos escassos programas indicativos do programa de investimentos públicos, grande parte das acções realizadas pela mesma provêm do acordo de geminação a exemplo das organizações não governamentais, do programa de Cooperação Bilateral e Multilateral uma vez que ao nível da Região não se cobram receitas satisfatórias para sua auto-suficiência, considerando que o Governo Central ao não aplicar a Lei das Finanças também não transfere o FEF (Fundo do Equilíbrio Financeiro) limitando-se apenas a OGE a cobertura das despesas com salários, ou seja, do ponto de vista financeiro a Governo Regional do Príncipe encontra-se totalmente descapitalizado para ter acções autónomas.

No que concerne os recursos humanos a situação não é a melhor, tendo em conta, a ausência de técnicos especializados em todas as áreas de acção da Governo Regional anulando, assim a sua actividades de programar, planear e projectar ou ainda de legislar sob forma de códigos ou postura e regulamentos e ainda de capitalizar de forma mais realista a cooperação descentralizada ou dos parceiros da cooperação bilateral, multilateral e das ONG's.

A ausência de recursos humanos especializados deve-se essencialmente ao facto do Governo Central não aplicar uma política realista de descentralização de quadros técnicos da função pública, sua fixação no distrito com condições sociais e salariais atractivas, formação, conversão e reconversão desta mão de obra especializada para questões locais ou camarárias.

De destacar que em casos muito pontuais há alguma intervenção de alguns quadros especializados.

Relativamente aos recursos materiais o diagnóstico revela uma total carência do mesmo.

Falta de materiais de trabalho nomeadamente, luvas, máscaras, capas, pás, picaretas, machins, vassouras, materiais de recolha e transporte de lixos (viaturas e outros equipamentos e materiais de trabalho); materiais de escritório, constituem ponto de estrangulamento das actividades do Governo Regional do Príncipe que a impedem de estar ao nível de demanda das populações do mesmo, numa estratégia de manutenção, construção e ampliação de infra-estruturas tais como: tratamento das sarjetas, esgotos, recuperação das estradas e limpeza das bermas, limpeza da cidade, vilas e outras comunidades e o tratamento adequado dos lixos, dos pântanos e charcos, os lucumis, e equipamentos sociais como balneários, latrinas, lavandarias, etc..

Em suma o diagnóstico do aspecto institucional impõe delinear cenários que permitam a médio prazo uma reforma de fundo na estrutura e composição do Poder Local na Região Autónoma do Príncipe de modo a fazer-se mais eficiente esta instituição.

Objectivos do Projecto

Objectivo Geral

O objectivo geral deste programa para a Região Autónoma do Príncipe consiste em dotar a Câmara em particular e o poder local em geral de recursos materiais, humanos e financeiros que lhe permita cumprir na íntegra as suas atribuições.

Para o efeito, necessário se torna cumprir alguns **objectivos específicos** tais como:

- Munir o Governo Regional do Príncipe de capacidade que lhe permita elaborar os regulamentos, códigos e posturas, programa, planos e projectos;
- Promover a capacidade técnica local que permita realizar a gestão dos recursos naturais locais;
- Munir o Governo Regional do Príncipe de capacidade que lhe permita efectuar a recolha e o transporte sistemático dos lixos e sua deposição em lugar adequado.

Para o cumprimento do Programa “Apoio Institucional ao Poder Local” foram identificados 2 projectos e sub-projectos para o Governo Regional do Príncipe:

- I. **Projecto n.º 40** – Reforço da Capacidade institucional do Governo Regional do Príncipe ;
- II. **Projecto n.º 41** – Reforço da capacidade de intervenção do Governo Regional do Príncipe em matéria de saneamento, construção, ampliação e manutenção de infra-estruturas e equipamentos sociais.

FICHAS DE PROJECTOS

Ficha de Projecto n.º 40

PDADD: Região Autónoma do Príncipe

Programa Apoio Institucional

1) Título:	Reforço da capacidade Institucional do Governo Regional do Príncipe
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para que o Governo Regional possa jogar o seu verdadeiro papel no processo de desenvolvimento da Região
4) Objectivos específicos:	Munir o Governo Regional de capacidades que lhe permita elaborar regulamentos, códigos, posturas, programas, planos e projectos Promover a capacidade técnica regional que permita realizar a gestão dos recursos naturais locais Dotar o Governo Regional de capacidades que lhe permita fazer o seguimento dos programas e políticas de desenvolvimento regional
5) Resultados esperados:	Reforço da capacidade regional em matéria de gestão do desenvolvimento local Capacidade técnica e material do Governo Regional mais fortalecida Maior capacidade de intervenção do Governo Regional
6) Componentes e Actividades principais:	Formação dos recursos humanos regionais no domínio da gestão do desenvolvimento local
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Central/Governo Regional
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral/PNUD/OIT

Ficha de Projecto n.º 41

PDADD: Região Autónoma do Príncipe.

Programa Apoio Institucional

1) Título:	Reforço da Capacidade de Intervenção do Governo Regional em matéria de Saneamento do meio e Gestão do ambiente
2) Localização geográfica:	Região Autónoma do Príncipe
3) Objectivos gerais:	Contribuir para a melhoria das condições sanitárias, higiénicas e do bem estar da população e da utilização racional dos recursos naturais da Região
4) Objectivos específicos:	Melhorar a capacidade do Governo Regional no domínio de recolha e transporte dos lixos e de gestão das zonas urbanas Melhorar a capacidade do Governo Regional na gestão dos recursos naturais
5) Resultados esperados:	Melhoria das condições higiénicas e sanitárias da cidade de Santo António Maior controle e fiscalização na utilização dos recursos naturais regionais
6) Componentes e Actividades principais:	Aquisição de meios materiais e equipamentos para a recolha sistemática e transporte e deposição de lixos em lugares adequados Elaboração do Plano de Gestão dos recursos naturais regionais Criação de equipas de fiscalização e controlo da utilização dos recursos naturais
7) Agencia/Organismos responsável da Execução:	Governo Regional do Príncipe
8) Duração:	
9) Principais recursos:	
10) Montante financeiro (USD \$ 000):	
11 Organismo Financiador	Cooperação Bilateral/Banco Mundial/PNUD

CONSULTORES NACIONAIS QUE PARTICIPARAM NA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DISTRITAIS DO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DURÁVEL:

- ☐ Eng.ºArlindo de Ceita Carvalho - Geógrafo - Director do Projecto
- ☐ Dr. Victor Manuel do Sacramento Bonfim- Biólogo
- ☐ Dr. Armindo Vaz d'Almeida - Sociólogo
- ☐ Dr. Olegário Pires Tiny - Jurista
- ☐ Dr. Horacio Ramos Dias - Economista
- ☐ Dr. Albano Germano de Deus - Informação
- ☐ Sr. Abel Queiroz Aguiar - Informático

CONSULTORES INTERNACIONAIS:

- ☐ Dr. Vincenzo Galastro - Planificação Ambiental e Metodologia Participativa
- ☐ Dr.^a Monique Trudel - Comunicação e Educação Ambiental
- ☐ Dr.^a Henny Matos - Estratégia para o Seguimento e Avaliação

**ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS QUE PARTICIPARAM NAS
ACTIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO E RECOLHA DE INFORMAÇÕES PARA
A ELABORAÇÃO DOS PLANOS:**

- Zatoná Adil
- Associação para o Progresso da Mulher - APM
- Iném Migo Plé - IMP
- Jovens Luz Verde - JLV
- Acção para o Desenvolvimento Participativo - ADP
- Grupo dos Amigos do progresso - GAP
- Associação dos Estudantes de Mé Zochi - AEM
- Liga Ecológica Santomense - LES

Quadro 1 - Características físicas de São Tomé e Príncipe

	Superfície (em Km2)		Potencial Halieûtico (em toneladas/ano)	
	Superfície Emersa	Plataforma continental	Pelágico	Demersais
Príncipe	140	1020	7000	2000
São Tomé	860	435	1500	1500
TOTAL	1000	1455	8500	3500

Quadro n°.....Preocupações por Grupos Alvo

Grupos-Alvo	Preocupações Ambientais
1. Empresários	<ul style="list-style-type: none">a) Falta de acesso à créditosb) Necessidade de protecção das espécies ameaçadasc) Necessidade de estudo de impacto ambiental na implantação da Zona Francad) Falta de sensibilização e informação ambientale) Dificuldade de escoamento para o exterior dos produtos de exportaçãof) Dificuldade de abastecimento do mercado com géneros de primeira necessidade
2. Pequeno Agricultor	<ul style="list-style-type: none">a) Falta de créditosb) Falta de vulgarizaçãoc) Abate de árvoresd) Caça indiscriminadae) Falta de protecção de espécies ameaçadas (papagaio)f) Necessidade de protecção das abelhasg) Dificuldade de escoamento para o exterior dos produtos de exportação
3. Assalariado Agrícola	<ul style="list-style-type: none">a) Baixos saláriosb) Falta de parcelas para cultivoc) Más condições de habitaçãod) Falta de saneamentoe) Falta de sensibilizaçãof) Corte indiscriminado de árvores
4. Pescador Artesanal	<ul style="list-style-type: none">a) Aumento da erosão costeirab) Falta de géneros de primeira necessidadec) Falta de abastecimento em materiais de pescad) Falta de meios de conservação do pescado

5. Produtor Artesanal	<ul style="list-style-type: none"> a) Falta de materiais de trabalho no mercado b) Carência de matéria prima c) Abate indiscriminado de árvores d) Aumento do índice de paludismo e) Falta de saneamento do meio f) Demora na implementação da Zona Franca g) Aves terrestres e marinhas ameaçadas
6. Serrador Artesanal	<ul style="list-style-type: none"> a) Dificuldade de acesso à madeira de boa qualidade b) Falta de saneamento do meio c) Falta de acessório para motosserras d) Falta de sensibilização sobre o ambiente e) Erosão das encostas
7. Pequeno Comerciante	<ul style="list-style-type: none"> a) Falta de saneamento do meio b) Demora na implementação da Zona Franca c) Corte de árvores d) Extracção da areia e) Aves terrestres e marinhas ameaçadas f) Alto custo dos meios de transporte de ligação entre as duas ilhas g) Dificuldade de abastecimento do mercado com géneros de primeira necessidade
8 Professores e técnicos de saúde	<ul style="list-style-type: none"> a) Falta de formação e capacitação b) Caça e comercialização clandestina das espécies ameaçadas c) Falta de saneamento básico d) Falta de água potável
9 Dirigentes Administrativos, ⇒ Agente Regionais, ⇒ Jornalistas	<ul style="list-style-type: none"> a) Falta de saneamento do meio b) Necessidade de estudos de impacto ambiental sobre a Zona Franca c) Necessidade de acelerar a implantação da Zona Franca d) Aves terrestres e marinhas ameaçadas e) Corte indiscriminado de árvores f) Degradação das praias (Évora) g) Aumento do paludismo h) Falta de sensibilização e informação sobre o ambiente i) Falta de articulação entre o Poder Central e o Poder Regional j) Falta de uma efectiva implementação da Lei Quadro da Região k) Isolamento da Ilha l) Alto custo dos meios de transporte de ligação entre as duas ilhas m) Falta de água potável

9. Palaiês

- n) Falta de saneamento do meio
- o) Falta de um mercado adequado
- p) Dificuldade na conservação dos produtos
- q) Falta de embarcações adequadas entre Príncipe e São Tomé
- r) Alto custo dos meios de transporte de ligação entre as duas ilhas

10. Domésticas

- a) Falta de saneamento do meio
- b) Captura de papagaios
- c) Falta de água potável
- d) Aumento do índice do Paludismo
- e) Dificuldade de acesso à géneros de primeira necessidade

11. Estudantes

- a) Inexistência dos níveis superiores à 9ª classe na Região
 - b) Necessidade de uma especialização do corpo docente
 - c) Falta de programas de educação e sensibilização ambiental nas escolas
 - d) Falta de escolas de formação profissional na região
-

Relativamente as preocupações, levantadas os grupos-alvo apresentaram as seguintes soluções como indica o quadro abaixo:

Quadro de Soluções Apresentadas por Grupos Alvo

Grupos-Alvo	Soluções
1. Empresário	<ul style="list-style-type: none">a) Acesso a crédito organizadob) Aplicação de legislação sobre espécies ameaçadas nomeadamente o papagaioc) elaboração de estudo do impacto ambiental para instalação da Zona Francad) Programas de sensibilização e de informação ambientale) Criação de sistemas de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores.
2. Pequeno Agricultor	<ul style="list-style-type: none">a) Acesso a crédito organizadob) Vulgarização de novas técnicas e sementes adaptadas às condições da região.c) Reflorestaçãod) Regulamentação da caçae) Implementação efectiva da regulamentação sobre o comércio de avesf) Criação de sistemas de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores
3. Assalariados Agrícolas	<ul style="list-style-type: none">a) Melhoria das condições dos saláriosb) Concessão de pequenas parcelas de terra para cultivo.c) Reparação e ampliação das casas dos trabalhadores.d) Eliminação do lixo e construção de latrinas, casas de banho.e) Reflorestação
4. Pescador Artesanal	<ul style="list-style-type: none">a) Programas para a protecção das áreas costeiras contra a erosão.b) Melhoria do sistema de abastecimento do mercado com géneros de primeira necessidadec) Abastecimento por via formal em materiais de pesca e acesso a novas técnicasd) Reabilitação e construção de sistemas de conservação do pescado

5. Produtor Artesanal

- a) abastecimento do mercado com equipamentos de trabalho e matéria prima
- b) Reflorestação com árvores de valor comercial, e de sombra
- c) Combate ao paludismo
- d) Eliminação do lixo, construção de latrinas, casas de banho e balneários públicos
- e) Programa de protecção das espécies ameaçadas

6. Serrador Artesanal

- a) Reflorestação com madeiras de valor comercial
- b) Programa regional de saneamento do meio
- c) Programas de sensibilização e de informação sobre o ambiente
- d) Utilização adequada dos solos nas áreas de encostas íngremes

**7. Professores Educadores
Técnicos de Saúde**

- a) Formação e capacitação dos quadros da região
- b) Criação e implementação da legislação sobre a protecção das espécies ameaçadas
- c) Programa regional de saneamento do meio
- d) Abastecimento de água potável à população

8.
⇒ **Dirigentes Administrativos**
⇒ **Jornalista**

- a) Criação de um programa regional de saneamento do meio
- b) Elaboração de estudos de impacto ambiental sobre a Zona Franca
- c) programa para protecção de espécies terrestres e marinhas ameaçadas
- d) Reflorestação
- e) Maior controlo e fiscalização na extracção de areia e utilização das praias
- f) Programa regional de combate ao paludismo
- g) Programa regional de informação e sensibilização ambiental
- h) Implementação efectiva da lei Quadro da Região Autónoma
- i) Criação de sistemas de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores
- j) Programa regional de abastecimento de água potável

9. Pequeno Comerciante

- a) Programa regional de saneamento do meio
- b) Aceleração das negociações para implementação da Zona Franca
- c) Reflorestação
- d) Maior controle da extracção de areia
- e) Criação de um programa para protecção das espécies marinhas ameaçadas
- f) Criação de sistemas de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores

10. Palaiês

- a) Eliminação do lixo e poças de água
- b) Construção de latrinas e casas de banho
- c) Conclusão das obras do mercado e sua adaptação às novas realidades
- d) Reabilitação e construção de novos sistemas de conservação do pescado
- e) Criação de sistemas de transporte de mercadorias para São Tomé e vice versa com poucos encargos para os produtores

11. Estudantes

- a) Criação de medidas de apoio à prossecução dos estudos secundários em São Tomé
 - b) Formação e especialização do corpo docente
 - c) Aplicação da educação ambiental nos programas escolares
 - d) Criação de escolas de formação profissional na região.
-